

Aprovada na sessão ordinária de 25 de novembro de 2016

## ATA NÚMERO QUATRO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DO CONCELHO DE BARCELOS

-----Aos trinta dias do mês de setembro de dois mil e dezasseis, reuniu, pela quarta vez, no Auditório dos Paços do Concelho, pelas vinte e uma horas e trinta minutos, em sessão ordinária, a Assembleia Municipal do Concelho de Barcelos, depois de ter sido previamente anunciada por edital datado de vinte e um de setembro de dois mil e dezasseis, o qual foi afixado nos lugares habituais e publicado num jornal semanal desta cidade para conhecimento público, com a seguinte ordem de trabalhos:----------ANTES DA ORDEM DO DIA.----------Sessenta minutos destinados à discussão dos assuntos constantes no artigo onze do Regimento da Assembleia Municipal.----------INTERVENÇÃO DO PÚBLICO.----------Trinta minutos reservados ao público nos termos do artigo doze do Regimento da Assembleia Municipal.----------ORDEM DO DIA.----------Ponto um – Aprovação da ata da sessão de trinta de junho de dois mil e dezasseis;-----------Ponto dois – Discussão e votação da proposta da Câmara Municipal para a fixação das taxas a cobrar em dois mil e dezassete, relativamente às receitas de: Imposto Municipal sobre Imóveis, Derrama e Participação no IRS;-----------Ponto três – Discussão e votação do Plano Estratégico de Desenvolvimento Urbano do Município de Barcelos (PEDU);-----------Ponto quatro – Discussão e votação da proposta da Câmara Municipal relativa à quarta alteração ao Regulamento de Taxas pela Realização de



Infraestruturas Urbanísticas e Obras de Edificação do Município de Barcelos;-----------Ponto cinco – Discussão e votação da proposta da Câmara Municipal a solicitar o Reconhecimento de Interesse Público Municipal da exploração pecuária situada no lugar de Coichadas, freguesia de Manhente;-----------Ponto seis – Discussão e votação da proposta da Câmara Municipal a solicitar o Reconhecimento de Interesse Público Municipal da unidade fabril do setor da olaria localizada na Travessa do Lombão, número duzentos e quarenta e um, freguesia de Roriz;-----------Ponto sete – Discussão e votação da proposta da Câmara Municipal a solicitar o Reconhecimento de Interesse Público Municipal da operação urbanística relativa à legalização de um edifício destinado a estabelecimento de restauração sita na Rua João Lobarinhas, número quatrocentos e noventa e cinco, freguesia de Vila Seca;----------Ponto oito – Apreciação da informação escrita do Senhor Presidente da Câmara acerca da atividade do município, bem como da situação financeira do mesmo.----------Imediatamente a seguir procedeu-se ao registo dos membros presentes, nomeadamente:----------Adélio Barbosa de Miranda, Agostinho Martins da Silva, Ana Cristina da Silva Cortez, Ana Paula Carreira Gonçalves Moreira, Anselmo Miranda Vasconcelos, António Cardoso da Silva, António da Cruz Vaz Saleiro, António Gomes Silva, António Joaquim da Costa Lima, António Salomão Silva Rodrigues, António Silva Pereira, Armando Ricardo Pereira da Costa, Armindo Manuel Costa Vilas Boas, Arnaldo Ribeiro de Sousa, Augusto Fonseca Silva Dias, Bruno André Torres Macedo, Cândido da Silva Gomes, Carlos Alberto Oliveira Sousa, Casimiro da Silva Rodrigues, Clara Magda Ribeiro Barbosa Fernandes, Daniel Martins de Brito, David Alberto Lemos de Sousa, David José Pereira de Carvalho,



David Pimenta Vilas Boas, Domingos Duarte da Silva, Domingos Falcão Gonçalves, Domingos Miguel Magalhães Ferreira, Duarte Nuno Cardoso Amorim Pinto, Elsa Gracinda de Oliveira Brás, Fernando Gomes Alves, Fernando José Gonçalves Pinto, Fernando Nuno Fernandes Ribeiro dos Reis, Filipa Leonor de Oliveira Morais Caridade, Filipe Emanuel Ramires Pinheiro, Firmino Manuel Lopes da Silva, Florinda Oliveira Bogas, Gabriel Costa Gonçalves, Guilhermina Sousa e Silva dos Santos Guimarães, Hélder Duarte Grácio Tomé, Hélder Manuel Antunes Nogueira, Hugo Miguel Araújo Cardoso, Ilídio Morais Rodrigues, Jaime Manuel Faria Dantas, João Batista Gonçalves Abreu, João Macedo Lourenço, João Paulo Pereira Dias, João Rodrigues Martins, João Vieira Barbosa da Silva, Joaquim Alberto Martins Barbosa, Joaquim Manuel Araújo Barbosa, Joel Miranda Fernandes de Sá, Jorge César Fernandes da Silva, Jorge Manuel de Mesquita Fernandes, Jorge Manuel Oliveira Cruz, José Alves Peixoto, José António Gomes Coelho, José Brito Faria, José Carlos Esteves da Costa, José da Costa Monteiro, José Gomes dos Santos Novais, José Gonçalves de Araújo Silva, José Ilídio da Silva Torres, José Luís Dias Pereira, José Luís Gomes Arantes, José Luís Miranda Vilas Boas, José Manuel Carvalho Lopes, José Manuel da Costa Cunha, José Manuel Padrão Ferreira, José Maria Alves da Fonte, José Maria Cruz Batista, José Miguel Rodrigues Durães, José Monteiro da Silva, José Neiva Dias, José Paulo Cardoso Teixeira, José Paulo Maia Matias, Juliana Raquel Oliveira Campos, Júlio Arménio Martins da Silva, Leonel Gonçalves Vila-Chã, Lucinda Carlota Monteiro Ferreira de Oliveira Fonseca, Luís Gonzaga da Silva Pedrosa, Manuel Faria Oliveira, Manuel Fernando da Costa Miranda, Manuel Isaque Ribeiro Ferreira, Manuel João Nunes Garcia, Manuel Joaquim Araújo da Silva, Manuel Jorge Macedo Esteves, Manuel Maria dos Santos Maciel, Manuel Martins Abilheira, Manuel de Oliveira Magalhães, Manuel Simões Correia, Maria da Conceição Gonçalves Lopes Pereira, Maria Elisabete Fernandes Cunha, Maria



Isabel Sá da Venda, Maria José Correia Simões, Maria Manuela da Silva Gomes de Sá Oliveira, Maria do Sameiro Gomes Cunha Serra, Maria Teresa Carvalho Martins Esteves, Mário Constantino Araújo Leite da Silva Lopes, Mário Jorge Gomes de Figueiredo, Marta Catarina da Costa, Miguel Nuno Olim Marote Henriques, Natalina de Sá, Nelson Carlos Teixeira de Brito, Nuno Evandro Serra Oliveira, Nuno Miguel Machado Martins, Paula Cristina Leiras Belchior, Paulo Jorge Dantas Fagundes, Paulo Jorge Gonçalves Esteves, Pedro Miguel Ramos Lima, Raquel Sofia Rodrigues Marques, Ricardo Xavier Gomes Vilas Boas, Rosa Ângela Fernandes Macedo, Rui Manuel Dias Faria, Sandra Isabel Coutada Teixeira, Sebastião Lemos Ferreira, Susana Patrícia dos Santos Araújo, Teresa Maria Dias Ferreira Campos, Vasco André Gomes de Deus Real.-----------Faltaram os seguintes membros:------------António da Costa Neves, Cândido Pedrosa e Silva, Daniela Filipa Cardoso Miranda, João Alberto Novais Alves, Joaquim Barbosa Dantas.-----------INÍCIO DOS TRABALHOS------PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA - Muito boa noite a todos. Vou dar início à sessão.----------Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara Municipal, Excelentíssimos Senhores Vereadores, Excelentíssimos Senhores Deputados Municipais, Excelentíssimo Público, Comunicação Social e todos aqueles Cidadãos que nos acompanham via web esta sessão ordinária da Assembleia Municipal.----------Em primeiro lugar, vou-vos informar os documentos relevantes que recebi no período que decorreu desde a última Assembleia Municipal, nomeadamente o parecer do Auditor Externo sobre a situação económica e financeira do município de Barcelos relativa ao primeiro semestre de dois mil e dezasseis, que já se encontra no repositório para quem quiser fazer uma leitura completa deste documento.-----



Também um ofício da Câmara Municipal de Barcelos a dar conhecimento
da notificação da decisão do Supremo Tribunal Administrativo relativamente ao
processo que opõe o município à empresa Águas de Barcelos, bem como a
notificação do despacho de admissão do recurso para o Tribunal Constitucional
referente a este processo
E também um historial do processo e posição atual da parceria público-
privada Barcelos Futuro, S.A., recebida hoje, que dei conhecimento aos líderes
dos grupos municipais
Vamos, assim, começar pelo período de antes da ordem do dia.
Conforme o artigo onze do nosso regimento, compete desta vez, em primeiro
lugar, a palavra ao grupo municipal do CDS-PP. De qualquer forma, para
distribuição do tempo, agradeço as inscrições dos grupos municipais
Estão inscritos seis grupos municipais, o que dá sete minutos a cada uma
das intervenções
A primeira intervenção é do senhor deputado Firmino Silva, do grupo
municipal do CDS-PP. Faz favor, senhor deputado
<b>DEPUTADO DO CDS-PP – Firmino Silva</b> – Excelentíssimo Senhor Presidente da
Assembleia Municipal de Barcelos e restante Mesa, Excelentíssimo Senhor
Presidente da Câmara e demais Vereadores, Senhores Membros da Assembleia
Municipal, Minhas Senhoras e Meus Senhores
Permita-me, senhor presidente da Câmara, que inicie a minha
intervenção com a leitura de algumas das passagens do seu discurso de tomada
de posse para o mandato em curso, proferido em onze de outubro de dois mil e
treze, nesta casa
Dizia então Vossa Excelência:
Socialista, na nessoa do seu presidente, doutor Domingos Pereira, a renovação



do convite que me endereçou para continuar a liderar o novo executivo
camarário
O executivo do Partido Socialista, que tive a honra de liderar, desenhou e
implantou no terreno uma nova forma de fazer política, em que o rigor, a
transparência, a solidariedade e a proximidade aos cidadãos não são palavras
vazias de sentido, mas antes a tradução de uma prática diária e o significado de
uma autêntica missão de serviço público
Para nós, os políticos ou são responsáveis ou irresponsáveis. Não há
meio-termo
Por isso, para este mandato que hoje formalmente se inicia, os
barcelenses podem contar com a mesma responsabilidade e rigor que
imprimimos ao mandato cessante, sempre em defesa de Barcelos e dos
barcelenses, com toda a honestidade política, intelectual e moral que
caraterizou e que carateriza a nossa atuação"
E continuava:
"Seremos exigentes connosco e convosco e não esperem de nós nada
mais do que seriedade, empenho, rigor e responsabilidade e a defesa
intransigente de Barcelos e dos barcelenses"
Estas palavras jamais seriam proferidas nos dias de hoje!
Julgo estarmos todos de acordo que a seriedade, empenho, rigor e
responsabilidade, a transparência, a solidariedade, a missão de serviço público,
a defesa de Barcelos e dos barcelenses, a honestidade política, intelectual e
moral são valores e princípios que devem sempre estar presentes nas tomadas
de decisão e nos agentes que ocupem cargos no executivo municipal
Infelizmente não foi isso a que assistimos e infelizmente não é isso a que
continuamos a assistir
Senhor Presidente da Câmara Senhores Vereadores do Partido Socialista



e Partido Socialista
O atual estado a que chegou o executivo municipal tem apenas um
responsável político e esse responsável político chama-se Partido Socialista
Foi o Partido Socialista que escolheu cada um dos elementos que
compunham a lista de candidatos à Câmara Municipal de Barcelos
Foi o Partido Socialista que escolheu o atual executivo municipal
Verifica-se hoje na política local uma situação "caricata", prejudicial para
os destinos de Barcelos, que ainda não verificada localmente no tempo que
levamos de democracia
O próprio partido que ganhou com maioria absoluta a Câmara Municipal
é oposição e faz oposição ao executivo que foi por si escolhido
O Partido Socialista é hoje oposição ao executivo municipal por si
escolhido
Está o Partido Socialista há sete anos à frente do executivo municipal,
tem há sete anos a condução dos destinos do concelho de Barcelos
A questão da concessão da exploração do sistema municipal de
distribuição de água e de drenagem de águas residuais de Barcelos e a questão
da parceria público-privada, que levou à constituição da sociedade Barcelos
Futuro, S.A., foram bandeiras da campanha eleitoral do Partido Socialista em
dois mil e nove, com promessas conhecidas de todos e não cumpridas
O Partido Socialista e o seu executivo municipal enveredaram pelo litígio,
pelo confronto, pela via judicial, sem que até hoje tenham tido qualquer
momento de glória ou sucesso, cujas consequências desta postura e opção
Barcelos e os barcelenses sofrerão durante anos
Só neste quadro de sucessivos insucessos e derrotas judiciais, de fim
eminente dos recursos, de risco imediato de penhoras, é que o executivo
municipal se apressou a negociar



E o que é que hoje sabemos sobre tal?
Quanto à parceria público-privada, que haverá um princípio de acordo
para o município pagar dez milhões de euros, repito, pagar dez milhões de
euros às empresas que constituíam a sociedade Barcelos Futuro, S.A
Quanto à questão da água, sabemos que o município foi condenado ao
pagamento da quantia de cerca de cento e setenta e dois milhões de euros
Conhecemos também algumas versões de possíveis soluções
apresentadas e defendidas pelo senhor presidente da Câmara, umas, e pelos
vereadores do Partido Socialista que fazem parte da oposição, outras
O que é que Barcelos e os barcelenses ganharam com estas opções?
Quanto é que o executivo municipal gastou até hoje em processos
judiciais, em honorários de advogados e custas processuais?
Quais os custos futuros para Barcelos e os barcelenses destas opções?
Que significado tem, que consequências tem retirar a confiança política
ao presidente da Câmara?
Mas será que o PS confiava politicamente no presidente da Câmara no
período de maio a outubro deste ano?
Meus senhores, por muito que o Partido Socialista se atire ao senhor
presidente da Câmara, que se junte à oposição, não ilibará o Partido Socialista
da responsabilidade pelas opções tomadas pelo executivo nestes sete anos
Como também não ilibará o Partido Socialista da responsabilidade que
teve na escolha dos seus vereadores
Os barcelenses estão fartos de assistir aos episódios desta autêntica
novela mexicana
Barcelos e os barcelenses exigem deste Partido Socialista e deste
executivo municipal responsabilidade no exercício do poder até final do
mandato em curso



Muito obrigado
PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA – Muito obrigado, senhor deputado. Tem a
palavra o senhor deputado José Ilídio Torres
<b>DEPUTADO DO BE – José Ilídio Torres</b> – Senhor Presidente da Assembleia
Municipal, Senhor Presidente da Câmara, Senhores Vereadores, Senhores
Deputados, Minhas Senhoras e Meus Senhores
Passo a ler a moção que o Bloco de Esquerda traz a esta Assembleia:
"Moção
A pretensão da REN em fazer passar pelo concelho de Barcelos uma linha
de Muito Alta Tensão, esventrando a nossa paisagem, atentando contra a saúde
das pessoas, o património edificado e cultural, o turismo; a consumar-se,
representará um duro golpe sobre o direito dos munícipes em decidirem aquilo
que querem para a sua terra, de forma livre e democrática. É a saúde pública, a
qualidade de vida, a propriedade e a economia local que estão ameaçadas
Esta autoestrada da energia não traz qualquer benefício para as
populações. Não é uma obra que reverta em mais-valia para a vida das pessoas,
em custos mais reduzidos da energia, ou qualquer outro valor que pudesse
hipoteticamente ser tido em conta
Não é uma obra pública, mas uma empreitada de cariz privado, de uma
empresa privada, à espera de maximizar os seus lucros, descurando o valor
fundamental, que é a vida humana
Aliás, os estudos de impacto ambiental acautelaram os ecossistemas, a
biodiversidade, mas esqueceram as pessoas, fator primordial na equação da
vida
A própria legislação que as devia defender, acautelando os impactos e
efeitos negativos deste tipo de infraestrutura, carece de efeito prático por falta
de regulamentação de uma lei aprovada em dois mil e dez que no seu artigo



segundo institui os princípios de regulação dos níveis da exposição humana máxima admitida a campos eletromagnéticos derivados das linhas, instalações ou equipamentos de alta e muito alta tensão, no quadro das orientações da Organização Mundial de Saúde e das melhores práticas da União Europeia.-----------Mandatou esta Assembleia, a seu tempo, o Senhor Presidente da Câmara, Miguel Costa Gomes, para encetar diligências com as entidades envolvidas: empresa (REN), Agência Portuguesa do Ambiente, Governo, no sentido de serem acautelados os interesses das populações.----------O Senhor Presidente da Câmara pediu sempre recato aos partidos políticos, num processo, todo ele envolvido em secretismo, em desinformação, num indício errático da apologia que o segredo é alma do negócio. Estamos a falar de serviço público em que a transparência, a divulgação dos factos, são condições impositivas.---------O silêncio e o tal recato, serviram sempre os interesses da REN, e o Bloco de Esquerda teve sempre muitas dúvidas quanto a esta estratégia e expressouas aqui, pediu esclarecimentos à edilidade e promoveu contactos.----------Entendemos que passado todo este tempo, a situação não se alterou, antes pelo contrário, evoluiu em sentido contrário ao do interesse público, e foi perdido tempo precioso na construção de uma resistência pacífica, mas comprometida ao avançar do processo.----------É público que o Senhor Presidente da Câmara entende que este processo tem que ser resolvido pela via política, mas não se esgota aí e não é sequer condição apriorista e única, esta fórmula. A luta tem que ser das populações, formando um forte movimento de cidadania ao qual se podem, e devem, associar os partidos políticos, as juntas de freguesia, as instituições sociais, ambientais e culturais e, obviamente, a Câmara Municipal.-----------Atualmente, o Senhor Presidente da Câmara já não é suportado pelo



partido que venceu as eleições autárquicas. A retirada da confiança política, não tendo um efeito prático de destituição, de legitimidade, não deixa de ser relevante quanto à efetiva representatividade na edilidade.---------Entende por isso o Bloco de Esquerda que é chegada a altura de inverter o rumo e os protagonistas. Ninguém é mais avalizado que a Assembleia Municipal, enquanto órgão representativo dos cidadãos, para agregar sensibilidades e conferir uma dimensão institucional a esta legitima contestação dos barcelenses.----------Perante o exposto, o BE propõe a esta sessão ordinária da Assembleia Municipal, reunida a trinta de Setembro de dois mil e dezasseis, que delibere o seguinte:---------Ponto um – Rejeitar o traçado de passagem do canal de linha de muito alta tensão no nosso concelho, tanto a opção do troço dois A quanto a do troço dois B, apresentado pela REN para discussão pública;----------Ponto dois – Aprovar a criação de uma Comissão, da qual farão parte um representante de cada um dos partidos/movimentos com assento parlamentar nesta Assembleia Municipal; cinco presidentes de junta de freguesia a nomear pelo universo de presidentes de junta desta Assembleia Municipal; o Presidente da Assembleia Municipal; um representante da Câmara Municipal. Esta comissão assumirá, no imediato, todas as movimentações políticas e apresentará, na próxima reunião da Assembleia Municipal, um plano de estratégia e acção".----------É esta a moção que o Bloco de Esquerda traz hoje a esta Câmara.----------Num espaço temporal não muito longínquo, ouvimos aqui algumas declarações políticas que apontavam no sentido de que este processo englobasse as diversas forças, sensibilidades e motivações.----------O Bloco de Esquerda entende que é chegada a altura de mudarmos de



paradigma nesta luta. O tempo que decorreu desde que esta Assembleia
mandatou o senhor presidente da Câmara para ser a pessoa que trataria deste
assunto junto das várias entidades está esgotado. Entendemos que é altura de
mudarmos o paradigma e o sentido da contestação e da luta
Como referi nesta moção, ela só poderá ser feita se não houver
motivações políticas, mas, sim, verdadeiras motivações cidadãs para
ultrapassarmos este grave problema que se apresenta aos barcelenses
Neste sentido, também não é menos importante o facto de que o senhor
presidente da Câmara atualmente não tem a confiança política do seu próprio
partido
Estamos aqui perante um novo quadro de força e da representatividade
que é urgente aos seus protagonistas dizerem claramente de que lado estão,
que tipo de luta querem encetar e se estão juntos com as populações neste
desiderato
É esta a proposta do Bloco de Esquerda que eu espero, sinceramente,
venha hoje a ser aprovada nesta câmara
Muito obrigado
PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA – Muito obrigado, senhor deputado
Vamos então proceder à votação!Vamos então proceder à votação!
Aproveito a oportunidade para informar que neste momento estão
presentes noventa e nove deputados
Relativamente à moção do Bloco de Esquerda:
Quem vota contra levante-se, por favorQuem vota contra levante-se, por favor
(Dezasseis: treze do PS, três do PSD)
Quem se abstém queira levantar-se, por favor
(Quinze: treze do PSD, dois do CDS-PP)
Esta moção foi aprovada por majoria com dezasseis votos contra quinze



abstenções e sessenta e oito votos a favor
Tem a palavra o senhor deputado Mário Figueiredo
<b>DEPUTADO DA CDU – Mário Figueiredo</b> – Muito boa noite, Senhor Presidente
da Assembleia, Senhores Secretários, Senhor Presidente da Câmara, Senhores
Vereadores, Senhores Deputados, Senhores Jornalistas, Meus Senhores, Minhas
Senhoras
Ontem, ou até mesmo hoje para alguns, fomos confrontados com mais
uma mudança naquilo que comummente se chama o dossier da água
Fomos surpreendidos ao longo de vários anos, ou melhor, nestes últimos
sete anos de mandato do Partido Socialista, com várias mudanças que levou a
várias interpretações, muitas vezes erradas por parte dos vários intervenientes
políticos
Mas o que se pode retirar nesta discussão que foi feita ao longo destes
anos sobre a concessão do abastecimento de água e saneamento é que serviu
para muitos camuflar a responsabilidade das opções políticas e rejeitar as
implicações gravosas que elas tiveram
A assunção das opções políticas, para muitos, reduz-se ao angariar das
simpatias na opinião pública
Esta atitude de vários atores políticos em nada contribuiu para a
resolução do problema, antes pelo contrário, criou sérios obstáculos à solução.
A defesa do interesse público foi sempre a última preocupação
No entanto, as acusações, a demagogia, a cobardia política, a politiquice
não oculta alguns factos, pois são incontornáveis
O primeiro, que é a origem disto tudo, é a responsabilidade do PSD na
opção política e ideológica da concessão com resultados danosos para o
interesse público
O segundo é a responsabilidade do PS na falta de estratégia política por



contradições ideológicas que nos colocou, hoje, num impasse
O terceiro facto é a penalização de uma indemnização de cento e setenta
e dois milhões de euros que resulta da conjugação das opções do PSD e do PS,
que pode hipotecar por vários anos o desenvolvimento do concelho
E o quarto facto é a remunicipalização como única solução que serve o
interesse público
A tudo isto junta-se a fragilidade política do executivo fruto de
divergências internas do PS e transportadas para o município
O PS procura, hoje, pelo ruído, demitir-se de responsabilidades. É má
opção de quem tem responsabilidades acrescidas em centrar-se nos problemas
municipais, pois foi para isso que foram eleitos
Ao PCP não interessa hoje discutir negócios que não se conhece a
existência e muito menos os seus conteúdos
Ao PCP é imperioso afirmar a necessidade da remunicipalização do
abastecimento de água e saneamento e exigir ao executivo a sua
concretização
Afirmamos desde já que somos contra qualquer caminho que se afaste
deste objetivo
Posto isto, questionava o senhor presidente da Câmara: qual a estratégia
para sair do impasse a que fomos conduzidos pela má condução deste dossier
por parte do Partido Socialista?
Em relação à parceria público-privada, dizer o seguinte:
Estou grato e acompanho, e acho que assim deve ser, a necessidade de
informação e hoje foi-nos enviado um relatório, um dossier, com a cronologia
deste processo da parceria público-privada. Acho que assim deve ser, prestar
informação que muitas vezes tem faltado
Dizer que tive o cuidado de ler todo esse relatório e, sem pôr em causa



nenhuma da veracidade do conteúdo, não quero deixar de dizer que não acompanho o momento em que foi feito porque entendi e entendo, ainda agora, que foi uma tentativa de desestabilizar esta Assembleia Municipal. E isso em nada ajuda este processo.----------Dizer que no final já dessa resenha, histórica, cronológica, que se queira dizer, há admissão que a qualquer momento pode ser executada a sentença de perto de onze milhões de euros por parte do consórcio e dizer que gostaria de saber que implicações que essa penhora tem na atividade regular da Câmara Municipal de Barcelos.----------Também não quero deixar de alertar aqui sobre outro assunto que me parece importante, que é a injustiça que é vivida há vários anos por parte dos barcelenses no serviço público de transporte ferroviário. Esta injustiça existe e será tanto mais duradoura enquanto continuar a cumplicidade da Câmara Municipal de Barcelos por passividade e também dos vários eleitos que tivemos na Assembleia da República, eleitos, note-se, barcelenses, que não fazem o que devem fazer para colmatar esta injustiça. E a injustiça é muito fácil de perceber. Para dar um exemplo:----------De Cambeses ao Porto temos vinte e seis comboios e custa dois euros e meio o bilhete;----------De Cambeses a Famalicão também temos vinte e seis comboios, custa um euro e quarenta cêntimos um bilhete e demora dez minutos;-----------De Cambeses a Barcelos só temos metade dos comboios, treze, o bilhete custa mais de duas vezes, três euros e dez, e a viagem pode demorar entre vinte minutos, o dobro, ou duas horas e dez;----------De Barcelos a Braga a diferença é abismável, o que nos coloca sempre à margem deste transporte fundamental que tem a ver com a própria coesão do concelho e também tem a ver com o desenvolvimento económico e social do



concelho
Portanto, é necessário que a Câmara Municipal de Barcelos e os eleitos
na Assembleia da República defendam e tentem acabar com esta injustiça,
defendendo a zona suburbana do Porto e a eletrificação da linha do Minho
Disse
Muito obrigado, senhor presidente
PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA – Muito obrigado, senhor deputado. Tem a
palavra o senhor deputado José Paulo Matias
DEPUTADO DO PS – José Paulo Matias – Senhor Presidente da Assembleia,
Senhores Secretários, Senhor Presidente da Câmara, Senhoras e Senhores
Vereadores, Senhores Membros da Assembleia, Minhas Senhoras e Meus
Senhores
A decisão do presidente da Câmara Municipal de Barcelos de retirar os
pelouros ao vice-presidente no dia seis do cinco de dois mil e dezasseis
constituiu um ponto de viragem na gestão da Câmara Municipal
Até então a Câmara Municipal era composta maioritariamente por
membros eleitos e apoiados pelo Partido Socialista
Desde o passado dia dezasseis do nove o presidente da Câmara
Municipal deixou de ter a confiança política do Partido Socialista
Ao longo dos últimos quatro meses o PS aguardou por sinais do
presidente da Câmara Municipal que permitissem assegurar a gestão da Câmara
de acordo com o programa político sufragado nas eleições autárquicas de dois
mil e treze
A resposta do presidente da Câmara Municipal foi inequívoca: recusa de
qualquer diálogo com os vereadores do PS e com o PS e para que não
subsistissem dúvidas lançou um panfleto pago com o dinheiro dos barcelenses
em que claramente se demarca do PS e desvaloriza, inclusivamente, o papel dos



partidos no contexto autárquico
Perante esta postura do senhor presidente da Câmara Municipal o PS
demonstrou, ainda assim, abertura para consensos nos assuntos com impacto
relevante na gestão municipal, como são os casos do contrato de concessão da
água/saneamento e da "PPP/Barcelos Futuro"
Isto sem prejuízo de ter afirmado, recorrentemente, a sua posição
relativamente a esses assuntos
Quanto ao contrato de concessão da água/saneamento a posição do PS é
clara:
Resgatar os serviços de água/saneamento por oitenta e sete milhões de
euros e assim terminar definitivamente com a concessão ou, em alternativa,
adquirir setenta e cinco por cento do capital social da empresa "Águas de
Barcelos" por trinta e sete milhões de euros
Quanto à "PPP/Barcelos Futuro" a posição é igualmente clara:
Recorrer judicialmente até às últimas instâncias das decisões relativas à
"PPP/Barcelos Futuro" e qualquer acordo passaria pela dissolução, liquidação e
partilha da empresa "Barcelos Futuro", conclusão das obras inacabadas,
clarificação quanto à responsabilidade pelo pagamento do IVA apurado em sede
de inspeção tributária e pagamento dos direitos de superfície em débito ao
município
Que fique bem claro que a única proposta apresentada pelo executivo
municipal foi em dois mil e doze pelo valor de quatro vírgula três milhões de
euros. Nem tudo o que está na informação prestada será verdadeiro
O PS desconhece qualquer outra proposta que tenha sido apresentada e
só se considera vinculado à proposta inicial ou à condenação do Tribunal
Arbitral
Não foi dado cumprimento à decisão do executivo municipal de constituir



um novo arbitral para que o município fosse ressarcido pela "Barcelos Futuro"
das quantias que tivesse de pagar aos acionistas privados
A justificação dos juros é uma falácia
Num acordo é pressuposto que ambas as partes cedam
Neste caso só o município é que cederá e pergunta-se: porquê?
O presidente da Câmara Municipal deveria ser o primeiro interessado em
esgotar todos os recursos judiciais relativamente à "PPP/Barcelos Futuro" pois a
condenação no pagamento de oito vírgula seis milhões de euros resulta do facto
de o presidente da Câmara ter autorizado que os orçamentos das obras fossem
revistas, em alguns casos para o dobro
Isto resulta das atas da "PPP/Barcelos Futuro" e do acórdão arbitral
Estes assuntos têm sido geridos única e exclusivamente pelo presidente
da Câmara Municipal que se dá ao luxo de negociar e fechar acordos de milhões
sem discussão e aprovação prévia da Câmara Municipal e da Assembleia
Municipal
Ao atuar como atua, o presidente da Câmara Municipal revela uma total
falta de ética, de cidadania, que tanto apregoa, e até de legalidade
A este respeito seria interessante que o senhor presidente da Câmara
Municipal esclarecesse quem o acompanha nas negociações, nomeadamente se
a senhora vice-presidente da Câmara Municipal participa e tem voz ativa no que
é discutido e decididoé discutido e decidido
Desafiamos, por isso, que seja revelado o que se passou na reunião da
passada terça-feira entre o presidente e a vice-presidente da Câmara Municipal
e os representantes dos acionistas da "Águas de Barcelos", porque é do nosso
conhecimento que a reunião correu muito mal não tendo sido alcançado
qualquer entendimento/acordo e os valores do respeito e dignidade terão sido
postos em causa nos confrontos sucessivos entre o presidente da Câmara



Municipal e os representantes da acionista "ABB"
Aliás, à semelhança do que sucedeu em março de dois mil e dezasseis em
reunião com os acionistas, em que se assistiram a cenas verdadeiramente
lamentáveis entre o presidente da Câmara Municipal e os representantes do
acionista "ABB"
Por isso falhou o acordo na passada terça-feira quando na anterior
Assembleia Municipal e, ainda, na passada segunda-feira, à comunicação social,
tinha garantido a assinatura do acordo até vinte e oito do nove e que esta
ontem seria tornado público
Isto significa que o dia "D" foi novamente um dia de desilusão!
Acrescentava aqui até, e já agora agradecia que depois nos
esclarecessem, se é verdade que hoje chegou uma carta da "Águas de Barcelos"
a romper o acordo. Temos conhecimento que chegou hoje uma carta ao
município a denunciar e a romper o acordo
Se porventura o presidente da Câmara Municipal não quiser esclarecer,
solicitamos que o esclarecimento seja dado pela vice-presidente da Câmara
Municipal
O PS assume sem medo ou reservas as suas responsabilidades
decorrentes da gestão municipal até seis do cinco de dois mil e dezasseis
Todavia relembramos aqui o que foi dito repetidamente pelo senhor
presidente da Câmara neste órgão e publicamente: "os assuntos da água, PPP e
linha de muito alta tensão são geridos diretamente por mim"
A partir de seis do cinco de dois mil e dezasseis o presidente da Câmara
Municipal é o único responsável pela gestão municipal e ao mesmo compete
responder aos barcelenses pelas consequências da sua gestão
Decorridos mais de quatro meses desde a cisão provocada no executivo
municipal pelo presidente da Câmara não se registou qualquer avanco/sucesso



na resolução dos grandes dossiers: água/saneamento e "PPP/Barcelos Futuro"
Isto é um sinal claro da incapacidade política do presidente da Câmara
Municipal para resolução destes assuntos
Aliás, recordamos que a gestão destes assuntos esteve suspensa durante
mais de dois meses por razões de "cautela e precaução", conforme foi
declarado publicamente pelo senhor presidente da Câmara Municipal
O PS já o disse e reafirma: está em condições de resolver estes assuntos
Os mesmos só registaram avanços significativos quando os vereadores do
PS intervieram e deram contributos decisivos
Disso é exemplo o acordo celebrado em novembro de dois mil e quinze
relativamente ao contrato da água e do saneamento
Desafiamos, por isso, o senhor presidente da Câmara Municipal a
renunciar ou a suspender o seu mandato e garantimos que nesse período os
assuntos da água/saneamento e da "PPP/Barcelos Futuro" serão resolvidos
definitivamente a bem de Barcelos e dos barcelenses pelos vereadores do PS
Quanto ao que tem sido dito relativamente ao orçamento municipal, o PS
não aprovará este documento se o mesmo não respeitar o princípio da
legalidade e, particularmente, se no mesmo não forem refletidos os custos com
a resolução do contrato de água/saneamento e da "PPP/Barcelos Futuro"
O PS está disponível, isso sim, para continuar a defender Barcelos e os
barcelenses
Este foi o lema do programa eleitoral do PS em dois mil e treze e a ele
permanecerá fiel incondicionalmente até ao fim
Muito obrigado
PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA – Muito obrigado, senhor deputado. Tem a
palavra o senhor deputado do PSD, José Novais
DEPLITADO DO PSD - José Novais - Senhor Presidente e Secretários da Mesa



Senhor Presidente e Senhores Vereadores Municipais, Senhores Presidentes de
Junta, Senhores Deputados Municipais, Senhores Jornalistas, Barcelenses
Estamos no final do terceiro ano do mandato e sete anos de governação
do PS na Câmara de Barcelos, do que vai resultar uma Câmara endividada em
mais de cem milhões de euros
Impõe-se pois fazer um balanço de sete anos e das promessas do Partido
Socialista
Do tempo em que o presidente da Câmara dizia que o seu tempo era
absorvido por quatro assuntos fundamentais: a concessão da água e
saneamento, o novo hospital, a PPP e o aterro sanitário
Senhor presidente, todos eles sem qualquer sucesso
Para além de não ter feito as obras estruturantes tão necessárias: a
circular, a ligação à autoestrada, o acesso à central rodoviária, a eliminação das
passagens de nível em Arcozelo, uma situação própria do terceiro mundo, e de
ter deixado degradar as estradas municipais
Nos últimos meses a situação da Câmara complicou-se
irremediavelmente. O executivo do Partido Socialista vai terminar o segundo
mandato com uma Câmara altamente endividada
Estamos pois perante o apuramento dos resultados de uma gestão
desastrosa e ruinosa do executivo nos processos da água e das obras da
parceria
No imediato a Câmara terá de pagar acima de oitenta milhões de euros
O PSD disse-o, vezes sem conta, desde dois mil e dez
O que poderia ser uma negociação com encargos limitados para o
orçamento transformou-se num desastre
Por obra da vontade de vingança, impreparação, obstinação e uma
colossal incompetência para negociar com os parceiros do município



O resultado está à vista, meus senhores: mais de oitenta milhões de
euros no imediato e muito mais consoante o modelo que o executivo decidir
para a exploração do serviço da água e saneamento
Por cada ano que passar sem resolver serão mais cinco milhões de euros
por ano em jurospor ano em juros
A decisão recente do Supremo Tribunal Administrativo de "constituição
de uma provisão para liquidar a obrigação" vai ter consequências muito
negativas nos orçamentos da Câmara de Barcelos
O executivo do Partido Socialista é o único responsável pelos prejuízos
que esse impacto vai ter na vida dos barcelenses
Desde novembro de dois mil e quinze que o executivo anda em disputa
interna para tentar remediar o mal que fez
Qual a decisão que devem tomar quanto ao desfecho do descalabro a
que conduziram o processo da água
O resgate por oitenta e sete milhões, mais o swap, mais dívidas da AdB, a
perfazerem mais de cem milhões de euros
E fazer toda a obra restante que falta, que perfará cento e quarenta ou
cento e cinquenta milhões de euros
Ou a compra de setenta e cinco por cento do capital que serão sessenta e
cinco milhões de euros, mais vinte e cinco por cento da condenação que
corresponde ao capital social do outro parceiro – oitenta e cinco milhões no
imediato
Senhor presidente, que propostas apresenta à Câmara Municipal, à
Assembleia Municipal e aos barcelenses?
Onde está o estudo de viabilidade prometido até fins de agosto?
Qual a solução e o modelo que vai propor?
No final do mandato a Câmara vai ficar endividada em mais de cem



milhões de eurosmilhões de euros
Quanto à PPP, o PS tinha condições e o direito de a revogar em dois mil e
nove. Não o fez, deixou derrapar orçamentos, não negociou, deixou ir para
tribunal e a Câmara foi condenada a pagar oito vírgula seis milhões de euros
Agora, o senhor presidente da Câmara anunciou um acordo para pagar
dez milhões
Foi assinado algum documento entre as partes, senhor presidente? Não
se conhece!
O PS, por seu lado, diz que votará contra, pensando que pode ser poder e
oposição ao mesmo tempo
E diz que antes do processo ir para o Tribunal Arbitral o acordo com os
privados seria de quatro vírgula três milhões de euros e não pelos três vírgula
cinco milhões que diz que foram anunciados pelo presidente Miguel Costa
Gomes!
Agora, termina num acordo verbal de dez milhões de euros!
Como foi possível chegar a tamanho desastre, senhores deputados?
Com obras por acabar em Rio Covo Santa Eulália e Adães e pagar dez
milhões de euros!
Meus senhores, ao fim de sete anos o PS vai deixar a Câmara com mais
cem milhões de dívida, não esteve à altura da confiança que foi depositada
pelos barcelenses
O investimento futuro da Câmara está comprometido
irremediavelmente!
Mas não pode ser no futuro à custa das freguesias, das associações e dos
cidadãos carenciadas de Barcelos
Para o futuro o orçamento terá de contar sempre com a manutenção dos
duzentos por cento e de um terceiro FEF para investimento nas freguesias.



equitativo para todosequitativo para todos
O PS é o executivo desde novembro de dois mil e nove e não pode fugir à
sua responsabilidade pelo estado ruinoso em que coloca a Câmara ao fim de
sete anos, senhor presidente
O PS não pode ser poder e oposição ao mesmo tempo
Tudo isto depois do orçamento de Estado de um Governo anterior ter
aberto uma janela para a Câmara resolver os problemas que criou e nada fez!-
Disse
PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA – Muito obrigado, senhor deputado. Tem a
palavra agora o senhor deputado Armando Costa
<b>DEPUTADO DO MIB – Armando Costa</b> – Senhor Presidente da Assembleia
Municipal, Senhor Presidente da Câmara, Senhoras Vereadoras e Senhores
Vereadores, Senhoras e Senhores Deputados Municipais e Presidentes de Junta,
Caras Senhoras e Caros Senhores, os presentes fisicamente e os da web,
Senhoras e Senhores Jornalistas
No dia vinte e nove de setembro de dois mil e treze, há precisamente três
anos e um dia atrás, muitos barcelenses festejaram efusivamente a vitória do PS
nas eleições autárquicas
As imagens que ficaram, imediatamente a seguir a esse dia, retratam
uma noite eleitoral com dois protagonistas: Miguel Costa Gomes, reeleito
presidente da Câmara, e Domingos Pereira, líder da concelhia local do PS, e
denominado estratega dessa vitória
Hoje, podemos afirmar com convicção que nem a estratégia nem a ação
foram suficientes para a manutenção de tão frágil união. Assistimos
semanalmente a trocas de acusações públicas, num espetáculo degradante que
não dignifica os envolvidos: o PS, o executivo municipal e, por arrasto, os
harcelenses



-----Estes atos, de permanente confronto e de verdadeira guerrilha, demonstram, simplesmente, falta de cultura democrática e falta de responsabilidade, acompanhadas por uma noção muito vaga do que é a cidadania. Esta não pode ser apenas um manifesto, daqueles que são utilizados na campanha eleitoral, de forma hipócrita. O seu exercício deveria sobrepor-se a interesses pessoais, sejam eles a manutenção ou a chegada ao poder, a todo o custo.----------Na verdade, foram estes os eleitos em quem os barcelenses confiaram, por larga maioria, para assumir a nobre tarefa de gerir e traçar o futuro do nosso concelho. Foram estes eleitos que assinaram e rasgaram, unilateralmente, o novo contrato de governação local.----------Enquanto isso, arrastam-se os temas da água que era privada, pretendiase pública, depois quase pública e vai acabar na mesma privada! Pelo meio, milhares ou milhões gastos em advogados, tribunais e juros milionários. Isto é lamentável!----------O dossier da "PPP/Barcelos Futuro" nas obras públicas municipais, que terminou, depois de não conseguirem empurrar mais com a barriga, com outra condenação em tribunal e um possível acordo de dez milhões. Entretanto, mais uns milhares ou milhões em advogados, tribunais e juros.-----------Uma questão que nos ocorre: estará o município em condições de disponibilizar os mesmos montantes para o apoio jurídico aos barcelenses que vão ser afetados pela linha de muito alta tensão?------------Muitos sem meios económicos para lutar contra a REN e defenderem-se desta calamidade. Acreditamos que caso tivessem suporte jurídico e financeiro do município talvez o desfecho deste processo fosse outro.----------É inequívoca a opinião que todos estes processos foram conduzidos no maior dos secretismos e em rondas negociais pouco claras, segundo os agora



desavindos vereadores do Partido Socialista. E isto, ao contrario do que foi dito
agora aqui há pouco pelo senhor deputado José Paulo Matias, não é de agora,
isto já é de há muito tempo
Hoje ninguém tem dúvidas, se havia decidida força negocial tinha-se
poupado muito tempo e milhões de euros ao erário público
Por isso, caras senhoras e caros senhores, os anos passaram. Chegados
ao último ano, do segundo mandato, do Partido Socialista e Miguel Costa
Gomes, a ligação da circular urbana ao nó de Santa Eugénia está na mesma, a
circular urbana por concluir, Arcozelo com uma passagem de nível paralisante, a
Central de Camionagem sem acesso, a rede viária municipal estrutural sem
qualquer requalificação, o Mercado Municipal é quase um atentado à saúde
pública e o rio continua votado ao abandono e não há qualquer iniciativa
municipal para a sua revitalização
Também, ao contrário do que acontece nos municípios vizinhos, não
reconhecemos nenhuma iniciativa deste executivo que atraia investimento para
o concelho. É uma pena!
O executivo PS e Costa Gomes, como sabem, gastou sessenta milhões
por ano. Até a este momento foram quatrocentos e vinte milhões e as principais
obras estruturantes continuam por fazer
É caso para perguntar: para onde foi o dinheiro?
O PS e Costa Gomes vão-nos deixar o concelho parado, com poucas
diferenças comparativamente com dois mil e nove e com uma dívida de mais de
cento e oitenta ou cem milhões para pagar
Tanta confiança e esperança que os barcelenses depositaram neles, para
tudo acabar assim
Mas afinal o que falhou? A verdade é que nunca estiveram à altura de
tão nobre missão e da enorme responsabilidade que lhes foi confiada pelos



barcelenses
Os últimos acontecimentos são a prova inquestionável de que não
tinham arcaboiço para dirigir os destinos do concelho
Ao menos, fica aqui o repto, tenham a humildade de o reconhecer,
peçam desculpa aos barcelenses e dispensem-nos de terem de vos dar a
reprimenda merecida nas urnas
Escolham para vos representar nas próximas autárquicas quem possa
reabilitar a dignidade do PS
Obrigado
PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA – Muito obrigado, senhor deputado
Vamos agora dar início então ao segundo período previsto antes da
ordem do dia que, como sabem, é no total vinte minutos e é dividido pelos
inscritos de cada um dos grupos municipais
Estão abertas as inscrições!
Inscreveram-se cinco grupos municipais, o que dá quatro minutos a cada
senhor deputado
Faz favor, senhor deputado Joaquim Barbosa
DEPUTADO DO PS – Joaquim Barbosa – Senhor Presidente da Assembleia,
restante Mesa, Senhor Presidente da Câmara, Senhores Vereadores, Senhores
Deputados
Algumas considerações sobre as intervenções anteriormente feitas
Senhor deputado Firmino, queremos dizer-lhe o seguinte e, aliás,
extensível a toda esta Assembleia:
Não existam dúvidas nos espíritos, o Partido Socialista é hoje oposição à
Câmara Municipal
E o Partido Socialista é oposição à Câmara Municipal porque entende que
os princípios que sempre defendeu a transparência o compromisso com os



barcelenses face ao seu programa político, a cidadania, o rigor na gestão, estes
princípios foram postos em causa
E por isso entendeu o Partido Socialista, e explicou-o publicamente
porque o fez, retirar a confiança política ao senhor presidente da Câmara
Municipal
E, senhores deputados, este também é um sinal inequívoco deste Partido
Socialista local de Barcelos quanto aos seus princípios. É que o Partido Socialista
entendeu que, tendo ficado em causa um conjunto de princípios na gestão
municipal, esses princípios eram claramente superiores a eventuais cálculos
políticos que podiam advir da manutenção desta situação, num claro sinal que
esses princípios se sobrepõem a qualquer hipocrisia política
No que diz respeito à proposta do Bloco de Esquerda, entendemos votar
a favor porque este é um assunto supremamente importante para o nosso
concelho. E porque entendemos que não dispomos hoje de toda a informação e
porque queremos ter a certeza que jamais tenha existido da parte fosse de
quem fosse qualquer proposta de traçado alternativo, entendemos que o
momento é adequado e necessário para a criação desta comissão
Também junto desta Assembleia gostaria de interpelar o senhor
presidente da Assembleia para que mais à frente, no período da ordem do dia, e
na sequência do comunicado do senhor presidente da Câmara Municipal sobre
a parceria público-privada, desse a oportunidade, uma vez que o presidente da
concelhia do Partido Socialista e vice-presidente da Câmara foi alvo de um
ataque que coloca em causa a sua honorabilidade e honra, que desse
oportunidade ao senhor vereador Domingos Pereira para se defender nesta
Assembleia
Quanto à intervenção do senhor deputado José Novais, apenas duas
palavras. O senhor deputado José Novais enquanto líder da oposição fez a



intervenção que fez sobre a concessão da água, está no seu direito enquanto líder da oposição, mas esqueceu-se, senhor deputado, de referir apenas um aspeto que, aliás, é seu timbre habitual, que é de apagar e refazer a história. Acho que lhe ficava bem dizer que também tem alguma responsabilidade, mínima que seja, mas tem alguma responsabilidade nesta situação difícil que vivemos atualmente. É que o senhor deputado José Novais foi responsável enquanto membro desta Assembleia e do partido que à data geria os destinos municipais pela aprovação deste negócio ruinoso que hoje nos afeta a nós todos.-----------Muito obrigado.-----PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA – Muito obrigado, senhor deputado. Tem a palavra o senhor deputado Mário Figueiredo.-----**DEPUTADO DA CDU – Mário Figueiredo** – Muito obrigado, senhor presidente.--------Sobre a moção do Bloco de Esquerda, votámos a favor, mas queria fazer aqui umas considerações sobre essa moção.---------Primeiro, não posso deixar de dizer e de afirmar que esta intransigência da REN em submeter os interesses da população aos interesses económicos da empresa está intimamente ligada à privatização da água. Isto é incontornável.---------Depois, não quero deixar também de dizer que estive de acordo com a moção, porque julgo que tudo que contribua para alargar a frente de resistência a esta prepotência de uma empresa privada é favorável e deve ser alcançado.--------No entanto, entendo que estamos numa outra fase. Numa fase que já foi lançada até por iniciativa de presidentes de Junta, afetados e não por esta linha de alta tensão, que é envolver a população na defesa dos seus interesses.-----------Não posso também deixar de dizer que não acompanho um parágrafo que diz o Bloco de Esquerda que isto não traz benefícios. Não será bem assim e julgo que esse argumento não será correto. O problema não está na existência



das linhas de alta tensão, elas são necessárias e contribuem para o progresso e desenvolvimento do país. O problema está como e onde elas existem. O problema está quando se impõe o primado do lucro ao interesse da população.------Sobre as intervenções do Partido Socialista, eu gostava de dizer onde é que estava o PS! Porque o PS faz hoje exatamente o discurso de que nos acusavam há seis meses atrás. É exatamente o mesmo discurso que a oposição fazia e de que era fortemente atacada pela bancada do Partido Socialista.------------Depois, como é que é possível, perante a falência da estratégia do dossier da água, que foi confirmada, ainda querer dizer que dão garantias na resolução do problema? E insinuando que resolveriam se o presidente da Câmara não atrapalhasse a situação. Vocês não resolvem coisa nenhuma porque vocês nunca tiveram estratégia nenhuma! Isso foi dito desde o primeiro momento.---------Sobre a intervenção do PSD, dizer o seguinte:----------Tudo de que acusou esta Câmara tem razão. Agora, não é honesto por parte do PSD, representado pelo deputado José Novais, demitir-se das responsabilidades que tem. É que se nós estamos nesta situação das PPP's e da concessão da água fruto, é certo, da má estratégia do Partido Socialista, mas conjugado com uma opção errada de índole ideológica de favorecimento dos privados que vocês tiveram anteriormente. E não se podem demitir dessas responsabilidades. Vocês tiveram uma opção ideológica que prejudicou gravemente o interesse público!----------Também não posso deixar de dizer ao CDS, também incluo o PSD e o próprio MIB, que apontam erros nestes dossiers à Câmara Municipal, mas nunca assumiram de uma forma peremptória o que é que pretendem nestes dossiers. O que é que estes partidos pretendem? A continuação da concessão? O que é pretendiam para a PPP? A continuação da PPP com aquelas cláusulas altamente penalizadoras? Ou que é que pretendem? Defendem a remunicipalização da



água? Ou defendem que a água continue no seio de uma concessão?
É preciso assumir também uma posição para melhor conseguirmos
enfrentar este problema, porque não basta dizer que a estratégia foi errada,
não basta dizer que tudo correu mal. É preciso dizer em que lado é que estamos
e não se pode caminhar toda a vida em cima do muro
Disse
PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA – Muito obrigado, senhor deputado. Tem a
palavra o senhor deputado Adélio Miranda
<b>DEPUTADO DO PSD – Adélio Miranda</b> – Excelentíssimo Senhor Presidente da
Assembleia Municipal, Senhores Secretários, Excelentíssimo Senhor Presidente
da Câmara Municipal e Senhores Vereadores, Senhores Deputados Municipais,
Senhores Presidentes de Junta, Barcelenses
Em relação à moção do Bloco de Esquerda, apresentada nesta
Assembleia Municipal, o grupo parlamentar do Partido Social Democrata tece as
seguintes considerações:
É preocupação central do PSD o respeito por todas as entidades
envolvidas neste processo: quer a empresa que solicitou tal construção, quer o
município, quer o meio ambiente. Contudo, há um elemento central neste
processo que deverá ter a primazia, quer nos diversos estudos que
antecederam a decisão da construção e do seu trajeto, quer nos inconvenientes
e nos problemas que tal construção traz e esse elemento central são as pessoas.
Quem são essas pessoas? São as pessoas que vão contactar mais proximamente
com toda a radiação resultante da passagem da linha de muito alta tensão; são
os cidadãos barcelenses. Temos que ter os diversos fatores em conta em que
vão ser afetados: na sua saúde, no seu conforto, no seu bem-estar, no seu
repouso. Foram esses interesses acautelados? Duvidamos!
A constituição de mais uma comissão proposta pelo Bloco de Esquerda é



mais uma sobreposição a uma comissão e a um grupo de acompanhamento e
de trabalho que já existe
A situação da linha de muito alta tensão, na nossa opinião, é mais um
reflexo de uma má condução dos negócios do município. Um assunto de
tamanho melindre e de tamanha importância exigia muita mais atenção, muita
mais dinâmica, muita maior capacidade política. Às vezes penso cá para comigo:
de que é que serve termos um Governo socialista em Lisboa? Em Barcelos não
notamos diferenças, pelo menos eu que o diga, a não ser que esteja a ver mal.
Mas ainda estes dias me desloquei ao nosso hospital, como cidadão, e verifiquei
com grave tristeza minha que há uma degradação da imagem do hospital. Sobre
o seu funcionamento não me parece estar apto neste momento a falar. Mas
houve aspetos que me chamaram a atenção e que me entristeceram, não do
ponto de vista político, mas do ponto de vista de cidadão, de cidadania
Por sermos responsáveis nós, tendo em conta os interesses dos cidadãos
e os interesses dos barcelenses, aprovámos esta moção do Bloco de Esquerda,
embora discordando de muitos dos seus considerandos e de muitas das
considerações que foram elencadas nessa moção
Antes de terminar, e uma vez que ainda tenho uns segundos, eu queria
dizer o seguinte:
O PSD assiste com tristeza a intervenções feitas nesta Assembleia por
pessoas que fazem parte do mesmo partido que suportam este executivo, que
elaboraram o programa governativo para este executivo que é presidido por um
militante socialista, do partido a que pertencem. Acho que isto que é uma má
imagem, mas não para esta Assembleia. Esta é uma imagem em que prejudica
gravemente o nosso concelho. Tenham isso em atenção!
Boa noite
PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA – Muito obrigado, senhor deputado. Tem a



palavra o senhor deputado José Ilídio Torres
<b>DEPUTADO DO BE – José Ilídio Torres</b> – Muito obrigado, senhor presidente
Algumas considerações sobre a moção que aqui apresentei
Congratular-me pelo facto de ter sido aprovada
Dizer ao Partido Social Democrata, nesta última intervenção, que fiquei
sem perceber afinal o que é que não concordam dentro da moção do Bloco de
Esquerda, uma vez que ela se centra precisamente na defesa dos valores, das
pessoas, do seu direito à representatividade, do seu pleno exercício de
cidadania. Não dissemos muito mais do que isso. O que dissemos é verdadeiro.
O senhor presidente da Câmara não é representativo desta Assembleia neste
momento, não tem sequer o apoio do seu partido. Portanto, fiquei sem
perceber, senhor deputado Adélio Miranda, em que sentido é que não
concordavam com a nossa moção e até uma vez que votaram contra
Eu penso que neste aspeto, o senhor presidente da Câmara não está
presente, mas eu penso até que estamos a fazer um favor ao senhor presidente
da Câmara. O senhor presidente da Câmara em vez de ter tido relativamente a
este processo uma postura de abertura, discussão com as pessoas, de
informação, de colocar os líderes partidários em sintonia quanto às suas
posições, às démarches que vinha executando, fez precisamente o contrário,
andou na praça pública a defender-se se falou ou não falou com o autarca de
Esposende. Depois, teve que se defender de que não tinha apresentado o plano
B nenhum e tal. Portanto, o senhor presidente da Câmara neste processo andou
sempre as únicas vezes que veio a público dar eco deste processo ou foi para
se defender de uma acusação ou de outra
O Bloco de Esquerda sempre nesta câmara defendeu esta posição.
Sempre defendeu esta posição, de que era preciso informação, de que o sigilo
não ajudava ninguém, só favorecia a REN. É esta e desde sempre a posição do



Bloco de Esquerda. Manifestamos as nossas preocupações, pedimos à Câmara Municipal que nos desse informação, essa informação foi sempre muito parcelar e muito evasiva, estivemos sempre afastados da discussão deste problema.----------Portanto, era tempo de mudar os protagonistas, isto não colide em nada com a comissão de presidentes de Junta que está elaborada. Não é uma comissão institucional, não tem uma validade, digamos, institucional. Há oportunidade aqui, através da proposta que fazemos, da inclusão de cinco presidentes de Junta, dela continuar a ter a sua força, a sua valia, e juntar-se aos partidos políticos, às associações, aos movimentos, aos ambientalistas e a todas as sensibilidades, porque o que aqui importa é fazer uma resistência desde já. Era isso o que o Bloco de Esquerda queria desde a primeira hora, demos o benefício da dúvida ao senhor presidente da Câmara, mas esse benefício da dúvida esgotou, não agora, mas já há muito tempo.-----------Depois, dizer o seguinte:-----------O senhor deputado Mário Figueiredo também, em relação à nossa proposta, defende o interesse das linhas de alta e muito alta tensão, pressuponho eu. Porque há uma diferença entre alta tensão e muito alta tensão. E diz que tem um interesse económico. O Bloco de Esquerda não vislumbra este interesse económico porque nós somos terminantemente contra a instalação, é essa a nossa posição, de qualquer linha de alta ou muito alta tensão no concelho.----------Eu não sei o que é que o senhor deputado Mário Figueiredo queria dizer com isto, se queria falar de enterramentos de linha, de passagem afastada das zonas populacionais, mas isso não vai acontecer. Não vai acontecer porque a REN é poderosíssima, vai fazer o que bem entender, se nós deixarmos. E nós somos todos que estamos aqui presentes, é a população, é fora do interesse



partidário e é numa luta constante e ativa sobre esta matéria
Terei a oportunidade depois, mais à frente, de falar de outros assuntos
Muito obrigado
PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA – Muito obrigado, senhor deputado. Agradecia
aos senhores deputados que não alimentassem aqui o diálogo, que é a mais
elevada alta tensão que há aqui na Assembleia Municipal. Portanto, agradeço a
vossa colaboração para estarmos todos em sintonia contra essa linha de alta
tensão e todos nós temos experiência dela
Senhor deputado Jaime Dantas, tem a palavra, faz favor
<b>DEPUTADO DO MIB – Jaime Dantas</b> – Excelentíssimo Senhor Presidente da
Assembleia Municipal, Excelentíssimos Senhores Secretários da Assembleia
Municipal, Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara, Excelentíssimos
Senhores Vereadores, Senhoras e Senhores Deputados Municipais, Senhoras e
Senhores Jornalistas, Minhas Senhoras e Meus Senhores, muito boa noite
O Grupo Municipal do MIB – Movimento Independente por Barcelos –
considera este tema da linha de muito alta tensão, que o Bloco de Esquerda
aqui trouxe, muito pertinente, oportuno e perfeitamente atual
Conhecidas as implicações da instalação deste projeto da REN – Rede
Energética Nacional – no concelho de Barcelos que afetarão as populações a
vários níveis, devidamente enunciadas na moção apresentada, donde
destacamos a saúde pública e a qualidade de vida das pessoas, são legítimos os
receios e as preocupações dos munícipes e dos seus responsáveis autárquicos
Entendemos ser oportuno recordar aqui as posições anteriores do MIB,
assumidas nesta Assembleia sobre esta matéria, designadamente a necessidade
de apoiar as pessoas mais diretamente afetadas no que concerne à
desvalorização do seu património. Queremos alertar também para alguns
pontos que consideramos extremamente importantes e que já foram por nós



enfatizados num passado recente:
Estratégia de concertação com os municípios vizinhos;
Cooperação com as Juntas de Freguesia;
Estudo de um corredor alternativo;
Impactos na saúde pública;
Defesa do património particular;
Prejuízos para o concelho
Desafiamos o senhor presidente da Câmara, o ex-vice/deputado doutor
Domingos Pereira e o próprio Partido Socialista para usarem da sua capacidade
de influência junto do Governo PS e, perante a inevitabilidade da passagem da
linha pelo nosso concelho, que o seu traçado seja encostado à A vinte e oito.
Estamos convictos que este corredor alternativo iria minimizar o seu impacto
sobre as populações. Temos conhecimento que há um município afetado, mas
muito pouco quando comparado com Barcelos, que até é do Partido Social
Democrata
Nunca é de mais manifestar outra vez a nossa firme determinação em
não aceitar que tal pretensão da REN vá por diante. Para isso não basta ficarmo-
nos pelas intenções, é preciso passar à ação. E os deputados desta Assembleia
Municipal têm responsabilidades acrescidas pois foram eleitos para servir e
defender o concelho e os barcelenses, daí que devam ser envolvidos neste
processo e até mesmo tomar-lhe as rédeas
Justifica-se, por isso, a rejeição do traçado da linha de muito alta tensão
pelo território de Barcelos tal como está previsto, assim como a criação da
comissão nos moldes propostos na moção
Como a proposta apresentada vai ao encontro de princípios e valores que
defendemos para Barcelos, votámos naturalmente a favor e participaremos
ativamente nos trabalhos e acões desenvolvidos por esta comissão



Muito obrigado
PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA – Muito obrigado, senhor deputado. Tem a
palavra o senhor deputado Firmino Silva
<b>DEPUTADO DO CDS-PP – Firmino Silva</b> – Excelentíssimo Senhor Presidente
Quanto à moção do Bloco de Esquerda, nós abstivemo-nos e justificamos
esse voto pelo seguinte:
O senhor presidente da Câmara continua no exercício pleno das funções.
Para todos os efeitos nada lhe foi retirado, portanto, continua no exercício
dessas funções
Esta Assembleia mandou o senhor presidente da Câmara para junto das
instituições lutar pelos melhores interesses de Barcelos quanto à linha de muito
alta tensão
Depois, não estamos de forma alguma de acordo quanto ao tipo de
linguagem que é usada nesta moção pelo Bloco de Esquerda. Portanto, não é
nossa esse tipo de linguagem, não partilhamos esse tipo de linguagem e não
estamos de forma alguma de acordo
Outro motivo: é que existe já uma organização dos presidentes de Junta,
a maior parte deles afetados por essa linha de muito alta tensão e que estão
organizados e que estão a lutar pelo melhor do concelho de Barcelos. Portanto,
criar mais uma comissão que terá exatamente o mesmo objetivo não vemos,
sinceramente não vemos grande interesse nisso, antes pelo contrário, acho que
se atropelarão no fundo estas duas organizações e, portanto, é melhor uma boa
que duas mais ou menos
Quanto à intervenção do Partido Socialista e depois de ouvir o senhor
deputado José Paulo Matias, lembrei-me logo de um velho ditado popular, que
é "zangam-se as comadres, contam-se as verdades". E queríamos,
sinceramente dar as hoas-vindas de narte do Partido Socialista à hancada da



oposição. Boas-vindas sinceras!
Mas acreditamos que é desigual esta forma de fazer oposição à Câmara
Municipal, porque essa parte do Partido Socialista tem já informação
privilegiada que a demais oposição não tem e, portanto, há aqui uma certa
desigualdade no peso dessa oposição. Se pudessem partilhar alguma da
informação com a demais oposição nós agradeceríamos e estaríamos dispostos
a ajudar o Partido Socialista nessa oposição
O senhor deputado fez aqui acusações gravíssimas à Câmara Municipal
de Barcelos em relação à parceria público-privada. E o senhor deputado
esqueceu-se que essas acusações são referentes a um determinado período que
os vereadores do Partido Socialista estavam na plenitude de funções, tinham
cargos executivos. Portanto, o que o senhor fez aqui foi uma acusação também
aos seus vereadores. Não percebemos este tipo de oposição, mas concordamos
com a sua posição
Muito obrigado
PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA – Muito obrigado, senhor deputado
Estão terminadas as intervenções dos grupos municipais e temos agora
aqui duas declarações de voto em relação à moção que foi votada e aprovada,
proposta pelo Bloco de Esquerda
Temos a primeira declaração de voto do senhor deputado António
Cardoso
<b>DEPUTADO DO PS – António Cardoso</b> – Senhor Presidente da Assembleia,
Senhores Secretários, Senhor Presidente da Câmara, Senhores Vereadores,
Membros da Assembleia Municipal, Senhores Presidentes de Junta
Eu percebi, como António Cardoso, a proposta, mas eu tenho que
responder como presidente de Junta, que é isso o que eu estou aqui a fazer. Eu



a minha freguesia
Presumo que em dezembro do ano passado aprovou a Assembleia de
Freguesia uma proposta apresentada pelo Partido Socialista que foi entregue à
comissão dos presidentes de Junta, onde manifestávamos o nosso repúdio pela
instalação no nosso concelho da linha de muito alta tensão
Posteriormente a isso, em março, a Câmara Municipal delibera
responsabilizar ou delegar competências ao senhor presidente da Câmara para
exercer tudo o que estivesse ao alcance dele para evitar a instalação da linha de
muito alta tensão. Essa proposta é ratificada pela Assembleia. Nenhuma delas,
que eu tenha conhecimento, foi revogada
Ora, como disse e muito bem o doutor Adélio Miranda, isto é uma
sobreposição. Nada impede neste momento de o senhor presidente da Câmara
constituir uma comissão e depois vamos ter a comissão do presidente da
Câmara, a comissão dos presidentes de Junta e a comissão que irá ser eleita
aqui. Portanto, vamos ter três comissões. Diz-me a minha experiência nas lutas
ambientais que a desunião é muito má, o ideal seria mesmo unirmo-nos todos
E o senhor presidente da Câmara, em setembro, ou finais de agosto,
chamou os presidentes de Junta todos e deu-lhes conta de tudo o que estava a
acontecer e pediu-nos que a gente manifestasse o nosso apoio ao executivo e
eu assim o fiz. Aprovou-se em reunião de Junta da Freguesia de Barqueiros uma
proposta de repúdio contra a instalação no nosso concelho da linha de muito
alta tensão. Porque estou em defesa da minha freguesia, honro aqui os
barqueirenses com a palavra dada. Portanto, votaria sempre contra esta
proposta, tanto como presidente de Junta, como politicamente o António
Cardoso
Obrigado
PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA – Muito obrigado. Tem a palavra o senhor



deputado José Carlos Costa
<b>DEPUTADO DO PS – José Carlos Costa</b> – Excelentíssimo Senhor Presidente,
Senhores Secretários, Senhor Presidente da Câmara, Senhores Vereadores,
Senhores Deputados
Eu como presidente da Junta de Pereira votei contra a moção do Bloco
de Esquerda porque, estando de acordo no essencial e com a constituição dos
dois pontos que foram aqui aprovados, não estou de acordo com o texto e
principalmente no parágrafo que diz o seguinte:
"Atualmente, o Senhor Presidente da Câmara já não é suportado pelo
partido que venceu as eleições autárquicas. A retirada da confiança política, não
tendo um efeito prático de destituição, de legitimidade, não deixa de ser
relevante quanto à efetiva representatividade na edilidade"
Como eu acho que o senhor presidente da Câmara continua com todos
os poderes, não perdeu qualquer um deles, continua a ser o representante de
todos os barcelenses, e a linha de muito alta tensão passa em Barcelos –
existem dois traçados, um que me afeta em particular porque passa pelo monte
da Franqueira – eu penso que o presidente da Câmara, como órgão máximo do
concelho, pode representar todos os barcelenses de uma forma igualitária
Por isso, e como nós já aprovámos aqui em Assembleia Municipal uma
moção a dar-lhe esses poderes, continuo a achar que essa equipa deve ser
liderada pelo senhor presidente da Câmara. Por isso, o meu voto contra
PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA – Muito obrigado, senhor deputado
Está assim esgotado o período de antes da ordem do dia, não temos
nenhuma inscrição para intervenção do público, passamos então de imediato ao
período da ordem do dia
Em primeiro lugar, vamos pôr à votação a dispensa da leitura da ata de
trinta de junho de dois mil e dezasseis, da última Assembleia Municipal



Quem vota contra queira levantar-se, por favor
(Ninguém)
Quem se abstém queira levantar-se, por favor
(Ninguém)
Foi aprovado por unanimidade a dispensa da leitura da ata
Passamos então à votação da aprovação da ata!
Quem vota contra queira levantar-se, por favor
(Ninguém)
Quem se abstém queira levantar-se, por favor
(Um do MIB)
Aprovado por maioria com uma abstenção
Passamos então de imediato ao ponto número dois da ordem do dia
PRIMEIRA SECRETÁRIA – Discussão e votação da proposta da Câmara Municipal
para a fixação das taxas a cobrar em dois mil e dezassete, relativamente às
receitas de: Imposto Municipal sobre Imóveis, Derrama e Participação no IRS
PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA – Relativamente a este ponto e antes de
entrarmos na sua discussão, nós temos aqui, foi assim que recebemos do
executivo desta forma, a discussão de três impostos, que será o IMI, a fixação
da taxa de zero vírgula trinta e cinco por cento para os prédios urbanos a cobrar
em dois mil e dezassete; a redução da taxa do IMI que incide sobre os prédios
urbanos destinados a habitação permanente para famílias com um filho por
vinte euros; a redução da taxa do IMI que incide sobre prédios urbanos
destinados a habitação permanente para famílias com dois filhos ou mais de
dois filhos com o valor de dedução, respetivamente, de quarenta e setenta
euros
Para além disso, temos a derrama e ainda a participação dos cinco por
cento no IRS dos rendimentos do ano de dois mil e dezassete



Portanto, eu vou abrir a discussão e quando terminar a discussão vai
haver três votações autónomas, uma para cada imposto
Está aberta a discussão ao ponto número dois da ordem do dia!
Tem a palavra o senhor deputado Joel Sá
<b>DEPUTADO DO PSD – Joel Sá</b> – Senhor Presidente da Assembleia Municipal,
Senhora e Senhor Secretários, Senhor Presidente da Câmara, Senhoras e
Senhores Vereadores, Membros da Assembleia, Minhas Senhoras e Meus
Senhores, Comunicação Social, Barcelenses que nos acompanham via web
A Lei das Finanças Locais, Lei número setenta e três barra dois mil e treze,
de três de setembro, estabelece o regime financeiro das autarquias locais e
dispõe no seu articulado um conjunto de procedimentos prévios a observar,
designadamente a fixação das respetivas taxas, a concessão de
benefícios/isenções, a obtenção da necessária autorização da Assembleia
Municipal, bem como o cumprimento dos prazos de comunicação às entidades
tributárias
Assim, todos os anos os municípios têm que apresentar aos órgãos
executivos para deliberação dos órgãos deliberativos as taxas dos impostos a
cobrar para o ano seguinte ao da deliberação, nomeadamente quanto à fixação
do lançamento da derrama, participação no IRS e IMI para o ano seguinte e no
caso dois mil e dezassete
Como temos vindo a afirmar, o Partido Socialista, desde que assumiu a
liderança do executivo municipal no concelho de Barcelos, tem vindo a apregoar
uma política e a praticar outra diferente
Ora vejamos:
Quanto ao IMI
Mantém a taxa a cobrar relativamente aos prédios urbanos em zero
vírgula trinta e cinco por cento



De recordar que o PS prometeu, ao iniciar este mandato, a redução do
IMI para o mínimo
Constata-se que as receitas deste imposto têm vindo a aumentar todos
os anos
E dado que as recentes alterações ao IMI aprovadas pelo Governo das
esquerdas social-comunista, nomeadamente o aumento da ponderação máxima
prevista para o coeficiente "localização e operacionalidade relativas" (que vai
taxar a exposição ao sol e às vistas), levarão necessariamente ao aumento do
valor patrimonial tributário e consequentemente ao aumento do IMI a pagar
Pelo que o PSD esperava que fosse fixada, pelo executivo municipal, a
taxa mínima do IMI dos prédios avaliados para dois mil e dezassete e assim
aliviar a carga fiscal dos barcelenses, tal como em outros municípios
Senhor presidente, senhores deputados
Não seria de fazer uma minoração da taxa para edifícios reabilitados para
habitação?
Não seria de fazer uma minoração da taxa para prédios urbanos para
arrendamento?
Assim, o PSD vota contra a proposta de IMI
Quanto ao IRS
É proposto manter a taxa nos cinco por cento
Defendemos como desejável a redução deste valor, na medida em que
estabeleceria um contributo do município para aliviar o pesado fardo fiscal que
sobrecarrega a economia familiar dos barcelenses
E sendo cada vez maior o número de autarquias que usam esta
prerrogativa em benefício dos seus munícipes (veja-se os casos de Braga e
Famalicão), não se entende quando para mais, na voz dos socialistas, Barcelos é
um dos municípios com finanças mais sólidas, não lhes siga o exemplo



Senhor presidente, senhores deputados
Não seria de ponderar uma redução das despesas em gastos supérfluos e
dispensáveis, nomeadamente em avenças e acessórios de valores e utilidade
discutíveis, entre outras?
Assim, o PSD também vota contra a proposta de IRS
Quanto à derrama
Um vírgula dois por cento sobre o lucro tributável das entidades com um
volume de negócios igual ou superior a cento e cinquenta mil euros, mantendo-
se a isenção para valores inferiores
No entanto, tal como temos vindo a alertar, existe a necessidade do
executivo municipal criar condições para atração de investimento para o
concelho e a questão dos impostos municipais para as empresas deveria, em
nossa opinião, ser considerada, tendo em conta a necessidade de criação de
novas empresas, imprescindíveis para o crescimento da atividade económica e
do emprego no nosso concelho
Consideramos a manutenção da isenção da taxa para valores inferiores a
cento e cinquenta mil euros de extrema importância para as empresas locais
Assim, e por uma questão de coerência com votações anteriores, o PSD
abstém-se na proposta da derrama
Para finalizar, relembro que no ano transato um dos motivos pelos quais
o executivo socialista não podia baixar estes impostos, como tinha prometido,
era a Lei do FAM (Fundo de Apoio Municipal), que o anterior Governo fez
publicar e que tinha implicações orçamentais no valor de cerca de três milhões
de euros ao orçamento municipal repartidos nos próximos anos
Pelo que, segundo declarações de responsáveis do Governo, do
secretário de Estado da Administração Local, a contribuição para o FAM vai ser
suspensa e assim a autarquia e o Partido Socialista têm aqui margem de



manobra para reduzir estes impostos e só não o faz porque não quer e mais
uma vez engana os barcelenses!
Verifica-se também que as receitas arrecadadas nos últimos anos e
considerando o volume de investimento (ou, melhor dizendo, a falta dele) que
tem vindo a ser realizado pelo executivo socialista, tal como temos referido nos
anos anteriores, entendemos aqui que também existem condições para aliviar a
carga fiscal que incide sobre os barcelenses
Tanto mais que o orçamento de Estado para dois mil e dezassete prevê
um aumento dos impostos, nomeadamente os indiretos, são inevitáveis!
Reduzir a fiscalidade municipal devia ser uma prioridade do município,
para desta forma se tornar mais atrativo e competitivo face aos concelhos
vizinhos que nos continuam a ultrapassar a todos os níveis e em especial na
captação de investimento e criação de emprego
Com o PSD será uma realidade!
Muito obrigado
PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA – Muito obrigado, senhor deputado. Tem a
palavra o senhor deputado Mário Figueiredo
<b>DEPUTADO DA CDU – Mário Figueiredo</b> – Muito obrigado, senhor presidente
Dizer que o PCP rejeita categoricamente a perspetiva demagógica que
alguns atores políticos encaram a política fiscal. Consoante sejam poder,
oposição, seja ano de eleições ou não, ou queiram capitalizar simpatias junto da
opinião pública
Atropelam, sem pudor, princípios básicos da política fiscal
Quem decide sobre a tributação de impostos tem dois imperativos:
O imperativo da justiça fiscal, tributando menos quem menos tem;
O imperativo do equilíbrio entre a preocupação com a situação
socioeconómica dos contribuintes e a obtenção de receita para concretizar as



suas funções
Sobre o IMI
Afirmamos, mais uma vez, que atendendo às caraterísticas deste
imposto, à situação social e económica dos barcelenses, a Câmara Municipal de
Barcelos deve olhar para este imposto não numa perspetiva de sobe e desce
consoante as tais circunstâncias e usar do estipulado na Lei das Finanças Locais
e isentar de IMI as famílias em francas dificuldades económicas, muitas com
atraso no pagamento da própria casa que se quer tributar. Deve, por isso, a
Câmara Municipal de Barcelos alargar os critérios de isenção estipulados no
estatuto dos benefícios fiscais
A redução do IMI por número de filhos comporta deficiências pois não é
um mecanismo de justiça fiscal, apesar da correção que foi atualmente
introduzida, visto que uma família sem filhos que viva numa situação económica
dramática não terá qualquer redução e uma família abastada com três filhos
beneficia de uma redução de setenta euros. Mas digo que, apesar disso,
entendemos que há um leque alargado de famílias abrangidas por esta medida
que irão beneficiar da redução
Por este facto merece o nosso apoio
Sobre a participação do IRS
Afirmar que o agravamento da carga fiscal sobre o rendimento do
trabalho foi imagem de marca da austeridade imposta, primeiro, pelos
Governos de Sócrates e, depois, pelo Governo de Passos Coelho
Recorde-se que a participação das autarquias no IRS foi estipulada na Lei
das Finanças Locais em dois mil e sete para, segundo os apoiantes da altura,
compensar perdas de verbas que a entrada dessa lei em vigor implicava
Por isso, o desagravamento deve ser exigido ao Governo e é sua
obrigação a concretização de uma política fiscal justa



Não faz qualquer sentido que sejam os municípios, ao sabor de
conveniências, a suportar o aliviar da carga fiscal que compete exclusivamente
ao Governo
Consideramos que a abdicação de participação do IRS é socialmente
injusto, pois reduz a carga fiscal tanto mais quanto maior forem os rendimentos,
sendo que os barcelenses titulares de baixos rendimentos – a grande maioria –
não teriam qualquer benefício com a redução da participação
A abolição de impostos nunca beneficiou os desfavorecidos
Dizer que esta redução, essa possível abdicação dos cinco por cento, é de
montante residual para cada um dos beneficiários e significativa quando
acumulado, podendo contribuir para diminuir a capacidade do município de
realizar políticas que promovam a redistribuição da riqueza prejudicando,
também aqui, os mais desfavorecidos
Dizer que a fixação da derrama em um ponto dois para volumes de
negócios de cento e cinquenta mil euros foi sempre uma batalha do Partido
Comunista na perspetiva que também as pessoas coletivas devem contribuir
para a angariação de receitas por parte do município. Nesse esforço que o
Partido Comunista sempre fez, nessas posições que sempre teve aqui nesta
Assembleia, levou que num determinado momento o Partido Socialista e o
executivo recuassem na isenção total, conforme foi prometido e conforme
chegou a decidir
Dizer que não posso de maneira alguma justificar isenção total da
derrama à custa da concorrência entre concelhos. Eu defendo o concelho de
Barcelos, mas não posso olhar para ele como uma quinta. Não se pode aceitar
que haja pleno emprego em Barcelos e haja emprego na ordem dos vinte ou
trinta por cento em Famalicão ou em Braga. Essa é uma falácia que
normalmente a direita usa para privilégios às empresas e às grandes empresas,



neste caso de concelho para concelho, mas na maioria dos casos de país para país, com benefícios fiscais que são reconhecidos e que foram dados a grandes multinacionais, que chuparam o que tinham a chupar dentro do país e depois puseram-se a andar, destruindo a produção nacional e deixando aqui um exército de desempregados.----------E com isto, com este drama todo, o deputado Firmino ri-se.---------------Disse.-----PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA - Muito obrigado, senhor deputado. Tem a palavra o senhor deputado José Ilídio Torres.-----**DEPUTADO DO BE – José Ilídio Torres – Muito obrigado, senhor presidente.-----**-----Quanto a este ponto em debate, o Bloco de Esquerda vota em consonância com aquilo que sempre vem defendendo.----------Relativamente à derrama.----------Achamos que é uma boa medida, sempre o meu partido se bateu para que isto acontecesse: a isenção de contribuições até cento e cinquenta mil euros.----------Obviamente que divergimos em termos políticos daquilo que pensa o PSD. O PSD pensa, pela voz do senhor deputado Joel Sá, de que realmente temos que proteger as grandes empresas e que é por isso que elas fogem. Eu não estou convencido que seja por aí e o nosso ponto de vista é bem diferente. É preferível protegermos as pequenas e médias empresas, que são a esmagadora maioria das empresas e que são de vital importância no tecido económico do concelho, do que estarmos a isentar as grandes empresas. Não é por aí que vamos conseguir.-----------Hoje mesmo, no Diário Económico, li com alguma surpresa que um grupo económico de Barcelos reativou uma empresa falida em Famalicão e que fez um investimento de dois milhões de euros. Isso é que nos deve preocupar. Mas não



e por causa das isenções que eles fogem daqui. Mas e necessario uma reflexao
profunda sobre isso. O investimento foge de Barcelos e é necessário inverter o
rumo dessa tendência
Portanto, relativamente à derrama vamos votar favoravelmente a
proposta
Quanto ao IMI
Temos muitas dúvidas quanto ao facto desta taxa de zero ponto trinta e
cinco não poder cair para os zero ponto trinta por cento
Na nossa perspetiva o IMI é um imposto que tem uma larga perspetiva
social e nesse aspeto discordo um pouco daquilo que o deputado da CDU, o
Mário Figueiredo, aqui disse. Concordo com ele na perspetiva de que poderá ser
injusto nalguns mecanismos, mas penso que era desejável que esta taxa
pudesse baixar para os zero ponto trinta e estaríamos, mais uma vez, do lado
das pessoas que menos têm, que mais necessitam, e que neste cenário de crise
política, de grandes discussões, de comadres que se zangam, como aqui se
disse, são os mais atingidos por esta situação, é a eles que não é dada voz e é a
eles que temos que ouvir, porque há muita gente em dificuldades no concelho e
é preciso acudir a essas pessoas. As ajudas são todas bem-vindas, por isso,
numa perspetiva social, achamos que havia aqui margem, até por algumas
razões que aqui já foram invocadas, de orçamento de Estado, etc., podermos
reduzir a este imposto
A minha vontade, sinceramente, era votar contra. Vou abster-me, mas
fico com a vontade de votar contra porque já me abstive no ano passado aqui e
fica-me sempre o amargo de boca de mais uma vez as questões não serem tidas
em conta, a cidadania ser uma palavra vã, utiliza-se quando nos dá jeito, mas a
cidadania não é nada disso
Depois, relativamente também à participação de cinco por cento no IRS,



eu penso que havia margem também aqui para baixarmos este imposto e podem ficar com a certeza de que poucos euros num orçamento de uma família que pouco tem é muito, poucos euros numa família que pouco tem é muito. Portanto, é necessário aqui reduzir a carga fiscal que incide sobre aqueles que menos têm e eu acho que nos esquecemos a maior parte das vezes dessas pessoas. Eu espero, sinceramente, que possamos, ao longo do ano que ainda temos pela frente até ao período eleitoral, ter a responsabilidade de olharmos com atenção para aqueles que neste momento mais dificuldades passam, porque a crise está longe de ter terminado.----------Eu queria aproveitar o tempo, porque há pouco esqueci-me de pedir isso ao senhor presidente da Assembleia Municipal, que pudéssemos rapidamente encetar a démarches no seguimento da moção que foi aprovada, para que os partidos políticos possam eleger os seus representantes e, em consonância com os presidentes de Junta também, fazermos a constituição desta associação ou deste movimento que em nada fere aquilo que aqui foi dito. Não há desunião, antes pelo contrário, há, a meu ver, uma centralidade de vontades e, tal como diz na proposta, a Câmara Municipal também é convidada a participar. Portanto, não penso que estejamos aqui a dividir seja o que for.----------Muito obrigado.-----PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA – Muito obrigado, senhor deputado. Em relação à moção que foi aprovada e às suas consequências, como referiu, os serviços municipais imediatamente a partir da próxima segunda-feira entrarão em contacto para serem tomadas as diligências para a constituição da comissão.---------Tem a palavra agora o senhor deputado Jaime Dantas.-----**DEPUTADO DO MIB – Jaime Dantas** – Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Excelentíssimos Senhores Secretários da Assembleia Municipal, Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara, Excelentíssimos



Vereadores, Senhoras e Senhores Deputados Municipais, Senhoras e Senhores Jornalistas, Minhas Senhoras e Meus Senhores.----------Sobre esta proposta da Câmara Municipal para a fixação das taxas a cobrar em dois mil e dezassete relativamente às receitas de IMI, derrama e participação no IRS, o Grupo Municipal do MIB – Movimento Independente por Barcelos – mantém a posição que sempre assumiu.-----------Assim, em coerência com as ideias e medidas de política social que constavam do nosso programa eleitoral e também por fidelidade, respeito e compromisso para com os munícipes que confiaram em nós, entendemos que há condições para reduzir o valor do Imposto Municipal sobre Imóveis, fixandoo na taxa mínima de zero ponto três por cento, à semelhança do que já sucede com outros municípios e como, de resto, prometera o Partido Socialista quando se apresentou ao eleitorado. Por conseguinte, votaremos contra a fixação da taxa do IMI em zero ponto trinta e cinco por cento.-----------Relativamente à derrama, pelas razões enunciadas anteriormente, votaremos favoravelmente. A fixação da taxa normal em um ponto dois por cento sobre o lucro tributável para um volume de negócios superiores a cento e cinquenta mil euros e a isenção da taxa aos contribuintes com volume de negócios até esse valor parecem-nos propostas bastante razoáveis e aceitáveis.------Por fim, consideramos que se justifica mais do que nunca o alívio da carga fiscal que incide sobre as famílias face à conjuntura socioeconómica que atravessamos. Por isso, deixamos aqui o desafio ao executivo municipal para que tenha coragem política para eliminar/devolver a taxa de cinco por cento a aplicar sobre o IRS de dois mil e dezassete, pois, em nossa opinião, tem condições financeiras para o fazer. Como esta proposta da Câmara Municipal colide com princípios básicos do Movimento que integramos, votaremos naturalmente contra.------



Muito obrigado
PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA – Muito obrigado, senhor deputado. Tem a
palavra o senhor deputado Filipe Pinheiro
<b>DEPUTADO DO CDS-PP – Filipe Pinheiro</b> – Excelentíssimo Senhor Presidente da
Assembleia Municipal, Excelentíssimos Secretários, Excelentíssimo Senhor
Presidente da Câmara, Senhoras Vereadoras, Senhores Vereadores, Caros
Deputados, Público em geral, muito boa noite
Acerca da taxa de IRS
Em dois mil e quinze foram setenta e oito os municípios que abdicaram
de receita do IRS e a devolveram aos contribuintes. Em dois mil e dezasseis este
número aumentou para noventa e seis e irá aumentar em dois mil e dezassete
para cento e três municípios. Mas Barcelos nada. Mais uma vez este executivo
vai penalizar os barcelenses e não vai devolver nada. Ponte de Lima, por
exemplo, aqui ao lado, devolve tudo
Pelas necessidades económicas sentidas pelas famílias os socialistas de
Barcelos deveriam devolver o IRS na íntegra aos barcelenses, mas não, não vão
devolver nada
No atual panorama de instabilidade, os socialistas, mais uma vez, vão
penalizar Barcelos e os barcelenses. Por esta razão e por se preocupar com os
barcelenses e pelas suas famílias, vamos votar contra a taxa proposta para o
IRS
Relativamente à derrama
A derrama é um imposto que incide sobre o lucro tributável das
empresas
Em Barcelos são salvaguardadas os interesses das microempresas
relativamente à sua cobrança
O CDS é favorável à iniciativa empresarial privada, com a sua proteção e



incentivo, pois a mesma gera riqueza, cria postos de trabalho e dinamiza a
economia local, não abdicando que as empresas devem contribuir para o
orçamento municipal
No nosso entender e no atual quadro económico, a proposta
apresentada para a a taxa de derrama e as suas salvaguardas adequa-se a linha
defendida pelo CDS local, por esta razão vamos votar a favor da taxa proposta
para dois mil e dezassete
Relativamente ao IMI
O Imposto Municipal sobre os Imóveis dos barcelenses cada vez
representa uma maior fatia no seu orçamento familiar e cada vez representa
uma maior fatia no orçamento municipal, sendo próxima de cerca de quarenta
por cento. Esta percentagem aumenta devido ao valor global cobrado. Ou seja,
o Partido Socialista cada vez cobra mais dinheiro aos barcelenses por ter casa
em Barcelos
lsto resulta pelo fim de salvaguardas, reavaliações e por o executivo
socialista não descer a taxa cobrada
No próximo ano o valor global a cobrar vai subir outra vez, mais dinheiro
este executivo vai ter para nada fazer
E, pelo que parece, os socialistas não querem ficar por aqui, pois querem
cobrar pelo sol, pelas vistas e sabe-se lá que mais o quê
Para nem falar no Bloco, com o seu socialismo de miséria, de
nivelamento por baixo e destruidor de economias, também o quer cobrar
Mas voltando ao IMI em Barcelos, o que mais nos indigna são as famílias
pressionadas economicamente e que poderiam ser ajudadas por este executivo
e nada. Vai ser cobrado mais dinheiro aos barcelenses e nada resultará para
Barcelos e para as famílias
O marasmo irá manter-se. Barcelos continuará a andar para trás



Queremos que as famílias sejam ajudadas neste período difícil e o Partido
Socialista podia fazer algo por elas, mas, socialismo estranho, nada fará
Não sendo assim, não podemos pactuar com isto, pois este executivo
deveria ir mais longe e reduzir as taxas cobradas
Por estas razões, o CDS irá votar contra a taxa proposta
Tenho dito
PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA – Muito obrigado, senhor deputado. Tem a
palavra o senhor deputado Nelson Brito
<b>DEPUTADO DO PS - Nelson Brito</b> - Boa noite. Senhor Presidente, Senhora
Secretária, Senhor Secretário, Senhor Presidente da Câmara, Senhoras e
Senhores Vereadores, Senhoras e Senhores Deputados, Minhas Senhoras e
Meus Senhores
O PS irá votar favoravelmente as três propostas, portanto, quer para a
taxa de IMI, quer para a derrama, quer para o IRS, e fá-lo em coerência por
aquilo que tem feito ao longo destes últimos anos, de alguma forma sem
qualquer surpresa. Sem surpresa porque na verdade o PS defendeu, defende e
continuará a defender uma política de equilíbrio, de rigor na gestão das contas
municipais e estará particularmente atento a essa área, como esteve até agora,
e, aliás, os rankings têm demonstrado isso. E nesse aspeto assistimos aqui, mais
uma vez, à vinda do PSD fazer a sua demagogia habitual de propor a redução de
receitas e o aumento de despesas e virá o orçamento e teremos a mesma
discussão, já sabemos disso, propõem sempre a redução de receitas e o
aumento de despesas. Mas depois o resultado é o resultado em que a Câmara
estava em dois mil e nove e pior do que a Câmara o concelho, o concelho
hipotecado para décadas e que agora leva o próprio PSD a ter o descaramento
político de vir aqui falar de endividamento, etc. Quer dizer, têm muito pouca
memória, os senhores, ou melhor, não têm nada, querem é atirar-nos areia para



os olhos, mas não vão conseguir. Pois, como alguém aqui dizia, os senhores
riem-se, não é?
Portanto, em relação a essa matéria, o PSD também não surpreendeu
nada, teve a sua intervenção habitual
Quanto ao PS, obviamente que o desejo era não ter que cobrar nenhuns,
mas como para fazer investimentos, para poder transferir e a continuar a
transferir e não abdicar disso, do protocolo duzentos por cento, que não
abdicará jamais, é preciso financiamento para continuar a cumprir os
compromissos é preciso assegurar o financiamento adequado. Portanto, sem
demagogias, com responsabilidade, vimos aqui defender estas três medidas
Também dizer que em relação à derrama o PSD votou a favor, e muito
bem, a nosso ver. Mas o PSD enquanto esteve na Câmara Municipal nunca
deixou de cobrar a taxa máxima da derrama. Portanto, não fez nada,
rigorosamente nada, pelo estímulo ao investimento que agora tanto apregoa e
por defender as empresas em Barcelos que agora tanto apregoa, vai falando,
mas quando chega a hora, quando teve as horas, os dias, os anos e as décadas
para fazer alguma coisa também não fez nada de positivo infelizmente.
Portanto, em relação a isso é bem-vindo o voto favorável, mas não posso deixar
de sublinhar aqui a diferença que existe entre a política de estímulo económico
que o PS tem defendido e praticado ao longo destes anos, redução das taxas nas
feiras, isenção das taxas nas esplanadas, isto pode doer um bocadinho ouvir
mas é a realidade. E é isto que o PS continuará a defender e é por estes
princípios que se continuará a bater aconteça o que acontecer e, portanto, não
abdicará da sua defesa
Portanto, um dos aspetos fundamentais de ter dinheiro é depois poder
fazer investimento, designadamente uma parte desse investimento importante
são obras, como é óbvio. Sempre houve uma aposta nas obras, não nas obras de



regime ou nas obras de fachada, algumas delas sem qualquer utilidade prática, mas em obras efetivamente úteis, designadamente nas freguesias, por esse concelho fora, que muitas já foram feitas. E na informação financeira disponibilizada verifica-se que a taxa de execução dessas obras este ano está muito baixa, era importante percebermos aqui se esse ritmo das obras vai continuar ou se está a abrandar, porque se estiver a abrandar isso, sim, seria um mau sinal. Portanto, era fundamental também percebermos se será possível manter e incrementar o ritmo de investimento, porque isso é que é utilizar bem o dinheiro dos barcelenses.-----------Muito obrigado.-----PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA – Muito obrigado, senhor deputado. Está terminada a primeira ronda relativamente a este ponto, não sei se os senhores deputados querem voltar a usar da palavra sobre o mesmo assunto...-----------Faz favor, senhor deputado.------**DEPUTADO DO PSD – Joel Sá** – Peço desculpa, é só uma retificação na minha declaração, eu disse que nós, na derrama, íamo-nos abster e o nosso voto é favorável. Foi um lapso da minha parte.----------Muito obrigado.-----PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA - Muito obrigado, senhor deputado. Senhor presidente da Câmara, pretende usar da palavra?-----PRESIDENTE DA CÂMARA – Muito obrigado, senhor presidente.---------Senhor Presidente, Senhora e Senhor Secretários, Senhoras e Senhores Vereadores, Senhoras e Senhores Deputados, Senhoras e Senhores Presidentes de Junta de Freguesia e União de Freguesias, Caras e Caros Cidadãos, um cumprimento especial para quem nos acompanha em casa via web.----------Senhor presidente, eu vou-me escusar de fazer comentários da intervenção sobre o período de antes da ordem do dia e reservar-me-ei



naturalmente para o período da informação do presidente, que é assim que eu entendo que deve ser o enquadramento.----------De qualquer maneira, em relação às últimas intervenções do ponto dois da ordem de trabalhos, como enalteceu aqui o senhor deputado Nelson Brito, e bem, nós não podemos andar aqui por um lado a dizer que é preciso dar mais dinheiro às freguesias, que é preciso fazer circulares, que é preciso fazer tudo, e ao mesmo tempo descer os impostos. É evidente que o executivo desejaria isso. Não é possível!----------Senhor deputado Armando Costa, eu acho que é preciso ter algum cuidado nas suas palavras e eu escrevi aqui o que o senhor disse, que lá vão quatrocentos milhões de euros, e a sua expressão foi "para onde foi o dinheiro?". Temos que ser sérios na discussão política. E, portanto, para haver rigor acho que o senhor devia ter muito mais cuidado nas palavras que usa, porque o senhor está a falar de sessenta milhões de euros de orçamento e que, como sabe, não se destina só a investimento. Portanto, ao usar as palavras eu pedia-lhe esse cuidado de cautela, porque disparar uma coisa dessas aqui para onde foram os quatrocentos milhões de euros, acredite, é perigosíssimo.----------Entretanto também dizer-vos que é preciso ter a consciência que se a Câmara abdicar dos impostos da forma como eles estão apresentados, nomeadamente o IMI, muito se fala do IMI, mas posso-vos dizer que com todas as isenções introduzidas desde os rendimentos ao valor patrimonial e às famílias com mais de um, dois ou três filhos a Câmara Municipal de Barcelos perdeu setecentos e cinquenta mil euros. Esta é uma realidade. Portanto, quando se vem agui dizer, que se cria essa ideia de que o IMI traz mais receita e mais receita, não, este ano já perdemos setecentos e cinquenta mil euros. Portanto, isto tem impactos, naturalmente, porque é preciso reajustar os orçamentos se a receita desce. É preciso que haja rigor nesta informação, há uma perda real de



receita.-----

------Dizer também ao senhor deputado Joel Sá sobre o FAM. Nós fomos notificados para pagar o FAM e eu não sei se tem alguma informação suplementar, sei que o Governo tem intenção de fazer alterações à Lei do FAM, não sei em que condições, a verdade é que o município, pelo menos este ano, vai ter que cumprir e para o ano não sei se vai cumprir, se não vai, porque eu não sei o tipo de legislação... senhor deputado, os jornais a mim não me dizem nada. Sabe, eu estive uma vez num país que os ministros eram demitidos pela rádio, agui informa-se muito pelos jornais, mas é preciso notificar as pessoas e é preciso que seja o Governo naturalmente a tomar a informação. Portanto, no mínimo, e eu estou numa instituição que tenho o acesso a vária discussão de legislação, foi lá discutido que iria haver alterações ao FAM, mas ainda não apareceu nada nessa medida. O jornal a mim não me determina nada. Compreende isso? Eu compreendo que amarra a informação do jornal, mas objetivamente só coisas concretas e objetivas é que eu posso e, portanto, nós temos que analisar em função da realidade no momento e a realidade no momento é, primeiro, sei que há uma perspetiva do Governo alterar a Lei do FAM, mas a verdade é que a lei mantém-se em vigor e enquanto ela estiver em vigor temos que ser realistas, porque este ano já fomos notificados para pagar o FAM porque eu suspendi o pagamento em junho do FAM, precisamente porque havia aquela informação o que é que vai acontecer, não vai acontecer. Até pedi que consequências é que o município poderia por não pagar, disseram-me uma coisa muito simples: retenção de verbas, não há penalizações. E aguardei, fui esperando a ver se... não é? No entanto, o diretor do FAM ligou-me um dia destes a ver se a Câmara de Barcelos... eu disse "com certeza a Câmara vai cumprir porque a Câmara é uma entidade cumpridora", foi um bocado naquela expetativa de se surgia alguma coisa que evitasse fazer a primeira prestação do



FAM de dois mil e dezasseis
De qualquer maneira, em resumo, senhor presidente, senhores
deputados, dizer que quando falamos na redução de impostos o executivo, mais
do que ninguém, gostaria de reduzir, mas não há condições objetivas para isso,
infelizmente, e, portanto, a bem do equilíbrio das contas do município, como
disse o senhor deputado Nelson Brito, é preciso também equilibrar quer na
despesa, quer na receita e, infelizmente, não podemos abdicar da receita
Muito obrigado
PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA – Muito obrigado, senhor presidente
Vamos então agora passar às votações!
Vamos, em primeiro lugar, então proceder à votação da taxa do IMI.
Como sabem, a taxa do IMI proposta pelo executivo a aplicar será de zero
vírgula trinta e cinco por cento para os prédios urbanos a cobrar em dois mil e
dezassete, com a redução de vinte euros para as famílias com um filho, com
dois filhos quarenta euros e com três filhos setenta euros
Quem vota contra queira levantar-se, por favor
(Vinte e nove: dezoito do PSD, sete do MIB, três do CDS-PP, um do PPM)-
Quem se abstém queira levantar-se, por favor
(Um do BE)
Neste momento estão cento e nove deputados, foi aprovado por maioria
com setenta e nove votos a favor
Vamos passar agora à derrama relativamente a dois mil e dezassete. A
proposta do executivo é de um vírgula dois por cento e isentar os sujeitos
passivos que tenham um volume de negócios que não ultrapasse os cento e
cinquenta mil euros
Quem vota contra levanta-se, por favor
(Ninguém)



Quem se abstém levanta-se, por favor
(Ninguém)
Foi aprovado por unanimidade
E finalmente vamos passar à votação da proposta relativa à participação
de cinco por cento no IRS dos rendimentos que serão cobrados também no ano
de dois mil e dezassete
Quem vota contra levanta-se, por favor
(Vinte e oito: Dezassete do PSD, sete do MIB, três do CDS-PP, um do
PPM)
Quem se abstém levanta-se, por favor
(Um do BE)
Foi aprovado por maioria com oitenta votos a favor
Declaração de voto do senhor deputado Mário Figueiredo. Faz favor
<b>DEPUTADO DA CDU – Mário Figueiredo</b> – Muito obrigado, senhor presidente
Dizer o seguinte, porque foi lançada aqui alguma confusão em torno da
aplicação destes impostos que poderá criar dúvidas aos barcelenses quanto à
tomada de posição do Partido Comunista:
O Partido Comunista votou favoravelmente a fixação das três taxas por
uma questão muito simples:
Nós não temos, em relação ao IMI, uma perspetiva de baixa, de sobe e
desce do imposto, já referimos isso várias vezes. E se vos perguntar, se
baixarmos o IMI, quem são os grandes beneficiários, de certeza que vocês têm
agora na vossa cabeça dois ou três nomes, ou duas ou três famílias. Isso é que é
verdade. É por isso que nós defendemos que a abdicar de uma parcela de
receita do IMI ela deve ser abdicada por baixo, isentando ou alargando os
critérios de isenção às famílias de realmente carência económica, porque nós
temos a noção que a condição de proprietário mudou ao longo dos anos e agora



qualquer família é proprietária, mesmo aquelas de grande carência económica. Portanto, alargando esses critérios, porque há famílias com rendimento praticamente de zero mas com uma habitação de setenta e cinco mil euros que já estão fora da isenção, era por aí que se devia atacar e não nesta perspetiva de sobe e desce.----------Em relação à participação do IRS, dizer o seguinte:----------As famílias em dificuldades, no desemprego, com baixos salários, que é a maioria da população barcelense, não pagam IRS, portanto, não beneficiavam desta anulação ou desta abdicação da participação. Isso é uma falácia tentar jogar com este tipo de situação. A maioria das famílias em dificuldade não paga IRS, não beneficiava.----------Dizer também o seguinte:-----------Uma boa parte das que pagam, que é uma parte da classe média, já baixa, e alta, uma boa parte das que pagam tinham uma redução ou um benefício praticamente residual. Porque não é baixar a taxa de quarenta por cento para trinta e cinco. Não é assim que se faz as contas. As contas são feitas de maneira diferente. Tinham um benefício residual. E uma pequeníssima parte, talvez os mesmos nomes que vos veio à cabeça na questão do IMI, eram os grandes beneficiários com a abolição desta participação do IRS.----------Portanto, esta visão sobre os impostos – muitas contradições em alguns partidos – é uma visão que cria uma enorme injustiça fiscal e o Partido Comunista naturalmente que não acompanha isso. E é tudo isto que temos que juntar, que é necessário atender que o município tem que cumprir funções sociais que vão de encontro aos interesses dos mais desfavorecidos. Agora, se essas funções são bem aplicadas ou não, são bem-feitas ou não, isso é outra conversa. Agora não podem é deixar de ser feitas porque se abdica de impostos para entregar àqueles que realmente mais têm e mais podem pagar.------



Disse
PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA – Muito obrigado, senhor deputado
Vamos então passar agora ao ponto número três da ordem do dia
SEGUNDO SECRETÁRIO – Discussão e votação do Plano Estratégico de
Desenvolvimento Urbano do Município de Barcelos (PEDU)
PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA – Estão abertas as inscrições!
Tem a palavra o senhor deputado Mário Constantino
<b>DEPUTADO DO PSD – Mário Constantino</b> – Senhor Presidente da Assembleia
Municipal, Senhora e Senhor Secretários, Senhor Presidente da Câmara,
Senhoras e Senhores Vereadores, Caras e Caros Membros da Assembleia
Municipal, Minhas Senhoras e Meus Senhores, Comunicação Social
O PSD irá votar naturalmente a favor desta proposta. Qualquer
possibilidade de investimento em Barcelos, que tão carenciado está de
investimento, é de apoiar claramente
No entanto, há considerações e questões que teremos que colocar ao
executivo e que não podemos deixar passar em claro sem um reparo ou sem
uma observação
Os fundos europeus estruturais e de investimento constituem uma
contribuição e uma oportunidade fundamentais para a recuperação económica
e estrutural do país, bem como possibilitam apoiar o desenvolvimento urbano
sustentável
Neste sentido, as candidaturas aos PEDU (Planos Estratégicos de
Desenvolvimento Urbano) são instrumento decisivo para promover o
investimento num determinado território, alargando as possibilidades de
modernizar, eliminar as barreiras arquitetónicas e, sobretudo, incentivar o
crescimento e o desenvolvimento de uma cidade e/ou concelho
Resulta do acordo de parceria e dos programas operacionais que os



municípios a que correspondem centros urbanos de nível superior devem
elaborar um Plano Estratégico de Desenvolvimento Urbano. Assim fez a Câmara
Municipal de Barcelos
No entanto, este instrumento ou mecanismo, o PEDU, devia ser
elaborado com rigor, transparência, participação e envolvimento dos diferentes
agentes concelhios, nomeadamente: partidos políticos, associações cívicas e
forças vivas da cidade e/ou concelho
Mais ainda tendo em consideração que o senhor presidente da Câmara e
o executivo socialista se apresentaram ao eleitorado barcelense nas últimas
eleições autárquicas com a bandeira da cidadania
Perante esta bandeira, era expectável que fossem ouvidos os partidos
políticos, as associações cívicas e os barcelenses
Todavia, o executivo socialista optou por fazer tudo, menos isso, ouvir os
barcelenses
Senhor presidente, a bandeira não pode ser letra-morta que se usa nos
discursos e se ignora na prática política
O respeito pelas instituições e pelos cidadãos impõe a auscultação das
suas ideias, opiniões e contributos por mais mínimos que sejam
Com estes contributos estou certo que o plano sairia enriquecido e
naturalmente seria mais consistente e mais abrangente
Senhor presidente da Câmara, uma visão de futuro não é meramente
olhar em frente
Na minha opinião, hoje, mais do que ontem, se percebe que Barcelos
ganhou apenas em demagogia e em processos judiciais, perdendo
significativamente em estratégia, em discurso, em obra, em valores e em alma
Nos últimos anos Barcelos tem sido ultrapassado pelos concelhos
vizinhos no que toca ao desenvolvimento



As cidades dos concelhos da nossa dimensão deram um salto importante,
quiçá decisivo na direção do progresso e do futuro, tendo Barcelos, nestes
últimos anos, dado passos significativos para trás, afastando-se perigosamente
dos municípios que integram o quadrilátero urbano
Basta ver o caso concreto deste PEDU. Embora o montante seja de valor
significativo, em comparação com os outros municípios ficamos uma vez mais a
perder e de uma forma bastante significativa. Basta ver o seguinte: Barcelos,
com este contrato, poderá atingir o montante de treze milhões e setecentos
mil; Famalicão, dezassete ponto cinco; Guimarães, dezoito ponto cinco; Braga,
vinte e três milhões
Relembro aquilo que já disse o meu companheiro Adélio Miranda, que o
partido do poder é socialista, as Câmaras de Famalicão e Braga são do PSD,
mesmo assim conseguiram negociar um acordo melhor. Temos que perceber
porquê e o que falhou para que nós não pudéssemos ter um investimento mais
robusto, digamos assim
Não obstante, o défice democrático evidenciado pelo senhor presidente
da Câmara e executivo socialista ao apresentar um contrato assinado em maio,
recordo, maio, sem discussão ou análise prévia dos partidos políticos e dos
cidadãos. Apresentou agora um contrato que foi assinado em maio
O PSD, contudo, como disse há pouco, irá votar favoravelmente porque
efetivamente apoia todas e quaisquer iniciativas que tragam investimento,
desenvolvimento e crescimento a Barcelos
Disse
PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA – Muito obrigado, senhor deputado. Tem a
palavra o senhor deputado Armando Costa
<b>DEPUTADO DO MIB – Armando Costa</b> – Senhor Presidente da Assembleia
Municipal, Senhor Presidente da Câmara, Senhoras Vereadoras e Senhores



Vereadores, Senhoras e Senhores Deputados Municipais e Presidentes de Junta, Caras Senhoras e Caros Senhores, Senhoras e Senhores Jornalistas.----------Antes de começar, só para esclarecer aqui, se me permitem, uma questão que foi levantada pelo senhor deputado Mário Figueiredo, aqui numas intervenções atrás, em relação à posição do MIB sobre o resgate e a municipalização da concessão de água.----------O MIB já manifestou aqui nesta Assembleia a sua posição. Nós somos a favor da remunicipalização, desde que devidamente acompanhada por um estudo de viabilidade financeira, e isto está demonstrado nas atas das Assembleias anteriores e o senhor deputado Mário Figueiredo com certeza as poderá consultar.----------Indo ao ponto que está aqui em discussão, temos agora a oportunidade de conhecer, discutir e votar o Plano Estratégico de Desenvolvimento Urbano do Município de Barcelos.----------Gostaríamos de começar por recordar que há um ano, aqui nesta sala, em resposta a uma sugestão do MIB para o arranjo urbanístico na zona envolvente ao antigo quartel dos Bombeiros de Barcelinhos e ponte do Peregrino, o senhor deputado do PS, Joaquim Barbosa, referiu que esta obra fazia parte do PEDU e que o vereador do MIB já tinha conhecimento da mesma. Como viemos a constatar mais tarde, o executivo PS não tinha dado conhecimento deste plano aos vereadores da oposição, tendo-o feito apenas no dia doze deste mês do presente ano.----------Surpresa nossa, ou não, afinal o tal arranjo urbanístico em Barcelinhos integra o PEDU.----------Ou seja, aparentemente alguns membros desta Assembleia têm privilégios adicionais e tiveram conhecimento antecipado deste plano. Também hoje aqui já assumiram que sempre que tiverem essa informação que a vão



partilhar com o resto da oposição. Eu, em nome da restante oposição, só tenho
que agradecer
Não necessitamos de fazer um grande esforço para percebermos que
mais uma vez este executivo, o de Miguel Costa Gomes e restantes vereadores
do PS, teve um comportamento diríamos que inqualificável com a oposição e
órgãos democraticamente eleitos pelos barcelenses. É curioso que o PS
recentemente chegado ao lado da oposição já reclama exatamente do mesmo
que nós reclamamos, mas a diferença é que nós já reclamámos há três anos e
eles estão a fazê-lo agora
Nada de novo então se tivermos em conta a forma como foram
conduzidos os processos da água, PPP Barcelos Futuro e rede de muito alta
tensão
Meus caros senhores e minhas caras senhoras, um programa de
financiamento, no montante global de treze milhões, setecentos e quarenta mil
euros, para investir, na cidade, em três áreas – reabilitação urbana, quatro
milhões e duzentos e cinquenta mil; mobilidade sustentável, sete milhões e
meio; comunidades desfavorecidas, um milhão, novecentos e noventa mil – é o
maior investimento alguma vez efetuado na zona urbana e devia contar com a
participação cívica dos cidadãos
Os arautos da cidadania podiam ter promovido debates e consultado os
cidadãos para que este plano estratégico fosse de encontro às reais
necessidades de Barcelos e aos anseios dos seus habitantes
Mas, na verdade, as consultas públicas só servem para branquear
decisões problemáticas como a construção do edifício no campo da Granja!
A falta de tempo também podia ser um argumento, mas não é válido
tendo em conta que o convite-aviso para a apresentação das candidaturas,
visando a aprovação do PEDIT foi nublicado em dezanove de junho de dois mil e



quinze, sendo a data limite para apresentação de candidaturas o dia trinta de
setembro de dois mil e quinze, ou seja, três meses e meio depois
Estamos aqui por isso a branquear uma falta de respeito da maioria
socialista por esta Assembleia que nos impinge, numa de come e cala, um plano
com opções que levantam muitas dúvidas
Mais uma vez demonstram que não têm, nem nunca tiveram, um rumo
estratégico para a cidade e para o concelho
Este documento não é conhecido pelos barcelenses. Tem na nossa
opinião opções estratégicas erradas e denota uma falta de criatividade
exasperante para uma cidade que é a sede de um dos concelhos mais jovens do
país
O PEDU não contempla nada de inovador, nada de distintivo, nada que
pudesse fazer a diferença e ser o motor da atratividade para Barcelos
Esta maioria está esgotada, incapaz de se governar a si própria, gasta as
suas energias em lutas fratricidas e assim arrasta o concelho para a
mediocridade
Para o bem de Barcelos, é urgente uma mudança de rumo político
Termino só para dizer ao senhor presidente, a propósito da intervenção
que fez há pouco, é que na minha opinião a minha pergunta é legítima
enquanto membro eleito para esta Assembleia pelos barcelenses
Também na minha opinião, a resposta do senhor presidente, mais uma
vez, por acaso até pensei que já tinha abandonado, vá lá, esse tom ameaçador e
intimidatório, mas a sua resposta foi efetivamente neste tom. Podia-me
responder simplesmente "ó senhor deputado, consulte os relatórios e contas e
vai ver lá onde é que foram gastos os quatrocentos e vinte milhões ou os
sessenta milhões por ano" e eu "metia a violinha ao saco" e não vinha aqui
responder ou tecer esta consideração



Obligado.
PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA – Muito obrigado, senhor deputado. Tem a
palavra o senhor deputado Mário Figueiredo
<b>DEPUTADO DA CDU – Mário Figueiredo</b> – Muito obrigado, senhor presidente
Dizer o seguinte:
Conforme está previsto no aviso, o PEDU é um plano estratégico
enquadrado no Portugal vinte vinte que visa apoiar o desenvolvimento urbano
através de investimento e estratégias destinadas a enfrentar desafios que
afetam as zonas urbanas
O PEDU, neste caso, engloba componentes de mobilidade urbana
sustentável, componentes de regeneração urbana e componentes focalizadas
para comunidades desfavorecidas. É, por isso, um plano estratégico de enorme
importância para o futuro de Barcelos com implicações diretas no bem-estar da
população. Exige-se, por isso, na discussão da proposta a avaliação do
desempenho do executivo e esclarecimentos sobre as opções tomadas
Algumas considerações:
Registo que apesar da importância do plano a Câmara Municipal de
Barcelos de maioria PS entendeu não ouvir a oposição, nem os parceiros
políticos e sociais. Tal audição permitia reconhecer necessidades, aperfeiçoar
orientações e definir objetivos, enriquecendo dessa forma o plano. Ouvir outras
opiniões ajuda a decidir, não retira, em nenhum momento, o poder de decisão
Alerto que a proposta é o contrato que regula e dá suporte jurídico ao
PEDU. O PEDU e os planos incluídos – Plano de Mobilidade Urbana Sustentável,
Plano de Ação de Regeneração Urbana e Plano de Ação Integrado para as
Comunidades Desfavorecidas – são desconhecidos. Isto é, a Assembleia
Municipal de Barcelos desconhece a estrutura do PEDU: a sinalização dos
principais problemas, as orientações estratégicas, os objetivos e resultados



esperados
Aliás, no contrato proposto o único conteúdo – anexos – que poderia
contribuir para o esclarecimento é, praticamente, ilegível, impossibilitando a
análise correta
Importa atender ao ponto seis ponto dois do aviso que diz: "Os PEDU são
aprovados na sequência de um processo de seleção concorrencial, não havendo
alocações financeiras predefinidas para cada autoridade urbana (município),
tendo apenas por limite o envelope global a disponibilizar para o eixo urbano de
cada um dos Programas Operacionais Regionais". Isto é, a região norte tem
cerca de trezentos e oitenta e cinco milhões de euros a distribuir por vinte e
nove municípios. Em média daria treze milhões e meio de euros cada. Barcelos,
num quadro de seleção concorrencial, cumpriu o mínimo exigido na captação
de apoios, mas ficou aquém da dinâmica e eficiência dos concelhos, entre
outros, pertencentes ao quadrilátero (Braga, Guimarães e Famalicão) que
conseguiram mais investimento
Reconheço a importância dos investimentos, alguns reclamados pelos
barcelenses há vários anos: ligação à central de camionagem; requalificação do
mercado municipal; zona ribeirinha; reabilitação do bairro social Primeiro de
Maio; e melhoria de espaços urbanos
Solicito, no entanto, alguns esclarecimentos:
A intervenção na área das estações ferroviária e camionagem se está
prevista a necessária eliminação da passagem de nível que lá existe
A intervenção na zona envolvente das estações é de enorme interesse
para as populações e de grande valor estratégico, mas só atingirá essa dimensão
e cumprirá plenamente os objetivos se estiver alicerçada na defesa efetiva dos
transportes públicos. Se a população tiver um serviço de transporte ferroviário e
rodoviário de qualidade



-----Neste contexto, qual o motivo do executivo não considerar de importância estratégica a criação dos transportes urbanos, como, aliás, é defendido no ponto cinco ponto um do aviso, na componente de mobilidade sustentável, que diz "o objetivo é o aumento da quota de transporte público"? A exemplo de Braga e Famalicão que vão investir nos transportes urbanos.----------Qual o motivo da não inclusão da intervenção necessária na rua pedonal Irmã São Romão? Atualmente tem a função híbrida de passeio pedonal e parque de estacionamento com riscos para as pessoas e danos no piso.-----------As zonas ribeirinhas são espaços elegíveis pelo PEDU, nomeadamente na componente de regeneração urbana. Há, por isso, uma grande oportunidade para Barcelos. Cuidar do Cávado é a estratégia política que se impõe no presente e futuro. Lembrar, no entanto, que a frente ribeirinha não é só o espaço mal projetado pelo PSD e prejudicado pelo PS. Há outros espaços ribeirinhos na cidade que exigem a atenção e intervenção do município. Espaços que necessitam de ser interligados. Está contemplado a aquisição de uma parcela de terreno para criação de zonas de lazer. Estou de acordo com a decisão mas seria importante saber que terreno se trata. Não deixa, contudo, de ser irónico o município sentir necessidade de adquirir a parcela de terreno quando tem espaços excecionais junto ao rio – onde se situa o horto, o estaleiro e o Brigadeiro – que servem de depósitos de materiais e entulho. É obrigação do executivo alterar a utilização destes espaços para zonas de lazer ao serviço da população.-----------Afirmo que cuidar do Cávado é despoluir a água, regenerar o ecossistema e recuperar os açudes. Isso é que é ir ao fundo da questão. E a Câmara desperdiçou uma boa oportunidade para iniciar estes projetos.----------Termino alertando para a emergência da necessidade de requalificação do Bairro Primeiro de Maio que não sei se aguentará outro inverno.---------



Votarei favoravelmente o PEDU por reconhecer a importancia do
investimento
Disse
PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA – Muito obrigado, senhor deputado. Tem a
palavra o senhor deputado José Ilídio Torres
<b>DEPUTADO DO BE – José Ilídio Torres –</b> Obrigado, senhor presidente
Penso que estamos todos de acordo nesta Assembleia sobre a grande
importância que tem este Plano Estratégico de Desenvolvimento Urbano
No entanto, a crítica que eu tenho que fazer, já foi aqui também
sustentada por outros deputados, tem a ver com a discussão pública deste
plano e com os timings
Uma Câmara que se advoga da cidadania, da defesa dos cidadãos, tinha a
obrigação, neste como noutros aspetos da vida pública e da vida dos cidadãos,
em os ouvir claramente. Isto não basta abrir um período de consulta pública
nalguns casos e esperar que as pessoas tenham uma posição de vir dar as suas
opiniões, etc. É preciso, na minha perspetiva, na perspetiva do Bloco de
Esquerda, uma outra postura, que é uma postura de informação, de debate, de
confronto de ideias, de posições, porque só assim, com base nestes
fundamentos, se poderá discutir de forma séria e abrangente efetivamente,
numa perspetiva cidadã, estas questões
O plano enuncia-nos princípios gerais, desconhecemos as suas
ramificações, as suas questões mais específicas, no entanto, esperamos todos
uma cidade diferente. E que cidade esperamos nós? Que concelho esperamos
nós? Isso é uma resposta que os cidadãos mereciam ter opinião. Mesmo nós
aqui enquanto representantes políticos não estamos necessariamente
envolvidos nesta questão e devíamos estar com mais acuidade
Mobilidade urbana. Muito bom, desejável. Há pouco tempo tivemos o



------Mas depois muitos outros relativamente à cidade, desde logo o rio Cávado. O rio Cávado na minha perspetiva também precisa de ser despoluído. Tenho neste aspeto uma perspetiva ligeiramente diferente daquela que tem o Mário Figueiredo. É certo, não faço condição, de que a despoluição é muito importante, mas qualquer iniciativa que venha aproximar as populações do rio, seja na criação de zonas de lazer, seja na criação de desportos náuticos que eram muito importantes ter aqui em Barcelos, poderiam fazer de uma forma muito eficaz a ligação entre as escolas, lembrem-se que temos uma escola muito próxima do rio, era possível aos miúdos, dentro do programa do desporto escolar, praticarem a canoagem, outras cidades e outras vilas com menos condições do que nós estão neste momento na primeira linha do desporto nacional no que diz respeito aos desportos aquáticos e náuticos. Seria uma



forma de chegarmos a esse desiderato de ter um rio, ter a cidade não de costas voltadas para ele mas a viver o seu rio e todas as suas potencialidades. É imperativo que o rio esteja incluído nesta estratégia.----------Portanto, perdemos, mais uma vez, a oportunidade de: debate nomeadamente através de um fórum concelhio que podia ser criado e que funcionou numa outra altura; delinear bem as caraterísticas do nosso desenvolvimento, da nossa situação geográfica no seio do quadrilátero urbano; definir prioridades tendo em conta aquilo que as populações realmente pretendem para o seu município.----------Pela importância do documento, obviamente que votaremos a favor.-----------Muito obrigado.-----PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA - Muito obrigado, senhor deputado. Está terminada esta ronda de inscrições, algum senhor deputado quer inscrever-se para a segunda ronda sobre este tema?----------Como não é o caso, o senhor presidente da Câmara pretende usar da palavra?-----PRESIDENTE DA CÂMARA – Muito obrigado, senhor presidente.---------Em relação à intervenção do senhor deputado Mário Constantino, eu acho que o senhor deputado não leu o contrato nem o que está lá escrito. Eu vou fazer aqui, de uma forma o mais rápido que me for possível, o enquadramento daquilo que são as regras do Plano Estratégico de Desenvolvimento Urbano.----------Eu posso-lhe dizer que na primeira negociação com a CCDR, e há senhores vereadores aqui que estiveram presentes nessa reunião, nós fomos numa perspetiva de cerca de três vírgula sete milhões. Era aquilo que nos estava estipulado previamente. E numa discussão, lutando por aquilo que são os direitos do município, conseguimos fechar este acordo pelos treze milhões,



setecentos e quarenta mil. Mas isto tem três eixos: reabilitação urbana, mobilidade e ação social.----------Nós na ação social – e respondo já ao senhor deputado Mário Figueiredo - temos aquele projeto, o IHRU, que a Câmara autorizou o uso de verba do seu pacote financeiro para resolver aquele problema do IHRU. Mas isso é uma questão, a Câmara disponibiliza o valor do seu PEDU, portanto, do eixo da ação social, e vai usar o resto recuperando o Bairro Primeiro de Maio, precisamente. Só que isto entre executar a obra e fazer a obra há caminhos que têm que ser feitos forçosamente, de contratação, de concursos públicos, porque aquilo está tudo sujeito a concursos públicos, não é num virar de olhos que isto se faz e não é fácil, é projetos, é uma série de coisas. Portanto, eu diria que aquilo que é o pacote financeiro distribuído no âmbito da ação social vai ser todo absorvido daquilo que estava previsto entre estes dois edifícios.-----------Depois temos o problema da mobilidade. Eu já ouvi aqui falar na mobilidade, penso que foi o senhor deputado Mário Figueiredo, que falou na rua São Romão, o mercado municipal, central de camionagem.----------Na mobilidade aquilo que nos é elegível, porque nós temos que separar aquilo que é o termo mobilidade, e de facto a mobilidade é muito ampla, como se falou aqui em transportes públicos, coisas deste género, não entra. E aquilo que é, por exemplo, o acesso à central de camionagem só entram os passeios a ter sorte, porque a acessibilidade não é financiável. E aquilo que estava no pacote de mobilidade em termos de mobilidade urbana é mais virado para ciclovias e coisas deste género. O problema é que quem definiu as verbas por eixo não fomos nós, é precisamente as regras do quadro comunitário que dá os trezentos e oitenta e cinco milhões que o senhor deputado falou há bocado, dá um pacote para reabilitação urbana, outro pacote para mobilidade e outro para a ação social. E era bom que de facto se soubesse esta regra, são vinte e nove



municípios, divide-se por vinte e nove e dá xis a cada um. Só que isto não funciona assim. Não funciona, são as regras, senhor deputado. Eu gostava que funcionasse assim, mas não funciona. E depois entram aqui vários índices: população e outros tipos de situações. Não estranha porque Braga tem mais, porque é que Famalicão tem mais e porque é que Guimarães tem mais. Porque também têm muitos mais habitantes que nós. Não é só os habitantes, há outras regras que influenciam aquilo que são os valores de cada um dos pacotes.------------Mas posso-vos dizer que, por exemplo, do eixo da mobilidade se nós conseguirmos aqui – e vou ser simpático – dois milhões deste eixo da mobilidade vai ser muito, mas vai ser mesmo muito. E vou responder ao senhor deputado porque é que foi o atraso, que já expliquei isto na reunião de Câmara. Porque é que só agora mais tarde é que se ratificou o contrato na reunião de Câmara? Porque o contrato da forma que foi assinado é uma delegação de poderes no presidente da Câmara e, portanto, tem que ser ratificado em reunião de Câmara, e expliquei. Aquilo que eu tentei com a CCDR depois da assinatura foi alterar os dois eixos, ou seja, pegar no pacote financeiro da reabilitação urbana, que são quatro milhões, duzentos e cinquenta mil, e a CCDR autorizar a Câmara Municipal a inverter o pacote da mobilidade. Ou seja, nós temos sete milhões e meio no pacote da mobilidade e quatro milhões, duzentos e cinquenta na requalificação urbana, aquilo que eu pedi à CCDR na altura era até que ponto era possível fazer a inversão. Porque, digamos, as necessidades ou a elegibilidade que nós temos na reabilitação urbana é muito maior do que na mobilidade. E a CCDR na altura, através do professor Emídio Gomes, disse-me que sim. E envolveu-se aqui também porque eu disse à CCDR que, se me fosse autorizada a inversão destes dois pacotes que a obra do IPCA, da Escola Superior de Design que irá para a escola Gonçalo Pereira, que a Câmara disponibilizaria ao IPCA uma verba para fazer as obras, porque penso



que todos reconhecemos que trazer o IPCA para o centro urbano é excelente e devemos trabalhar nisso. E era a única forma que eu tinha de ajudar o IPCA a fazer a sua obra, com aqui um ganho porque, se fosse sete milhões e meio para reabilitação, a obra do IPCA andará nos seiscentos, setecentos mil euros mais ou menos, portanto, a Câmara teria aqui seis milhões e oitocentos mil euros na reabilitação urbana. É mais de quatro milhões, duzentos e cinquenta. O senhor presidente disse-me que sim, até porque posso-vos dizer que há uma instrução do Governo, do senhor ministro da tutela, que autoriza que se pegue em metade do dinheiro da mobilidade, ou seja, três milhões, setecentos e cinquenta mil euros, e que se permita afetar estes valores à reabilitação urbana. Isto quer dizer o quê? Que a Câmara terá oito milhões para a reabilitação urbana; três milhões, setecentos e cinquenta mil para a mobilidade. A dificuldade é que isto não foi comunicado oficialmente, ainda não há uma comunicação objetiva, mas na altura foi-me sendo prometida e, portanto, estava em risco a alteração de um contrato. É evidente que podem-me dizer assim "podia-se ter feito uma adenda", mas os instrumentos não sou eu que os defino, é a CCDR e as regras europeias. E aquilo que o senhor presidente da CCDR me disse foi "vá aguardando que entretanto corrigimos isto". É público que o senhor presidente da CCDR saiu, saiu da CCDR. Daí eu, percebendo que não ia ter condições para se fazer o contrato com a alteração destes eixos dos pacotes financeiros, avancei com o processo no sentido de fazer aquilo que é obrigatório, que é ratificar o contrato que foi assinado. Não mais do que isto.----------Agora, eu ouvi falar aqui que estava o arranjo de Barcelinhos. Não está. Porque nós apresentámos uma espécie de mapeamento daquilo que são as necessidades do município e posso-vos dizer que o nosso mapeamento andaria na ordem dos vinte e seis milhões. E foi disso que lutámos. Mas depois quem é detentor do pacote financeiro diz: "Nem pense numa coisa dessas. Só leva estes



valores e por estes eixos assim com estas regras". Porque devem imaginar que aquilo que nós fomos fazer à reunião eu preferiria ter sete milhões e meio em reabilitação do que quatro milhões, duzentos e cinquenta mil. Porquê? Porque há algumas dificuldades que nós temos que as compreender. Há um projeto que estava da PPP na altura, é um projeto que tem autoria, que eu para mexer no projeto tenho que ir junto do autor. E é isso o que nós estamos a fazer e o próprio autor está a corrigir aquilo que tem que corrigir em termos de reabilitação do mercado municipal, senhor deputado. Portanto, o mercado municipal é um dos projetos que vai avançar claramente. Mas o mercado absorve mais de dois milhões de euros neste pacote. Mas, pronto, a prioridade do executivo é de facto fazer o mercado dentro deste pacote. E fará aquilo que depois for possível dentro daquilo que é o remanescente do que estiver disponibilizado, naturalmente dentro do mapeamento que foi apresentado, que nós queríamos que fosse aquele mapeamento mas que a CCDR não deixou fazer. Eu diria que fomos obrigados quase, dentro daquilo que negociámos, porque, como digo, e refresco esta ideia, o nosso pacote inicial eram três vírgula sete milhões, eu diria que ainda conseguimos aqui dez milhões neste plano estratégico.----------Agora, quando o senhor deputado do MIB vem dizer que a opção estratégica que está errada, ó senhor deputado, nós é que fomos eleitos, quando o senhor for eleito optará pelas suas estratégias daquilo que é a sua visão política das necessidades dos cidadãos e aí, sim, senhor, o senhor fará aquilo que no seu entendimento, com a legitimidade democrática, entende.---------Eu continuo a dizer, senhor deputado, que nunca ameacei ninguém e muito menos hoje. Mas continuo a dizer que tenho o direito a não gostar de palavras como "branquear" e coisas desse género. Portanto, eu apelava que tivesse mais respeito, mais educação, mais tento nos termos, acho que é assim



que deve ser. Se o senhor quiser continuar por essa linha, muito bem, é uma opção sua. Agora não me obrigue a ouvir o que não gosto de ouvir e tenho que dizer que não gosto, como o senhor dirá que não gosta de muitas coisas minhas, é normal. Portanto, não se sinta muito ofendido porque o senhor intencionalmente, eu até diria com terminologias um bocadinho maldosas, veio aqui dizer onde andam os quatrocentos milhões. Aquilo que eu lhe disse foi ter algum cuidado nos termos porque é bom que nós sejamos sérios e responsáveis naquilo que fazemos e dizemos. Porque fala-se muito em transparência, mas dá a impressão que quem fala em transparência é o menos transparente. É a minha ideia e tenho-a. Portanto, só peço é que haja algum cuidado neste tipo de termos.---------Senhor deputado Ilídio Torres, não foi Santiago de Compostela, foi Pontevedra a cidade. Eu estou a corrigir um lapso. Foi Pontevedra que tem de facto do ponto de vista da mobilidade. Como sabe, e ouviu o senhor alcaide provavelmente a falar nisto, que demorou vinte anos a corrigir uma coisa assim do género. Portanto, ele fez aquilo que provavelmente a cidade de Barcelos não tem condições para fazer. Foi Pontevedra, está considerada a cidade do mundo com menor mobilidade automóvel. Foi de facto um excelente trabalho que eu tive a oportunidade de ver pessoalmente, gostei. Mas, repare, ele tem a cidade toda com galerias de tudo, não vê um fio no ar, não vê um tubo nem nada. Isto não se mexe numa cidade assim e Espanha não é propriamente Portugal e Pontevedra não é propriamente Barcelos.-----------Muito obrigado.-----PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA – Muito obrigado, senhor presidente.-----------Vamos então passar à votação do Plano Estratégico de Desenvolvimento Urbano do Município de Barcelos (PEDU)!----------Quem vota contra levanta-se, por favor.----Quem vota contra levanta-se, por favor.-----



(Ninguém)
Quem se abstém levanta-se, por favorQuem se abstém levanta-se
(Sete do MIB)
Aprovado por maioria com sete abstenções
Declaração de voto do senhor deputado Mário Constantino. Faz favor
<b>DEPUTADO DO PSD – Mário Constantino</b> – Muito obrigado, senhor presidente
Não vou responder na mesma toada deselegante e com alguma
sobranceria com que o senhor presidente da Câmara se nos dirigiu
No entanto, quero-lhe dizer que efetivamente eu li e as suas justificações
explicam claramente que as nossas (minhas e de todos os outros deputados)
objeções e críticas faziam sentido. Porque foi pena o senhor presidente não nos
ter beneficiado com essas informações, com toda essa transparência no
momento oportuno, que era antes e não agora
De qualquer das formas, quanto ao saber e à competência, eu por uma
vez, sem exceção, vou subscrever as intervenções dos senhores deputados do
Partido Socialista no que respeita ao que disseram sobre si e sobre o seu
governo. Excetuando, claro, as injúrias, a agressividade e as deselegâncias
Disse
PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA – Muito obrigado, senhor deputado
Vamos passar ao ponto número quatro da ordem do dia
PRIMEIRA SECRETÁRIA – Discussão e votação da proposta da Câmara Municipal
relativa à quarta alteração ao Regulamento de Taxas pela Realização de
Infraestruturas Urbanísticas e Obras de Edificação do Município de Barcelos
PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA – Estão abertas as inscrições!
Tem a palavra a senhora deputada Marta Costa
DEPUTADA DO MIB – Marta Costa – Excelentíssimo Senhor Presidente da
Assembleia. Senhora e Senhor Secretários. Senhor Presidente da Câmara.



Senhoras e Senhores Vereadores, Caros Colegas, Senhores Presidentes de Junta,
Minhas Senhoras e Meus Senhores, boa noite a todos
O Grupo Municipal do MIB vota favoravelmente esta proposta porque
considera o seu conteúdo um apoio e incentivo à construção de novas vacarias
Devemos sublinhar que a presente alteração ao regulamento de taxas diz
respeito exclusivamente à isenção do pagamento de taxas das licenças de
construção de novas vacarias
Todas as outras isenções em vigor aplicáveis às explorações agrícolas
foram aprovadas anteriormente
Dada a conjuntura muito desfavorável que assola o setor leiteiro, que
tem obrigado ao encerramento de muitas explorações e está a colocar em
sérios riscos a viabilidade de muitas outras, esta nova isenção em nada ajuda as
vacarias existentes e serão pouquíssimos a beneficiar da mesma, simplesmente
porque não surgem novos investimentos no setor
Aproveitamos para chamar a atenção do executivo municipal para um
problema que muito preocupa os agricultores, que é a questão do IMI que
pensamos ser um dos principais motivos que impede muitos deles de avançar
com os processos de legalização
Como sabem, o cálculo do IMI das explorações agrícolas está equiparado
a instalações industriais. Ora, dada as áreas cobertas de grande dimensão que
muitas vezes não são mais que cobertos e arrecadações, o cálculo do IMI pelos
serviços da Autoridade Tributária atinge valores incomportáveis para as já
decadentes condições financeiras dos agricultores
Se realmente querem apoiar os agricultores, eis uma matéria onde vale a
pena desenvolver esforços
Muito obrigada pela atenção
PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA – Muito obrigado, senhora deputada. Tem a



palavra o senhor deputado Hugo Cardoso.-----**DEPUTADO DO PSD - Hugo Cardoso** - Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia, Senhores Secretários, Senhor Presidente da Câmara, Senhoras e Senhores Vereadores, Caros Membros desta Assembleia, Senhoras e Senhores.-------Não obstante de votarmos favoravelmente esta proposta, a mesma merece da nossa parte breves considerações que julgamos de pertinente interesse trazer a debate para esta Assembleia.----------A primeira consideração tem que ver com o facto desta mesma proposta ter sido também já apresentada pelo PSD e de resto inscrita nas grandes opções do plano e orçamento para o município em dois mil e dezasseis.----------Fica, portanto, claro que ambos reconhecemos a importância que este setor assume para o concelho de Barcelos.----------Barcelos é líder nacional na produção de leite há muitos anos e que por esse motivo este setor se apresenta como estruturante para o tecido socioeconómico do concelho de Barcelos.----------É importante recordar que os agricultores, não sendo os únicos, são em grande medida o garante da vida do mundo rural e da manutenção de um concelho cultivado, verdejante e florido e que também por isso prestam um relevante serviço à sociedade para benefício de todos os barcelenses.----------Ora, o município de Barcelos tem por essa razão a obrigação de promover políticas que visam essencialmente salvaguardar a manutenção do maior número de explorações leiteiras, pelo que uma das muitas políticas necessárias a implementar passará precisamente por aliviar a carga fiscal de natureza municipal e outras dentro daquelas que são as competências próprias da Câmara Municipal de Barcelos.-----------E aqui é que reside toda a questão. Apresentar esta proposta, nos termos em que a mesma nos é apresentada, sendo um princípio, fica a ideia que não é



suficiente. Sabe a pouco!
A partir do licenciamento das instalações agrícolas, sejam elas novas ou
tratando-se apenas de legalizações, a Câmara vai passar a receber IMI. Um
imposto que é e será uma receita para o município
Ora, se por um lado existirá uma perda de receita municipal com a
isenção de taxas de licenciamento, esta vai ser largamente compensada pela
nova receita municipal do IMI gerado pelas legalizações de vacarias, estábulos,
salas de ordenhas, cobertos, silos e outras instalações agrícolas
É que se por um lado a isenção de pagamento de taxas é pontual, ou
seja, apenas no ato do licenciamento, o imposto será permanente, a favor do
município e a cobrar todos os anos!
Não pode, por isso, o executivo socialista anunciar a bondade da medida
da legalização gratuita e não ser consequente com a isenção do imposto que
essa medida representará para o futuro
Todos sabemos das dificuldades que alguns empresários agrícolas
atravessam, todos temos plena consciência que por vezes esta atividade não
gera rendimentos suficientes para o pagamento do imposto IMI
Por esse facto somos de opinião que deveria também ser concedida aos
agricultores e empresários agrícolas a isenção do imposto IMI nas instalações
agrícolas, não só como estímulo mas também como compensação pelo
relevante serviço de manutenção do património paisagístico e ambiental do
concelho de Barcelos
Em dois mil e quinze, Barcelos foi responsável por oito por cento de toda
a produção de leite nacional
Para conservar e manter esta riqueza é necessário pois conceder apoio
aos agricultores e empresários agrícolas, com uma estratégia clara, dentro
daquelas que são as competências da Câmara Municipal!



A segunda breve consideração a fazer sobre esta questão tem que ver
com o espaço temporal em que a medida é anunciada, aprovada em reunião de
Câmara e finalmente submetida a deliberação dos membros desta Assembleia
Considerando a especial importância com que esta proposta nos é
apresentada, assinalamos o facto da mesma ter sido anunciada no início do ano
e vir apenas surtir efeitos reais de isenção quase um ano depois
Muito obrigado
PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA – Muito obrigado, senhor deputado. Tem a
palavra o senhor deputado Nuno Martins
<b>DEPUTADO DO PS - Nuno Martins</b> - Senhor Presidente da Assembleia,
Senhores Secretários, Senhor Presidente da Câmara, Senhores Vereadores,
Senhores Deputados, Senhores Presidentes de Junta, Senhores Jornalistas,
Digníssimo Público
Perante o desafio lançado pela Cooperativa Agrícola de Barcelos no início
deste ano, o Partido Socialista respondeu afirmativamente e na Câmara
Municipal desencadeou o procedimento para alteração do regulamento de
taxas de modo a alargar o âmbito da isenção prevista até então para as vacarias
e demais equipamentos agropecuários
Fruto das conjunturas nacional e internacional o setor leiteiro está a
atravessar um momento difícil o que tem gerado, infelizmente, o encerramento
de explorações agropecuárias em número significativo
Os exploradores ativos deparam-se com bastantes dificuldades na
medida em que o preço do litro de leite se revela, cada vez mais, insuficiente
para fazer face aos custos associados à própria exploração
Se nada for feito no sentido de travar este fenómeno é expetável que no
curto e médio prazo se registe no concelho de Barcelos o encerramento de um
número significativo de explorações leiteiras



O concelho de Barcelos é líder nacional na produção de leite há vários
anos e por isso o setor leiteiro é estruturante para o tecido socioeconómico do
território
O município de Barcelos tem, por essa razão, a obrigação de promover
políticas que visem salvaguardar a manutenção do maior número possível de
explorações leiteiras
Uma das políticas passa, imperativamente, por aliviar a carga fiscal de
natureza municipal que incide sobre os exploradores, com especial incidência
nas taxas devidas pelo licenciamento e legalização de infraestruturas
agropecuárias
O regime de isenções consagrado no artigo oitavo revelou-se um
instrumento importante no apoio aos exploradores agropecuários
No entanto, é preciso ir mais longe e para tal revela-se necessário alargar
o âmbito do regime de isenção previsto na alínea f), do número três, do referido
artigo oitavo
Com a alteração que se pretende aprovar hoje passarão a estar isentas
do pagamento de taxas todas as obras de construção, relocalização e legalização
de vacarias, estábulos, salas de ordenha, silos e outros equipamentos
agropecuários
Até agora a isenção prevista no regulamento abrangia apenas as
legalizações e as relocalizações de vacarias de solo urbano para solo rural
A alteração que se pretende aprovar hoje alarga o âmbito da isenção
para as novas construções/ampliações e para todas as relocalizações
Perante um cenário económico-financeiro cada vez mais difícil, fruto da
constante descida do preço do leite, esta isenção constitui um incentivo para os
exploradores continuarem a sua atividade, por um lado, e, por outro, o
reconhecimento do esforco desenvolvido pelos mesmos ao longo dos anos que



contribuiu decisivamente para que o concelho de Barcelos seja o maior
produtor de leite
Com a publicação em diário da república desta alteração os exploradores
agropecuários ficarão isentos do pagamento de toda e qualquer taxa de
natureza urbanística
O PS congratula-se, por isso, pela apresentação da proposta de quarta
alteração ao regulamento de taxas pela realização de infraestruturas
urbanísticas e obras de edificação do município de Barcelos
Obrigado
PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA – Muito obrigado, senhor deputado
Está esgotada esta primeira ronda de inscrições, mais algum senhor
deputado quer inscrever-se? Ninguém se quer inscrever. O senhor presidente
da Câmara disse-me que não queria intervir em relação a este assunto
Vamos passar à votação!
Quem vota contra queira levantar-se, por favor
(Ninguém)
Quem se abstém queira levantar-se, por favor
(Ninguém)
Aprovado por unanimidade
Vamos passar ao ponto número cinco da ordem do dia
SEGUNDO SECRETÁRIO – Discussão e votação da proposta da Câmara Municipal
a solicitar o Reconhecimento de Interesse Público Municipal da exploração
pecuária situada no lugar de Coichadas, freguesia de Manhente
PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA – Estão abertas as inscrições!
Ninguém pretende usar da palavra. A senhora vice-presidente pretende
usar da palavra? Não pretende
Vamos passar à votação!



Quem vota contra levanta-se, por favorQuem vota contra levanta-se,
(Ninguém)
Quem se abstém levanta-se, por favor
(Um da CDU)
Aprovado por maioria com uma abstenção
Vamos passar ao ponto número seis da ordem do dia
PRIMEIRA SECRETÁRIA – Discussão e votação da proposta da Câmara Municipal
a solicitar o Reconhecimento de Interesse Público Municipal da unidade fabril
do setor da olaria localizada na Travessa do Lombão, número duzentos e
quarenta e um, freguesia de Roriz
PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA – Estão abertas as inscrições!
Ninguém pretende usar da palavra. A senhora vice-presidente também
não
Vamos passar à votação!
Quem vota contra levanta-se, por favor
(Ninguém)
Quem se abstém levanta-se, por favor
(Dois: um do BE, um da CDU)
Foi aprovado por maioria com duas abstenções
Vamos passar ao ponto número sete da ordem do dia
SEGUNDO SECRETÁRIO – Discussão e votação da proposta da Câmara Municipal
a solicitar o Reconhecimento de Interesse Público Municipal da operação
urbanística relativa à legalização de um edifício destinado a estabelecimento de
restauração sita na Rua João Lobarinhas, número quatrocentos e noventa e
cinco, freguesia de Vila Seca
PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA – Estão abertas as inscrições!
Ninguém pretende usar da palayra. A sephora vice-presidente da Câmara



pretende usar da palavra? Também não
Vamos passar à votação!
Quem vota contra levanta-se, por favor
(Ninguém)
Quem se abstém levanta-se, por favor
(Dois: um do BE, um da CDU)
Foi aprovado por maioria com duas abstenções
Vamos passar então ao ponto número oito da ordem do dia
PRIMEIRA SECRETÁRIA – Apreciação da informação escrita do Senhor
Presidente da Câmara acerca da atividade do município, bem como da situação
financeira do mesmo
PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA – Estão abertas as inscrições!
Tem a palavra a senhora deputada Susana Araújo
<b>DEPUTADA DO PSD – Susana Araújo</b> – Excelentíssimo Senhor Presidente da
Assembleia e restante Mesa, Senhor Presidente da Câmara, Senhoras e
Senhores Vereadores, Caros Deputados e Deputadas, Senhores Jornalistas,
Senhoras e Senhores aqui presentes, Cidadãs e Cidadãos que nos acompanham
via web, muito boa noite
O Grupo Municipal do PSD constata, mais uma vez, ao analisar a
informação escrita do senhor presidente, e para nosso desagrado, que as
políticas de juventude continuam a constar apenas nos panfletos eleitorais e
aqui ficam esquecidas. Ou isso, ou quem anda esquecido é este executivo,
esquecido das promessas de dois mil e nove e dos mil e treze
Continuamos a assistir, e bem, a verbas destinadas a atividades
recreativas para os jovens do nosso concelho, mas continuamos a não ver, e
mal, uma política que sirva as reais necessidades dos nossos jovens e que torne
o nosso concelho um concelho atrativo nara eles



-----E para isso é necessário dar-lhes incentivos. Que têm necessariamente de ir além de uma festa da juventude ou de um sun water slide. Porque se se limitar a isso então de facto poderemos afirmar que este executivo andou a meter água todo este mandato no que toca ao investimento na juventude.----------Quer em dois mil e nove, quer em dois mil e treze, abanaram a bandeira da juventude, diziam ser uma prioridade a promoção de políticas ativas direcionadas para esse público-alvo; agora, em dois mil e dezasseis, os jovens vêem-se de mãos a abanar. Porque a prioridade deste executivo já há muito deixou de ser os interesses dos jovens, mas sim servir os interesses de quem governa.---------O problema é que os jovens barcelenses não esperam isso de um executivo municipal. E estão pouco preocupados com a solidariedade intervereadores, mas em contrapartida muito importados com a falta de solidariedade desses mesmos vereadores para com as suas necessidades. Se alguns têm opção de se demitirem, almejando desta forma a compaixão de muitos, há outros, sobretudo jovens, que não têm essa opção porque aguardam na fila do IEFP por uma oportunidade, quase sempre precária, porque aquele programa de apoio financeiro à criação de empresas pelos jovens continua, juntamente com a promessa de dois mil e quinhentos empregos, num panfleto de campanha eleitoral e parece não guerer de lá sair.----------Os jovens barcelenses também não querem saber dos problemas que vocês têm na vossa "casa", mas agradeceriam que esses mesmos problemas não granjeassem mais atenção do que os problemas da Casa da Juventude, cujos serviços, já dissemos mais do que uma vez, não são responsivos às necessidades atuais da juventude barcelense. No site do nosso município dizem: "És jovem? Barcelos tem uma cena". Pois tem. Pena é que essa cena seja a mesma de há décadas atrás, apenas com algumas subtis modificações. Caso



mesmo para dizer: realmente isto está pior que no tempo do Fernando Reis.----------Mas de guem não foi seguer capaz de cumprir uma promessa tão simples como a de criar um conselho municipal da juventude, mais, até colocou entraves às propostas de criação do mesmo, não se pode esperar realmente muito mais.----------Foi em Vossas Excelências que muitas e muitos jovens depositaram a confiança para defender Barcelos, mas, e agora, quem nos defende da vossa irresponsabilidade?----------À falta da força moral – como tanto apregoavam – do vosso compromisso para com os barcelenses, resta-nos apelar à força da ética e da responsabilidade.----------Apelar a que apoiem os jovens empresários! Porque razão não beneficiam, como em outros concelhos, de reduções nas taxas relativas à construção de edificações destinadas a atividade de serviços, comércio e indústria? Ou da isenção de taxas na reabilitação de imóveis? Apostar num apoio à recuperação de casas degradadas e ao arrendamento?----------Como ainda vimos há momentos, somos dos poucos municípios que ainda aplica a taxa máxima de participação no IRS, poderíamos devolvê-la, mas nem isso fazemos.----------Para terminar, gostaríamos de saber para quando a criação do Programa de Apoio à Formação de Empresas – Barcelos Empreendedor. Estamos desde dois mil e nove a aguardar, nós e os jovens que se quiserem empreender, mais depressa serão apoiados em concelhos vizinhos. E bem sabemos que pontualmente são divulgadas conferências aludindo ao tema em questão, mas, meus caros, não foram conferências que nos prometeram.-----------Depois, também gostaríamos de saber para quando o Programa de Apoio Financeiro à Criação de Empresas pelos Jovens – Jovem Ativo, prometido em



dois mil e nove, mas que esta tao ativo como o nosso executivo
O que facilmente concluímos é que aquilo que diziam do vosso programa
eleitoral, ao qual chamavam de compromisso com os cidadãos, nunca o foi na
realidade
Obrigada
PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA – Muito obrigado, senhora deputada. Tem a
palavra o senhor deputado Mário Figueiredo
<b>DEPUTADO DA CDU – Mário Figueiredo</b> – Muito obrigado, senhor presidente
Alguns esclarecimentos sobre a atividade do senhor presidente. Na
página dois está aqui mencionado que foi atribuído um subsídio de cinco mil
euros à associação de pais de Courel para comparticipação da instalação do
parque infantil do Jardim de Infância. Ora, pelo que percebo, à primeira vista,
mas careço de esclarecimentos por parte do senhor presidente, isto é uma
competência que não cabe a uma associação de pais. Ou seja, eu não estou aqui
a condenar, nem de longe nem de perto, a associação de pais. É que os pais
vêem-se numa situação de tal desespero e querem dar o seu melhor aos filhos
que assumem responsabilidades que não são suas. E isto não é só aqui no
Jardim de Infância. É, por exemplo, na falta de trabalhadores, de auxiliares nas
escolas, em que são as associações de pais que estão a assumir e a contratar
trabalhadores quando não o deveriam fazer. Com pezinhos de lã os municípios,
neste caso o município de Barcelos, estão-se a demitir das suas competências e
estão a passá-las para o seio das associações de pais. Não sei se será isto que vai
acontecer com o recreio do Centro Escolar António Fogaça, que não está
minimamente preparado para o inverno, os miúdos no inverno estão sentados
no corredor; se vai acontecer com o arranjo do acesso ao Centro Escolar de
Arcozelo, que a entrada principal em tempo de chuva fica um lago, é preciso
entrar pela porta do cavalo, salvo a expressão; e, por exemplo, se vai acontecer



também isto à associação de pais da escola de Martim, que ainda hoje existem lá os contentores com forte prejuízo, dinheiro que é preciso meter lá todos os anos com o arrendamento e não há maneira de resolver a situação. Portanto, gostaria de perceber o motivo desta necessidade da associação de pais cumprir uma responsabilidade que não é sua.-----------Depois, este protocolo que existe com as associações de bombeiros voluntários na manutenção da limpeza do rio, eu gostaria de saber o que é que está de facto protocolado. Se está protocolado a monitorização das espécies invasoras e estou-me a referir aos jacintos e à amêijoa vietnamita; se está protocolada a desobstrução das margens que, como sabemos, nos aglomerados urbanos é da responsabilidade da Câmara Municipal de Barcelos, que para além de não cumprir esta responsabilidade é ela também um ponto de poluição, basta ver ali na zona entre o Brigadeiro e a Fonte Baixa que até sanitas lá tem, ou seja, desmantelaram as escolas e tudo que foi entulho dessas escolas foi atirado, foi aterrado nessa margem. E também quero dizer que eu estou de acordo que faça-se tudo em torno do rio e pode-se lá pôr muitos barcos, pode ir para lá muita malta tomar banho, eu nunca deixei de tomar banho, amanhã vou para lá outra vez, eu estou à-vontade, eu não digo só aqui que é preciso ir, eu vou, nunca deixei de ir, eu vou, mas isso não chega. Isso são incentivos imediatos e isso não é defender o rio. Isso é servir-se do rio e não é servir-se plenamente do rio. É servir-se parcialmente do rio. Mas defender o rio é outra coisa. Defender o rio é ir ao ponto, ao cerne do seu principal problema e do seu grande problema que é a sua poluição. É aí que nasce o problema do rio Cávado. Tudo o resto vem por acréscimo. Logicamente que as coisas têm andamentos diferentes, mas nunca se pode perder este sentido da despoluição do rio, a recuperação do seu ecossistema, e não se pode também perder a ideia da necessidade da recuperação dos açudes para estabilizar o seu caudal. Da



maneira que está hoje os açudes está a prejudicar bastante o nosso rio, está a criar zonas de concentração de areias que pode causar sérios problemas até às pontes, principalmente a ponte nova que pode criar ali sérios problemas. Portanto, é isto que eu entendo para a defesa do rio, não é só servirmo-nos do ------Depois dizer o seguinte, na página vinte, tem aqui questões ligadas à segurança contra incêndio, não é bem isto que me interessa, embora sejam questões importantes, mas é o incêndio enquanto todo e nós sabemos que o concelho de Barcelos foi afetado também, infelizmente, por incêndios que não fugiu à regra infelizmente. E daqui só queria questionar o senhor presidente da Câmara no seguinte: que conclusões é que tirou acerca disso? Que danos é que existiram? Que medidas é que são necessárias fazer? E se dessas medidas se está aberto e se sente que existe necessidade da existência de máquinas de arrasto que são necessárias e o concelho de Barcelos não tem nenhuma; e se acha que é necessário a criação de dispositivos municipais de bombeiros visto que Barcelos não tem qualquer dispositivo municipal que possa acorrer em caso de necessidade extrema.-----------Disse.-----PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA – Muito obrigado, senhor deputado. Tem a palavra o senhor deputado Joel Sá.-----**DEPUTADO DO PSD – Joel Sá – Senhor Presidente da Assembleia, Senhores** Secretários, Senhor Presidente da Câmara, Senhoras e Senhores Vereadores, Membros da Assembleia, Meus Senhores, Minhas Senhoras.----------Tenho duas questões muito concretas para levantar ao senhor presidente ------Uma tem a ver com o anúncio do senhor ministro Pedro Marques das Infraestruturas de Portugal, sobre o projeto de requalificação da eletrificação e



modernização da linha do Minho. Queria saber se a Câmara Municipal está a acompanhar este projeto, estão salvaguardados os interesses dos barcelenses em todo o seu trajeto, nomeadamente na supressão das passagens de nível e qual o envolvimento da Câmara Municipal neste projeto.----------Outra questão é sobre a linha de muito alta tensão. Queria questionar o senhor presidente da Câmara se a proposta que a Câmara Municipal de Barcelos entregou, a proposta alternativa à primeira da linha de muito alta tensão, se foi considerada na totalidade ou em parte, que nos desse nota disso porque a Câmara Municipal apresentou uma proposta. E esta semana tive a oportunidade de, na audição ao senhor ministro do Ambiente na Comissão de Ambiente e Ordenamento do Território, colocar algumas questões sobre o projeto da linha de muito alta tensão que já foi debatido aqui hoje, em que o senhor ministro me respondeu, e passo a citar, "Já não há volta a dar relativamente ao projeto", que ele iria avançar. E a duas questões minhas, se ele ponderava a alternativa de passar junto à A vinte e oito ou de ela passar de forma subterrânea nos aglomerados habitacionais, o senhor ministro respondeu que tinha agrado nas duas soluções mas que deveriam ter sido apresentadas mais cedo. Portanto, aquilo que nos disse é que por parte do Governo não há qualquer intenção de estudo de projeto alternativos, que isso implicaria parar o projeto mais de um ano e isso seria muito nefasto para o país.-----------Aquilo que eu queria questionar ao senhor presidente, mediante esta informação que estou a dar, a resposta do senhor ministro que é pública, o que pensa o senhor presidente da Câmara fazer para inverter esta situação? Se se sente com força e com meios para invertermos a situação do projeto da linha de muito alta tensão. E se, mais uma vez, a proposta da Câmara Municipal foi tida em conta ou não.-----------Muito obrigado.-----



PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA – Muito obrigado, senhor deputado. Tem a palavra o senhor deputado António Lima.-----DEPUTADO DO PSD - António Lima - Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Senhores Secretários, Senhor Presidente da Câmara, Senhoras e Senhores Vereadores, Caros Colegas da Assembleia Municipal, Minhas Senhoras e Meus Senhores, a todos muito boa noite.---------Recebemos junto com a informação financeira do município a informação do Auditor Externo sobre a situação económica e financeira do município de Barcelos.----------Lendo tal informação, parece que a situação económica e financeiro do município de Barcelos é simplesmente ótima.----------Todos sabemos que isto não corresponde à realidade.-----------Já em outras ocasiões o próprio Auditor Externo tem colocado ênfases e reservas nos relatórios e pareceres que regularmente tem emitido a respeito da situação económica e financeira do município barcelense.----------Também o PSD, ao longo dos últimos anos, nas análises que aqui temos feito, quer aos documentos previsionais, quer às apresentações de contas, tem dado nota de que as mesmas enfermam de vício grave, porquanto esses documentos não relevam as consequências dos processos judiciais intentados por este executivo do Partido Socialista relacionado com os processos com a empresa Águas de Barcelos e com a parceria público-privada Barcelos Futuro.--------Soubemos recentemente que o Tribunal de Contas alertou para a necessidade de acautelar as drásticas consequências destes processos judiciais, nomeadamente no que concerne ao processo "Águas de Barcelos".-----------Achamos particularmente inusitada a reação do Partido Socialista e do seu líder, o doutor Domingos Pereira, à divulgação da recomendação por parte do Tribunal de Contas.-----



Lembro, antes de mais, que o doutor Domingos Pereira, na qualidade de
presidente concelhio do Partido Socialista, foi responsável direto pela promoção
da "mãe de todas as promessas": baixar o preço da água em cinquenta por
cento!
Como bem sabia o senhor vereador que não conseguia cumprir tal
promessa, faltando à verdade para com os barcelenses, intentou sucessivos
processos judiciais, com o único intuito de adiar o problema e cujo desfecho
todos já conhecemos. O doutor Domingos Pereira foi, no mínimo, imprudente
ao fazer tal promessa arrastando consigo os barcelenses para este imbróglio de
consequências tão nefastas
Mas o doutor Domingos Pereira foi também ele ao longo de quase sete
anos o máximo responsável económico e financeiro do município de Barcelos.
Foi ele quem elaborou os orçamentos e preparou as apresentações de contas
O doutor Domingos Pereira devia obrigatoriamente saber que a
contabilidade rege-se por princípios geralmente aceites e que um desses
princípios é o da prudência. De uma forma genérica este princípio advoga que
deveremos usar de toda a precaução possível no sentido de reconhecer na
contabilidade factos ou acontecimentos mais ou menos expectáveis. Muito mais
deveremos usar este princípio quando estamos na presença de gestão da coisa
pública
Ora, perante processos judiciais em curso, perante diversas condenações,
o que fez o responsável máximo pela gestão económica e financeira do
Município? Nada, rigorosamente nada. Foi totalmente imprudente
Agora, perante a divulgação da recomendação do Tribunal de Contas,
apressou-se o senhor vereador Domingos Pereira a exigir ao município que este
acautele de imediato as responsabilidades devidas pelo processo Águas de
Barcelos



-----Esta postura é paradigmática da forma de estar de alguns agentes políticos. Para chegar ao poder o senhor vereador gizou uma estratégia assente na mentira. Enquanto esteve no poder seguiu uma estratégia suicida que desembocou na condenação do município. Como responsável económico e financeiro foi imprudente ao não seguir os princípios geralmente aceites na contabilidade. Agora que está fora do poder, exige que outros façam aquilo que ele nunca fez. Senhor vereador, é com estes atributos e postura que o senhor quer se apresentar a votos perante os barcelenses?-----------Mas as responsabilidades não são apenas atribuíveis ao senhor vereador. O responsável máximo do município é e sempre será o senhor presidente. E o senhor presidente foi conivente com todo este processo e a si devem ser atribuídas idênticas responsabilidades.-----------Atendendo agora que o senhor presidente da Câmara acumula também funções económicas e financeiras importa saber como vai ultrapassar os problemas que a sua gestão tem provocado aos barcelenses. Vejo com interesse os esforços que o senhor tem relatado, e que já deu nota, no sentido de alcançar um acordo com a Águas de Barcelos. Lamento é que esta estratégia venha atrasada sete anos e com uma mochila às costas de cento e setenta e dois milhões de euros. Esta realidade que aqui relato é totalmente díspar daquela que o senhor Auditor Externo retrata no seu relatório.----------Postos estes considerandos, e atendendo às graves consequências que estes processos podem ter para Barcelos, gostaria de colocar ao senhor presidente da Câmara as seguintes perguntas:----------No pressuposto de acatar a recomendação do Tribunal de Contas, que medidas orçamentais irá tomar para mitigar as consequências de tal decisão no dia-a-dia dos barcelenses?-----------Caso opte por uma solução negocial, de que forma irá financiar tal



solução e quais as consequências na despesa?
Atendendo a cada um destes cenários e sabendo que aqui na sala estão
presentes os representantes das nossas freguesias, ávidos por preparar os
próprios orçamentos que têm que fazer nas próximas semanas, gostava que o
senhor presidente da Câmara garantisse ou não a atribuição do protocolo dos
duzentos por cento durante o próximo exercício
E por fim, perguntar-lhe se haverá verbas disponíveis para atribuir
subsídios extraprotocolo às freguesias. Se houver, qual o seu montante? E já
agora, será elaborado algum regulamento que obvie à gritante discriminação na
atribuição destas verbas?
Senhor presidente, creio serem estas questões pertinentes e que a bem
da transparência, rigor e igualdade de tratamento importaria obter uma
resposta nesta noite
Obrigado
PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA – Muito obrigado, senhor deputado. Tem a
palavra o senhor deputado José Novais
<b>DEPUTADO DO PSD – José Novais</b> – Senhor Presidente da Mesa, Senhor
Presidente da Câmara, Senhores Vereadores, Senhores Deputados
Algumas perguntas a colocar ao senhor presidente da Câmara
Primeira questão sobre o urbanismo
Ponto um – Obras municipais na página dezoito da informação escrita,
capítulo sétimo
Não há obras municipais neste trimestre, contrariamente àquilo que um
deputado municipal do Partido Socialista dizia aqui há umas sessões atrás, em
que enumerava e gabava-se da larga página de obras municipais, aqui estão,
não há obras municipais
Segundo ponto – Planeamento e gestão urbanística



-----Neste documento da informação escrita está omisso esse ponto, não diz qual é o número de alvarás emitidos desde trinta do seis, contrariamente ao documento anterior e todos os documentos anteriores que são compostos por um capítulo oitavo – Planeamento e Gestão Urbanística –, onde diz na área de urbanismo que emitiram-se determinado número de alvarás referentes ao licenciamento de loteamentos. Portanto, senhor presidente, gostaria que informasse se foi lapso dos serviços ou se se refere a ausência de atividade do município.----------Terceiro ponto – Os projetos de intervenção urbanística na cidade, para a construção e requalificação de ruas, avenidas e zonas pedonais, têm um impacto muito relevante na vida dos cidadãos, das empresas de comércio e dos serviços. Devem ser bem pensados e elaborados por equipas multidisciplinares e conhecedoras dos espaços a intervencionar.----------É do conhecimento público que o projeto final para a requalificação do Campo Vinte e Cinco de Abril sofreu alterações relativamente ao projeto inicial.-------Perguntamos:-----------Como são constituídas as equipas que elaboram os projetos?----------Quais os motivos que originaram essa alteração?-----------O executivo não analisou bem o projeto que mandou elaborar?-----------O executivo mudou de opinião durante o processo de adjudicação?------------A alteração do projeto acrescentou custos ao projeto inicial?-----------Ponto quatro – As grandes opções do plano e orçamento para dois mil e dezasseis prevêem a reabilitação da Avenida Combatentes da Grande Guerra para o ano corrente. Trata-se de uma avenida emblemática para a cidade, no centro histórico da cidade, enquadrada com o campo da feira e outros edifícios históricos, a exigir um cuidado muito particular na sua intervenção.-----------Perguntamos:------



O projeto definitivo já foi aprovado pelo executivo?
O projeto salvaguarda as necessidades de estacionamento automóvel
para moradores e espaços comerciais?
Porque motivo a Câmara não submete um projeto tão importante como
este a consulta pública?
A Câmara tem medo de ser escrutinada?
Alínea b) – Incêndios
Ponto um – Os incêndios florestais do mês de agosto causaram prejuízos
de milhões de euros e queimaram o rendimento das famílias
Os bombeiros merecem um justo reconhecimento público porque
arriscaram as suas vidas no combate aos fogos florestais
O Governo não aprovou o regime que permitia aos bombeiros
funcionários públicos faltarem ao serviço e não perderam férias durante a
época crítica de incêndiosépoca crítica de incêndios
A Comissão Municipal de Proteção Civil, presidida pelo presidente da
Câmara, tem ao seu serviço um Comandante Operacional Municipal
Por seu lado, a Comissão Municipal de Defesa da Floresta Contra
Incêndios tem na sua presidência o vereador José Carlos Brito e faz parte um
presidente da Junta eleito pela Assembleia Municipal. Pelo menos é o que
consta na página oficial do município, em que a comissão é coordenada pelo
vereador José Carlos Brito. Também tem ao seu serviço o Comandante
Operacional Municipal, como disse
Passados os incêndios não se ouviu nem uma palavra pública de apoio
real da Câmara Municipal de Barcelos às populações que foram prejudicadas
pelos incêndios
Não nos conformamos com a fatalidade dos incêndios "terem de
acontecer" no verão, para "encobrir" a negligência de quem tem



responsabilidades nas estruturas da proteção civil
A Câmara tem responsabilidades no bom funcionamento da proteção
civil municipal para proteger pessoas e bens dos cidadãos
Perguntamos:
Qual foi a ajuda efetiva que foi prestada ou vai ser prestada pela Câmara
para cobrir os prejuízos dos proprietários?
Qual é o trabalho efetivo do Comandante Operacional Municipal?
De quem é a responsabilidade por muitas bocas de incêndio não estarem
operacionais na época de fogos?
O que foi feito pelas duas comissões – a municipal de proteção civil e a
municipal de defesa da floresta contra incêndios – e pela Câmara após os
incêndios?
Disse
PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA – Muito obrigado, senhor deputado. Tem a
palavra o senhor deputado José Ilídio Torres
<b>DEPUTADO DO BE – José Ilídio Torres –</b> Muito obrigado, senhor presidente
Relativamente ainda à questão da linha de muito alta tensão, eu logo
após a ida do senhor ministro do Ambiente à comissão tive a oportunidade de
visualizar o vídeo e ver que o deputado Joel Sá realmente colocou questões
muito pertinentes ao senhor ministro, mas ele não lhe respondeu a quase
nenhuma. Disse duas coisas só, naquele dia há duas coisas que ele diz. Diz:
"empurrar para Esposende" – não diz bem assim, mas ficou subentendido –
"empurrar para Esposende é fácil" e tal. E depois disse: "Se for preciso esta
solução, encostar a Esposende, a A vinte e oito, vai fazer atrasar este projeto um
ano e meio". E eu digo: atrase, dois, três, dez, vinte anos! Atrase! Também disse
que o senhor presidente, ou que a Câmara, era muito ativa neste processo. Mas
é precisamente aí que nós discordamos. Quer dizer, uma coisa é a vertente



política, outra coisa é irmos para o terreno. E não há outra hipótese aqui. É uma luta de David e Golias, é certo, mas se não formos para o terreno, se não mostrarmos claramente que somos contra a linha, não vamos conseguir nada!--------Depois, o senhor deputado Joel Sá fez uma questão muito pertinente e o senhor ministro passou-lhe ao lado, também é um bom político e passou-lhe ao lado. O senhor deputado Joel Sá perguntou: "E se a Câmara não autorizar a cedência dos terrenos?". E o senhor ministro não respondeu. É uma pergunta que eu deixo ao senhor presidente da Câmara: e se a Câmara não autorizar a cedência dos terrenos o que é que pode acontecer?----------Relativamente a isto, da linha de muito alta tensão, eu acho que o que foi hoje aqui aprovado não vai separar ninguém, o sentido é aglutinar as forças e é por aí que eu continuo convicto de que é a melhor solução.----------Em relação à PPP e ao documento que hoje recebi, da parte da tarde, muito tardiamente, eu tenho uma só pergunta ao senhor presidente, que esclarecesse a questão que aparece lá nitidamente referido no documento, de que foi possível a determinada altura negociar esta PPP por seis vírgula cinco milhões e que não lhe foi autorizado a fazer isto, referindo-se ou subentendendo-se que foi o seu vice-presidente que não o autorizou. Portanto, eu queria que esclarecesse, certamente que irá falar neste assunto, esta questão em particular.-----------Relativamente à água, dizer que o Bloco de Esquerda não defenderá nenhuma solução que passe pela continuidade da água no privado. O Bloco de Esquerda sempre aqui nesta Assembleia fez valer o princípio da remunicipalização do serviço, iremos sempre bater-nos por essa solução. É preciso trabalhar para que isso aconteça, votaremos sempre contra qualquer solução que seja a manutenção da empresa como privada.-----------Depois duas questões só muito particulares e muito direcionadas. Falou-



se há pouco relativamente aqui ao PEDU, da questão do Bairro Primeiro de Maio. Todos conhecemos as dificuldades que o bairro atravessa, sabemos o que aquela gente tem sofrido com o facto das casas não terem condições de habitabilidade, daqui a pouco temos aí o inverno, e eu há bocado percebi que, mais uma vez, face aos prazos, face aos timings, não vamos ter obras no Bairro Primeiro de Maio. Diga-me se eu estou certo ou se estou errado, vamos ter que esperar pelos devidos tempos e isso pressupõe que aquela gente esteja mais um inverno a passar frio e olhe, senhor presidente, que eles não estão muito para aí virados, garanto-lhe, e estão muito mobilizados.-----------Depois, uma pergunta também muito específica. Nós quando saímos desta Assembleia e olhamos ali o rio, eu olho sempre com muita nostalgia, porque nasci à beira rio, do outro lado, em Barcelinhos. Barcelinhos, para mim, é também a minha terra, eu olho para aquele mamarracho, permita-me que lhe chame assim, que é o quartel dos Bombeiros Voluntários de Barcelinhos, que foi uma das piores coisas que se fez nesta terra, um pouco por falta de sensibilidade, um pouco pela falta de uma perspetiva ambiental e do que é fazer uma obra daquele tipo, e olho para aquele mamarracho e apetece cortar aquela parte de cima e afetar aquilo a qualquer coisa verdadeiramente útil. Ouço dizer que será ou que está previsto ser ali o arquivo municipal. Se assim for deixe-me dizer, senhor presidente, que perdemos uma excelente oportunidade de afetar aquele espaço, por exemplo, às associações, por exemplo, a uma associação votada para o rio, por exemplo, a canoagem podia perfeitamente ali funcionar.-------Gostava que me dissesse alguma coisa sobre isto.-----------Muito obrigado.-----PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA – Muito obrigado, senhor deputado. Tem a palavra o senhor deputado José Faria.-----**DEPUTADO INDEPENDENTE – José Faria** – Boa noite. Senhor Presidente da



Assembleia e restantes Membros da Mesa, Senhor Presidente da Câmara,
Senhoras Vereadoras e Senhores Vereadores, Senhores Deputados Municipais,
Meus Senhores e Minhas Senhoras
Eu não era para intervir, mas decidi dirigir-me a esta Assembleia, ao
senhor presidente da Câmara e aos barcelenses, para questionar e informar
esta Assembleia do seguinte:
O senhor presidente da Câmara, no dia dois de setembro, no auditório da
Biblioteca Municipal, apelou à solidariedade de todos os presidentes de Junta
contra qualquer traçado de linha de muito alta tensão no concelho de Barcelos
Gostei da ideia e aplaudi
Nesse sentido, no sentido de ajudar, de formalizar, já havia sido
formalizada no mesmo sítio, no auditório da Biblioteca Municipal, sem
oposição, vou dizer, sem oposição, já havia sido criada uma comissão de
presidentes de Junta para lutar conjuntamente contra este projeto. E digo
conjuntamente, com a Câmara, claro, contra este projeto
Esta comissão não foi criada para se opor ao trabalho do senhor
presidente da Câmara. Foi, sim, para fazer um trabalho suplementar, mas
sempre com o objetivo de evitar que esta linha passasse ou passe no concelho
de Barcelos
Esta comissão já fez muito trabalho, especialmente a sessão do dia
catorze de setembro de dois mil e dezasseis, a deslocação a concelhos vizinhos e
a freguesias de outros concelhos, onde essa luta já dura há mais de dois anos,
há freguesias noutros concelhos onde a linha foi aprovada e ainda não começou
a ser implementada, há mais de dois anos
Temos uma audição na Comissão do Ambiente, Poder Local,
Ordenamento do Território e Habitação no próximo dia quatro de outubro. Esta
audição será aherta ao núblico na sala do senado



-----Estamos de acordo com a criação da comissão que aqui foi proposta no âmbito desta Assembleia e participaremos ativamente nessa comissão.-----------Lutaremos em conjunto por todos os meios legais ao nosso dispor para travar este atentado ambiental e de saúde pública, porque é disso que se trata em primeiro lugar, não é só ambiental, é de saúde pública. Como disse aqui um senhor deputado que é médico, está em causa a saúde pública.----------O senhor presidente disse no dia dois de setembro também que as Juntas teriam apoio jurídico para as ações judiciais.----------Espero e desejo que esse compromisso se mantenha e que nós em conjunto, se todas as Juntas em conjunto decidirem levar isso por diante, que tenhamos o apoio jurídico suficiente, porque isso também terá o seu valor. Até porque, segundo alguns especialista, no estudo de impacto ambiental que foi fornecido há lacunas graves.-----------Um senhor que esteve aqui no dia catorze, um senhor engenheiro ambientalista que tem participado em estudos de impacto ambiental, disse que era obrigatório que nesse estudo de impacto ambiental a Direção-Geral de Saúde tivesse emitido um parecer sobre a exposição humana às radiações. Ora isso não está lá plasmado. Portanto, se calhar é uma falha, não sei se propositada.----------Quanto à legitimidade dos presidentes de Junta nesta luta ela é inquestionável, nós fomos eleitos para defender as nossas populações. Eu penso que ninguém pode questionar a nossa legitimidade.----------Quanto à criação de outra comissão patrocinada pelo senhor presidente, segundo aqui foi dito por anteriores oradores, eu digo que todos os contributos são bem-vindos, nós não queremos esta infraestrutura no concelho de Barcelos. Não a queremos pela freguesia vizinha. Nós temos conhecimento que na freguesia vizinha de Vila Seca, Rio Tinto, andaram técnicos da REN, que agora



não é da REN, já foi da ECOREDE, agora tem outro nome, a falar com proprietários, alguns desses proprietários são de Vila Seca que têm lá terrenos, para que a linha passasse por Rio Tinto. Isto já depois do traçado B vir a consulta pública. Infelizmente parece que tudo está suspenso, não sei porquê.-----------Aquilo que eu queria dizer é que sabemos que esta luta vai ser dura, muito dura. É uma luta cheia de espinhos, ninguém sabe se nós vamos conseguir vencer, aquilo que sabemos é que se não lutarmos perdemos -----Sabemos que vamos enfrentar coisas delicadas, atropelos à verdade, mas eu espero que nós sejamos capazes de resistir e levar isto avante. Até porque, eu ia dar só aqui algumas indicações, há de facto estudos internacionais de uma escola americana que já está oficializada do mal que isto faz à saúde pública.---------E mais, foi dito aqui por uma senhora que veio de Lisboa, no dia catorze de setembro, que estar a menos de cem metros de uma linha de muito alta tensão era exatamente a mesma coisa que ter a cabeça dentro do micro-ondas vinte e quatro horas por dia. Não fui eu que disse. Foi uma senhora que é presidente do Conselho Nacional Contra as Linhas de Muita Alta Tensão. Eu não sei até que ponto isso possa ser verdade, ela disse, é uma autoridade, não sou eu.----------O outro senhor engenheiro ambientalista que estava aqui, que participa em estudos de impacto ambiental, também disse outra coisa que nos faz a todos pensar. É que em relação ao estudo de impacto ambiental que foi apresentado a primeira vez, este já vem mais completo, já traz mais alguns pormenores para analisar. E devido a esses pormenores todos nós pedimos que o prazo fosse alargado por mais setenta dias. Não sei se aqui vai ser concedido. Mas eu posso dizer que na freguesia de Refoios do Lima e na Gemieira foi concedido um prazo suplementar de sessenta dias para eles completarem a



contestação, porque a informação é muito vasta e eu não sei, se calhar há presidentes de Junta especialistas na matéria, mas noventa por cento dos presidentes de Junta não compreendem esta matéria, é preciso consultar técnicos.----------Portanto, era isto o que eu queria dizer. Eu queria dizer que é uma luta, as freguesias vão lutar e as populações vão lutar. E depois há-de dar o que der. Mas sabemos que podemos estar de consciência tranquila depois de lutar. Quem não luta perde sempre!-----------Muito obrigado.-----PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA – Muito obrigado, senhor deputado. Tem a palavra o senhor deputado Augusto Dias.-----**DEPUTADO DO PS – Augusto Dias** – Boa noite, Senhor Presidente. Permita-me cumprimentar todos na pessoa de Vossa Excelência por causa de aproveitar o tempo o máximo possível.----------Foi-me despertado aqui em algumas intervenções e levou-me a vir aqui fazer também a minha intervenção relacionada precisamente com as linhas de muito alta tensão e a comissão que foi criada.----------Este tema está na ordem do dia, toda a gente sabe que esteve em discussão pública até ao dia dezasseis, houve várias iniciativas e uma delas feita pela comissão foi trazer aqui assim a este auditório pessoas que têm intervido numa luta contra a linha de muito alta tensão de vários concelhos, de várias freguesias, inclusivamente de pessoas da Galiza. E pessoas que tinham conhecimento, especialistas aliás na matéria das linhas de muito alta tensão.----------Aquilo que me traz aqui é precisamente algumas intervenções que aqui foram feitas, que de alguma forma me dá a entender, e desculpem se a minha interpretação pode ser abusiva, de que nessas intervenções tiram legitimidade à comissão que foi criada para a defesa das linhas de muito alta tensão.------



Eu questiono se algum que esteja aqui presente é capaz de questionar a
defesa que qualquer presidente de Junta por onde passa a linha de muito alta
tensão não tenha a necessidade de intervir seja através de uma comissão, seja
pessoalmente, seja em grupo, seja em que situação for
Eu questiono se algum presidente de Junta que está aqui presente não
deve ser solidário com aquelas Juntas de Freguesia onde vão passar as linhas de
muito alta tensão
Que melhor forma é que nós temos de nos organizarmos e de nos
unirmos?
Eu faço-vos lembrar uma coisa: é evidente que o papel preponderante
deve ser do senhor presidente da Câmara Municipal. Porquê? Porque é o papel
preponderante, é o homem que representa o universo do município e a gente
tem que lhe dar valor. Mas não se pode tirar o valor a uma comissão que foi
criada precisamente com o objetivo de complementar a sua atividade
Nós temos que ter a noção, nós criámos nas Assembleias de Freguesia
moções de rejeição e enviámo-las para diversas entidades do país: primeiro-
ministro, presidente da República, presidente da Assembleia da República
Nós fizemos o levantamento de assinaturas, só na minha freguesia
levantei quatrocentas e dezasseis assinaturas, noutras freguesias levantaram
outras tantas ou mais
Nós tivemos iniciativas de trazer aqui uma conferência que foi, como já
disse, um êxito extraordinário
Nós tentámos esclarecer as populações nas nossas freguesias
Eu só pergunto com que direito é que se pode aqui pensar Eu hoje
votei a favor da moção do Bloco de Esquerda, mas se o Partido Comunista
trouxer uma moção do mesmo género eu apoio-a, se trouxer o CDS eu apoio-a,
se o MIB trouxer eu apoio-a, do PSD já tenho algumas dúvidas porque o senhor



presidente do PSD mandou-nos uma informação para as Juntas de Freguesia dizendo que nós não tínhamos legitimidade, que isso é da responsabilidade da Câmara, mas era um trabalho meritório. Isto é um paradoxo de todo tamanho que não sei como é que o senhor inventou isso, mas o senhor lá conseguiu.------------A questão que se põe é a seguinte, meus senhores:-----------Esta comissão não faz mal a ninguém. Esta comissão não pretende interferir com o trabalho meritório, com certeza, do senhor presidente da Câmara. Esta comissão tem legitimidade de representar os seus fregueses. É evidente que se todas as sessenta e uma freguesias, ou sessenta neste caso, quiserem juntar-se e formar elas todas a comissão, porque não? Todos são bem-vindos a esta luta. Nós temos que ter a consciência de que isto é um mal que nos afeta a todos, porque esta linha quando for construída mais tarde, como aqui foi dito por um especialista, podem ser feitas ramificações e quem sabe se no nosso concelho.-----------Há aqui um caso preponderante, meus senhores. O presidente da Comissão do Poder Local esteve aqui assim na freguesia de Perelhal e estivemos num agricultor que teve este esclarecimento: pertence a uma família cuja mãe, eram cinco irmãos, viviam debaixo de uma linha de muito alta tensão, de duzentos e vinte kVA. A questão que se põe é a seguinte: quatro faleceram de cancro, ela ainda hoje, graças a Deus, é viva só porque saiu muito cedo de casa. Eu não estou a dizer que há aqui uma causa/efeito, mas que lá há coincidências há, meus senhores. Nós temos que lutar contra isto. Ele inclusivamente teve uma frase que para mim é fundamental: "Alguém vai ganhar com isto, mas não é de certeza Barcelos".----------Nós somos uma barriga de aluguer, a nós compete-nos lutar contra isto, fazer ver às pessoas que isto é um malefício enorme para a freguesia, seja ele na Franqueira, seja ele em Vila Seca, seja ele em Santa Eugénia. Mas uma coisa que



é importante: não tirem a legitimidade a esta comissão.----------Nós vamos no dia quatro a Lisboa falar com os deputados, com a Comissão do Poder Local. Esperamos ter êxito, pelo menos a satisfação de dar a demonstrar a quem manda que nós somos contra, que nós representamos as nossas freguesias. Isto não interfere em nada com o trabalho do senhor presidente da Câmara. Agora, tenham a noção disso, por favor. Quem não estiver com muita vontade de participar, mas pelo menos faça qualquer coisa, recolha assinaturas, faça qualquer coisa, e seja solidário mesmo que não passe a linha de muito alta tensão na sua terra.----------É importante a gente não deixar esquecer este tema, este tema está em cima da mesa e peço a Deus, como católico que sou, que efetivamente ela nunca venha a ser construída em Barcelos.-----------Muito obrigado, senhor presidente.-----PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA – Muito obrigado, senhor deputado.---------Estão esgotadas as inscrições, o senhor deputado José Novais pediu a palavra para defesa da honra. Faz favor, senhor deputado.-----DEPUTADO DO PSD - José Novais - Senhor Presidente, Senhores Deputados.---------Efetivamente a demagogia tem limites. O senhor presidente da Câmara Municipal de Barcelos, para além das funções e atribuições próprias do cargo que desempenha, recebeu o mandato do executivo e do órgão deliberativo, a Assembleia Municipal, no qual lhe foram outorgados poderes para representar o município nesta questão. Isso está muito bem definido em deliberações do executivo e da Assembleia Municipal.----------Portanto, todas as iniciativas que sejam tomadas nesta matéria são meritórias, incluindo as freguesias. Esta foi a posição que eu escrevi na qualidade de presidente do PSD numa carta que dirigi e numa posição pública que tomámos. Portanto, todas as iniciativas são meritórias, incluindo as



freguesias. Não façamos interpretações maldosas!
O senhor presidente da Câmara desde o início deste processo, que
trabalhou com as freguesias e é missão e dever fazê-lo em conjunto com as
freguesias, procurou sempre, por forma a reforçar o município quanto a esta
questão, aquilo que nós apelidávamos de delegar e seduzir outros a fazer o
trabalho que é a ele presidente da Câmara e ao executivo que compete fazer
Nós estivemos naquela reunião de sete de abril de dois mil e quinze, em
Lisboa, os representantes dos partidos, nós vimos e presenciámos o que lá se
passou, nomeadamente quanto à apresentação de um traçado alternativo, e
depois alguns senhores representantes de partidos não foram totalmente
verdadeiros em termos de relatarem aquilo que lá aconteceu, face a um
desmentido que apareceu nos jornais meses mais tarde, nomeadamente no
sentido de que não tinha sido apresentada nenhuma outra versão do traçado,
que não tinha sido entregue. De facto, se foi entregue ou não nós não sabemos
porquanto o senhor presidente da Câmara pediu para não deixar o mapa, que
só tinha aquele. Agora, que mostrou, mostrou. Mas houve representantes de
partidos que depois se esconderam, se encolheram para falar a verdade
Para terminar, senhor presidente da Assembleia, a legitimidade da
comissão não está posta em causa. O senhor presidente da Junta que me
antecedeu quis explorar o fait divers relativamente ao facto de na última
reunião que foi realizada aqui com os presidentes de Junta eu ter dito que
entendia que a representação é do presidente da Câmara e, portanto, é à
Câmara que compete representar o município. E, portanto, senhor Augusto
Dias, eu não lhe reconheço legitimidade para criar um palco para si quando o
palco é do presidente da Câmara
Disse

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA – Muito obrigado, senhor deputado. Faz favor,



sennor deputado Augusto Dias, para defesa da nonra
<b>DEPUTADO DO PS – Augusto Dias</b> – Senhor presidente, muito obrigado por me
dar esta oportunidade
É o seguinte:
O senhor já me chamou de demagogo, eu nunca o ofendi, creio eu, aqui
nesta sala, mas já me chamou de demagogo e agora não sei o que é que mais
falou, mas há uma coisa que o senhor tem que compreender, ó senhor
engenheiro. Eu assumo a responsabilidade daquilo que eu digo. E aquilo que eu
digo inclusivamente vou reforçar agora. Quando foi feita aqui assim a
conferência que nós fizemos no dia doze de setembro eu telefonei a todos os
líderes parlamentares aqui dentro, todos. O senhor sabe qual foi o único que
me disse que a gente que não vinha, que não tínhamos legitimidade para vir
aqui? Foi o senhor. O problema é que o senhor quando diz que eu sou
demagogo e quando o senhor vem com essas afirmações baratas, a única coisa
que o senhor vem fazer é que eu venha para aqui e depois até pensam que eu
eventualmente até tenho uma inimizade consigo, mas não tenho. É que eu
discordo absolutamente é de si, que é diferente
A questão que se põe é a seguinte:
Nós tivemos o cuidado de no dia doze convidar todos. Toda a gente foi
atenciosa, todos, estão aqui presentes com certeza e reconhecem que toda a
gente foi atenciosa. Pois foi o senhor, educadamente, é um facto, o senhor
declinou o convite de uma forma, na minha opinião, que desconsiderou aquilo
que aqui foi feito. Porque o senhor disse: "Não, vocês não têm legitimidade
nenhuma, portanto, eu não vou". Bom, então, o senhor além de me chamar
demagogo também me está a chamar mentiroso. Tudo bem, pronto. É uma
interpretação que eu tenho que fazer. O termo que aqui é empregue é
pessoalizado e eu muito honestamente não gostava de entrar na pessoalização.



Mas o que eu lhe queria dizer é que em todas as iniciativas e nessa o senhor não teve o cuidado de dizer assim "olhe, eu vou, eu até posso não concordar convosco, mas eu vou, é uma ação cívica vossa, eu vou". Não, o senhor disse: "Não têm legitimidade". E há uma coisa que lhe venho dizer, senhor engenheiro. Eu não venho aqui para tentar nenhuma preponderância àquela que o senhor presidente da Câmara aqui tem, nem àquela que o senhor pretende ter.-----------Muito obrigado.-----PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA – Muito obrigado, senhor deputado.---------Este tema de facto tem muita energia, mas agora vamos dar a palavra ao senhor presidente da Câmara. Antes de o senhor presidente da Câmara usar da palavra, queria de facto contextualizar que neste ponto normalmente temos permitido aos senhores deputados falar de questões de interesse geral respeitantes à atividade do município e não exclusivamente o que está na informação escrita, porque permite uma forma mais democrática de debater os assuntos e tem sido esta a prática adotada nas diferentes sessões da Assembleia Municipal. E também no que respeita ao senhor presidente da Câmara, também poderá trazer à baila temas que de facto se relacionam com a atividade do município e a sua situação financeira e nomeadamente também as questões abordadas antes da ordem do dia.----------Pedia-lhe então, senhor presidente da Câmara, se possível, que fosse sintético e faz favor de usar da palavra.-----PRESIDENTE DA CÂMARA – Muito obrigado, senhor presidente.---------Em relação à intervenção do período de antes da ordem do dia, senhor presidente, eu irei analisar aquilo que foi dito, figuei com uma sensação estranha daquilo que ouvi e tomarei posição posteriormente. Portanto, não vou pronunciar-me sobre algumas coisas que foram aqui ditas.-----



------Relativamente a este ponto da ordem de trabalhos, da informação do presidente, eu vou pedir ao senhor deputado Mário Figueiredo que me dirija as perguntas que fez por escrito e eu vou explicar porquê. Porque vocês fazem tantas perguntas que eu não tenho aqui dados para vos responder. Há coisas que eu tenho na minha cabeça e posso responder no imediato, há outras que não tenho. Portanto, o melhor instrumento e até para não haver dúvidas do que se disse eu agradecia que o fizessem por escrito e isto, se me permitem, é transversal a todos os senhores deputados que fizeram intervenção, penso que me compreendem, eu tentei pôr aqui algumas, mas ao pôr algumas corro o risco de naturalmente não corresponder àquilo que me foi solicitado. E, portanto, tendo isto como princípio, agradecia depois que os senhores deputados o fizessem por escrito.----------Relativamente à intervenção do senhor deputado Joel Sá, sobre a questão do senhor ministro Pedro Marques que negociou a nova intervenção na linha do Minho, a Câmara não tem intervenção aqui nenhuma, isto são investimentos centrais, do Estado, e no âmbito das Infraestruturas de Portugal. E foi adjudicada uma obra de facto, onde eu estive presente na própria estação dos caminhos-de-ferro, para uma intervenção de uma plataforma no sentido de eliminar a passagem de nível de Midões e será feita uma plataforma ali de uma espécie de interposto para comboios com setecentos metros. Naturalmente que isto vai trazer uma visão diferente do transporte ferroviário que me parece muito importante, vai trazer a modernização da linha do Minho, nomeadamente naquilo que tanto se discutiu do comboio Celta, e a única questão que temos ainda aqui e que foi anteriormente decidido é a questão da paragem do Celta em Barcelos.----------Eu já abordei o senhor ministro Pedro Marques sobre esta matéria, ele prometeu que ia olhar com os olhos e o respeito que o município merece.



Portanto, estou a acompanhar no sentido de alterar, porque recordar-se-ão que uma vez na Assembleia Municipal expliquei aqui, até porque fui eu, em nome do Eixo Atlântico, que fiz na altura a reunião com o senhor presidente do conselho de administração da REFER e aquilo que ele me transmitiu é que fazia sentido a paragem do Celta em Barcelos. E faz porque do Porto, depois da paragem em Nine, o município com mais habitantes, com potencial, de facto, de passageiro é Barcelos, e não faz sentido ser tirado. Aliás, do Eixo Atlântico na altura deu alguma confusão, até porque eu reagi àquilo que foi a posição do secretário-geral do Eixo Atlântico, que me tentou convencer que Barcelos era beneficiado se fossemos a Nine para irmos outra vez para norte. Isto não faz sentido absolutamente nenhum e eu insurgi-me contra essa decisão. Depois foi de facto o secretário-geral do Eixo Atlântico que tratou a operacionalidade deste processo, mas eu acredito que o senhor ministro Pedro Marques irá ajudar neste processo, no sentido da paragem ser feita em Barcelos, porque o presidente da REFER na altura disse-me que era fundamental para a sustentabilidade do comboio Celta, porque é essencialmente um comboio de passageiros e, portanto, de turismo.----------Senhor deputado, eu nunca apresentei uma proposta na REN alternativa. Nunca. O senhor agui questionou-me se foi apresentada uma proposta pela Câmara. Não foi uma proposta. Mas já explicarei aquilo que o senhor deputado José Novais disse. A Câmara e eu pessoalmente nunca apresentámos uma proposta. Nunca. Aliás, acho bom que se acabe com isso porque fui eu que levei a reunião de Câmara uma proposta contra a linha de muito alta tensão e foi esta Assembleia que ratificou essa proposta ou aprovou essa proposta na Assembleia Municipal e quer eu e qualquer um de nós aqui está vinculado naturalmente a estas decisões porque os órgãos são para se respeitar. Portanto, nunca eu faria uma apresentação de proposta violando aquilo que são as



exigências legais dos órgãos. Nunca o faria. Portanto, nunca apresentei proposta.----------Depois há aqui jogos que eu vou-me agora escusar também de falar porque também não me interessa.----------Também é preciso dizer que foi o Governo anterior e podemos ir à reunião de abril onde o senhor secretário de Estado na altura, recordo, disse que era muito difícil travar isso porque havia indemnizações, a concessão está feita. O senhor deputado esteve lá, como esteve o senhor deputado José Paulo Matias e penso que o senhor deputado Ilídio Torres, o senhor deputado Mário Figueiredo não foi na altura por impedimento profissional. Mas depois dessa conversa que foi falada em Lisboa com o senhor secretário de Estado a DIA foi emitida em janeiro de dois mil e quinze. Portanto, há uma declaração, chama-se a DIA, que é uma declaração de impacte ambiental, que está aprovada desde janeiro de dois mil e quinze, e o que nós estamos agora a discutir, ou seja, a tutela anterior não se mostrou sensível à nossa reclamação e à nossa discussão pública, e continuou através da APA com a emissão da declaração de impacte ambiental. E o que nos surge agora, se repararem, é uma coisa diferente, é uma entrada a norte que está ao abrigo desta declaração que estou a falar, de impacte ambiental, e uma saída a sul. E a diferença que está agora foi os tais traçados que eu levei no mapa, mas também levei o da A vinte e oito, e aquilo que foi ali combinado foi que a REN se ia sentar com a Câmara para discutir, não uma proposta. Foi isto que foi discutido. Portanto, eu espero com seriedade que estas coisas sejam ditas, não foi uma proposta. Os serviços municipais deramme uns traçados, que eram os que teriam menos impacto, onde está a A vinte e oito. A REN não disse "Qual é a que a Câmara acha?". "Vamo-nos sentar, vamos discutir". Era a oportunidade que nós tínhamos. Portanto, não foi uma proposta que foi apresentada. Foi na perspetiva do que se discutiu aqui na Assembleia,



não dizer não por dizer não, mas compreendendo aquilo que é um progresso e por isso é que eu digo a que custo é que nós vamos ter esse progresso. Porque nós não podemos ser contra o progresso, mas a que custo é que nós vamos têlo. Portanto, foi naquela perspetiva de pôr a REN a fugir daquilo que tinha o traçado inicial, que era este que estou a falar aqui que tem a declaração de impacte ambiental, e a Câmara estar disponível para arranjar uma alternativa o mais longe possível dos impactos que tinham. Foi isto apenas o que se fez e não foi uma proposta. E os senhores estiveram lá comigo. A partir dali eu não tive mais reunião.----------Entretanto também posso-vos dizer que em relação a esta matéria já solicitei, e com caráter de muita urgência, uma reunião ao senhor ministro do Ambiente e estou a aguardar que me atenda.----------Quanto à moção, naturalmente não me vou pronunciar, já muito aqui se disse, mas acho que se vai criar aqui uma confusão de comissões. Porque aqui houve uma tentativa política de tirar a legitimidade ao presidente da Câmara. Isso não se tira, não é? A legitimidade está feita através do voto popular. Mas há aqui uma tentativa e eu espero que essa tentativa, a qual eu não tenho poder absolutamente nenhum porque esta Assembleia é soberana, não venha a criar problemas de representação do município. E, portanto, não tenhamos eventualmente um problema porque eu não acredito que um ministro não queira o presidente da Câmara a assumir as responsabilidades que lhe compete, como o senhor deputado disse muito bem. Agora, também sou da opinião, que já transmiti nessa reunião que tive com os senhores presidentes de Junta, que todos os esforços são bem-vindos. E, com isto, respondo ao senhor presidente da Junta de Vila Seca, que naturalmente a Câmara apoiará a comissão dentro daquilo que foi assumido, o compromisso na reunião de dois de setembro. Portanto, a Câmara tem que se disponibilizar no sentido de fazer um combate



eventualmente jurídico dentro daquilo que são as suas obrigações e o que é a cautela e a defesa dos interesses dos barcelenses,-----------Em relação à intervenção do senhor deputado António Lima. Ó senhor deputado, eu confesso que já tinha alguma saudade de o ver por aqui com esse estilo, sinceramente. Eu acho que o senhor teve aqui uma tentativa, infeliz na minha opinião, de pôr em questão o relatório do primeiro semestre dos revisores oficiais de contas quando diz que aquilo não espelha a verdade. Eu penso que não foi isso o que quis dizer naturalmente, porque os revisores são profissionais, dignos, gente muito capaz, que já estão ligados ao município, que têm interpretações naturalmente económicas e jurídicas, e, portanto, nós não devemos, esta é a minha opinião naturalmente, pôr aqui em questão aquilo que é um trabalho profissional, um trabalho que está contratualizado com o município, e o senhor disse que a situação económica não é verdadeira. Está lá tudo em rigor no relatório preliminar, que é um relatório que diz que o município está no caminho certo, tem vindo a recuperar, mantém o equilíbrio, está no caminho certo. E quero-lhe lembrar que este executivo está há dois meses nesta situação deste relatório, há um terço do relatório que corresponde àquilo que são as nossas atividades.----------Sobre a questão do Tribunal de Contas, o senhor deputado falou aqui que o doutor Domingos Pereira, enquanto responsável pelas finanças, se recusou sempre a fazer a provisão daquilo que é o impacto da sentença. E eu concordo com ele. Agora, o senhor pode ter uma interpretação diferente. Os revisores, por acaso, tiveram a nossa interpretação, fazem aquilo que são as chamadas de atenção normais nos relatórios, as reservas, mas não havendo sentença transitada em julgado a provisão à partida... eu diria que há aqui uma interpretação que pode ser feita, a provisão pode não ser feita uma vez que não há transitado em julgado. E a situação neste momento mantém-se em rigor na



mesma, não transitou em julgado, o Supremo Tribunal Administrativo, condenando o município ou confirmando a sentença da instância inferior, confirmou essa sentença, mas veio por um requerimento que foi feito que nós recorremos ao Tribunal Constitucional. E digo-lhe, vamos recorrer para o Tribunal Europeu dos Direitos do Homem. Eu não posso esgotar aquilo que são direitos jurídicos que o município tem. Fá-lo-ei até às últimas consequências, já o disse. Portanto, não me peçam para parar um processo destes porque ele neste momento está imparável em defesa dos barcelenses. Portanto, a sentença que já nos foi comunicada está suspensa a execução por noventa dias, na convicção que após os noventa dias pode ser novamente suspensa. E depois dizer-vos também que na altura que nos surgiu a suspensão da sentença entretanto surgiu a aceitação do recurso do Tribunal Constitucional. Neste momento está no Tribunal Constitucional a decisão se nos dá ou não dá razão. Este é o percurso jurídico que é exigível ao município e será feito até ao seu limite.-----------As outras questões que apresentou, peço também, por favor, que me mande por escrito, eu só fixei isto porque é uma matéria que eu tenho mais informação.---------Senhor deputado José Novais, renovo este meu pedido, mas vou esclarecê-lo em relação ao projeto do Vinte e Cinco de Abril.-----------Antigamente havia muita tentação, e às vezes acontece, embora a lei agora determina que em termos de erros e omissões isso às vezes também cria mais cautela aos profissionais do município porque o erro já não é tão permitido como antigamente. Antigamente eram permitidos desvios de obras de vinte e cinco por cento. Hoje não é assim. E, portanto, o rigor técnico na elaboração dos projetos é mais exigente para se evitar esses desvios. Mas o que se passou na obra da Vinte e Cinco de Abril foi que, iniciado o projeto, vários residentes



pediram ao município para alterar aquilo que estava inicialmente projetado. Ou seja, aquilo que estava inicialmente projetado era uma faixa rodoviária em frente à pastelaria Minnelli e ao Armando Faria Fernandes, passo a publicidade, mas naquela zona. E na altura várias pessoas questionaram o município se não era possível alterar do ponto de vista rodoviário aquilo que é a mobilidade rodoviária, acabando ali com um ou dois lugares, foi aquilo que se fez, que a envolvente ali sentia-se muito mais confortável tendo ali um espaço de lazer logo colado. Na altura o técnico responsável pelo projeto, que foi o engenheiro Fernandes, juntei os técnicos todos em obra, diretor do departamento, o adjudicatário e o senhor presidente da União de Freguesias que também estava presente nessa altura, e em obra chegou-se à conclusão que era relativamente simples ceder a esta vontade dos cidadãos e que tecnicamente era possível e com uma grande vantagem: a obra é mais barata. Até porque é uma obra sujeita a visto do Tribunal de Contas. Na altura os serviços o que me informaram é que, uma vez que a obra é mais barata do que aquilo que está autorizado no visto, não haveria necessidade de voltar ao Tribunal de Contas, porque aquilo que o Tribunal de Contas faz é controlar aquilo que são os concursos, a adjudicação, os valores, isso tudo. E, portanto, satisfazendo aquilo que eu acho que é assim que nós devemos agir, porque se as pessoas se sentem melhor e que a solução rodoviária ficou melhor do ponto de vista técnico, que foi aquilo que foi feito, eu autorizei a alteração, digamos correspondendo àquilo que os cidadãos daquela zona entendiam.----------Senhor deputado Ilídio Torres, eu penso que ouvi o senhor deputado dizer que na tal revisão do vídeo do senhor ministro que ele reconheceu que a Câmara está a fazer um esforço muito grande e um empenho nesta matéria. Fico muito satisfeito com isso porque às vezes dá-se a entender que eu não faço nada, que estou aqui sentado sem fazer nada, mas tenho-o feito, não cobro



esse esforço porque é o meu dever e a minha obrigação fazê-lo, mas penso que ouvi bem dizer que o senhor ministro reconhece que a Câmara tem feito um esforço muito grande.-----------A questão da cedência dos terrenos isto não é tão simples quanto isso. Nós estamos a falar de terrenos privados que a Câmara não tem domínio sobre esses terrenos privados, porque são privados, quem são os proprietários são as pessoas individualmente. Era bom e eu tenho feito aí um apelo aos senhores presidentes de Junta para ver se falam com os cidadãos no sentido de não os incentivar à aquisição dos terrenos. Por acaso há uma informação um bocadinho ao contrário, eu também compreendo porque há alguns cidadãos que vêem nisto alguma alternativa de algum rendimento às vezes de um terreno que não é trabalhado na agricultura nem noutro tipo de coisas. Portanto, nós podemos ter aqui dois riscos neste caso, mas foi matéria que foi conversada com os senhores presidentes de Junta na reunião que tive no dia dois de setembro. Portanto, também lhes fiz esse apelo para ver se nós conseguíamos também que as pessoas não facilitassem, porque eu não tenho dúvida, eles vêm para o terreno com tudo e mais alguma coisa.----------Na proposta que o senhor deputado apresentou aqui na moção, aquelas manifestações públicas, eu já o disse, eu estou completamente disponível, mas, permitam-me a expressão, não estou disponível para a arruaceirada. Porque as manifestações públicas... tem que se ter algum cuidado, porque depois não as controlamos, depois são os ânimos dos cidadãos... Portanto, tudo o que se vier a fazer há que ser muito bem planeado, muito bem organizado, porque nós somos um povo sereno e acho que devemos continuar a ser sereno, não abdicando de exigir aquilo que são os nossos direitos, isso está fora de questão.------Sobre o que está no documento que eu entreguei ontem, senhor deputado, está lá escrito, só que eu tenho uma dificuldade e a dificuldade é



esta: embora há pessoas que divulgaram documentos internos correspondência entre o presidente da Câmara e os respetivos pelouros na altura, eu não o farei sem autorização das mesmas pessoas. Portanto, quer o senhor vereador Domingos Pereira, quer o senhor vereador Alexandre Maciel terão, para meu conforto, que me permitir que eu mostre mails trocados sobre esta matéria. Está lá, assumo, está lá escrito. Se me for permitido eu mostrarei os mails.----------Obras no Bairro Primeiro de Maio.----------Ó senhor deputado, nós vamos ter aqui um problema. A nossa vontade é grande, nós queremos, mas temos os procedimentos dos processos, temos que os fazer e infelizmente as regras são estas e eu não posso fugir às regras. Eu compreendo a dificuldade das famílias, eu mais do que ninguém estou solidário, mas do ponto de vista da formalidade e da legalidade eu não posso fazer nada. Farei tudo o que estiver ao alcance da Câmara para encurtar ao máximo possível todo este processo e pôr tudo a funcionar.----------É só, senhor presidente.----------Muito obrigado.-----PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA – Muito obrigado, senhor presidente da Câmara.-------Tenho aqui um pedido da defesa da honra do senhor vereador Domingos Pereira, um pedido da defesa da honra do senhor deputado José Novais e um direito de protesto do senhor deputado Joel Sá.----------Tem a palavra o senhor vereador Domingos Pereira. Faz favor.------**VEREADOR DO PS – Domingos Pereira** – Muito obrigado, senhor presidente.---------Senhor Presidente, Senhores Secretários, Senhor Presidente da Câmara, Senhores Vereadores, Senhores Deputados.---------É para defesa da honra, o regimento permite que a defesa da honra...----PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA - Senhor Vereador Domingos Pereira, isso está



previsto no regimento e está previsto no decreto-lei que continua em vigor esse artigo. Portanto, o senhor está perfeitamente esclarecido. Faz favor de continuar. Não é uma questão de interpretação, senhor deputado Firmino Silva. Está explícito. Para defesa da honra é o artigo guarenta e oito, ponto número cinco, da Lei cento e sessenta e nove barra noventa e nove.---------Senhor vereador Domingos Pereira, faz favor.-----VEREADOR DO PS – Domingos Pereira – É só para dizer que a minha pessoa é visada no documento que hoje aqui foi entregue e eu desminto categoricamente que alguma vez tenha declinado qualquer acordo por seis milhões e meio de euros. Desminto categoricamente isso! Tenho aqui o senhor vereador Carlos Brito e o senhor vereador Alexandre Maciel, a única oferta que foi feita a privados foi de quatro vírgula três milhões de euros e foi sempre, foi sempre aceite pelos membros do executivo que era para se recorrer sempre até às últimas consequências. Aliás, o senhor presidente acabou de confirmar isso até invocando direitos europeus. Portanto, isso foi o que ficou acordado. E mais, e nunca mais fomos informados, não obstante termos feito requerimentos permanentes para sermos informados disso, não nos tem sido prestada informação, tem sido sonegada. E também dizer que mostrámo-nos sempre disponíveis para participar.----------E não foram aqui explicadas coisas muito importantes, que houve uma rutura total nas negociações com os parceiros privados sobre a água. A Câmara Municipal tem todas as condições de fazer um acordo, há aqui um grande fantasma dos cento e setenta e dois milhões de euros, isso não corresponde à verdade, há soluções, muitas soluções, mas têm que ser levadas com muito cuidado, com muito empenho, muita dedicação, envolvendo muitas pessoas, e não tem havido infelizmente vontade nesse domínio.-----------Portanto, eu nego veementemente que tenha alguma vez sido posta em



cima da mesa, com o nosso conhecimento, uma proposta de seis vírgula cinco milhões. Não corresponde à verdade. Foram quatro vírgula três milhões. E depois ficou acordado ainda uma outra coisa, que era o município fazer um outro arbitral, até porque houve um árbitro que fazia parte, era parte interessada de um escritório de advogados e nos termos da lei da arbitragem é proibido, é causa bastante para se recorrer do acórdão e pedir a anulação. Não sabemos se isso foi feito, pedimos informações, não nos tem sido reservado. Nós temo-nos submetido ao silêncio, vamos continuar a fazê-lo.----------E eu já agora aproveitava, também fui muito acusado aqui e aqui não é sítio nem local para se falar de questões partidárias, o Partido Socialista reservase no direito, no local próprio e sede própria, de discutir e fazer as suas orientações. Não vamos aqui criar isso. Mas, já que falaram nisso, o PSD tem muito com que se entreter e olhar pela sua casa e deixar a casa dos outros para quem deve decidir.----------Muito obrigado.-----PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA - Muito obrigado. Pedido de esclarecimento? Faz favor, senhor deputado.-----**DEPUTADO DO CDS-PP – Firmino Silva –** Senhor presidente da Assembleia, só um pedido de esclarecimento.----------Eu não vou falar da matéria que aqui foi trazida. O que foi aqui alegado para o senhor vereador intervir foi a defesa da honra. Mas essa defesa da honra, segundo o senhor vereador, vem plasmado num documento. Esse documento nem sequer foi aqui debatido. Como é que pode o senhor vereador sentir-se ofendido na sua honra por algo que não se passou aqui? Era só isso que eu estava a tentar chamar a atenção de Vossa Excelência.-----------Formalmente não tinha qualquer prerrogativa para estar aqui a falar sobre defesa da honra de uma coisa que nem sequer aqui foi discutida. Se vem



no documento, defende-se por documento. Agora, nós não debatemos aqui nada desse documento.-----PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA – Senhor deputado, queria acrescentar-lhe o seguinte:-----------lsso é uma decisão da mesa e tem que reconhecer que houve uma intervenção do senhor deputado António Lima, que efetivamente eu até interpretei, em parte, que era no sentido da intervenção do senhor deputado António Lima. Portanto, isso está no enquadramento, a decisão da mesa em relação a isso é soberana.----------O senhor deputado José Novais, faz favor, para defesa da honra.------**DEPUTADO DO PSD – José Novais** – Senhor Presidente, Senhores Deputados.----------Ó senhor presidente da Câmara, vamos cá ter uma conversa! Na reunião do Ministério do Ambiente, em Lisboa, no dia sete de abril de dois mil e quinze, na terça-feira a seguir à Páscoa, estavam representados todos os partidos com a exceção do representante da CDU, o Mário Figueiredo não esteve presente. O senhor presidente, se bem se lembra nas reuniões preparatórias, reuniões antecedentes que existiram no seu gabinete aqui na Câmara, o senhor presidente pediu aos representantes dos partidos para reunir no seu gabinete no princípio de dois mil e quinze, dando conhecimento aos partidos políticos do que estava em jogo. Pediu reserva da informação, mostrou os traçados que estavam feitos pela REN, mostrou duas alternativas, o mapa com duas alternativas que foram feitos pelos seus serviços, com duas ou três alternativas, e pediu-nos para o acompanharmos a Lisboa a essa reunião com o ministro, o secretário de Estado, presidente da APA e técnicos. Nessa reunião, e isso já é do conhecimento público, o senhor presidente da Câmara mostrou o mapa, mostrou o mapa, mostrou o mapa. Quando no final da reunião se colocava a questão do mapa ficar, o senhor presidente disse ao ministro: "Eu só tenho este



exemplar. Depois faço chegar". Eu pessoalmente, nas posições públicas que o partido tomava, deixei de usar da palavra "entregou o mapa" e passei a usar a palavra "mostrou o mapa", porque de facto o senhor não o deixou lá! O senhor mostrou o mapa, todos o viram! Ninguém desminta! Todos viram o mapa! E então o senhor ministro disse o seguinte: "Ora bom, a DIA já foi emitida" como o senhor presidente disse... o secretário de Estado, o secretário de Estado do Ambiente Paulo Lemos, "A DIA já foi emitida. Do ponto de vista jurídico-formal a REN tem toda a legitimidade para avançar com a obra", palavras do secretário de Estado. Não sei se podem corroborar isso?! "Mas vamos tentar uma reunião tripartida", a Secretaria de Estado, a REN e o Município, o que veio a acontecer mais tarde e tomámos conhecimento através da comunicação social, e foi quando o senhor presidente da Câmara diz que não entregou mapa algum. De facto, entregar, não entregou, mas mostrar, mostrou!-----------Isto é tão verdade, senhor presidente, porque esse foi o assunto que nos levou a Lisboa e ficou rematado, esse assunto, de tratar com o senhor ministro a reabertura do processo. E a DIA já tinha sido emitida porquê, senhor presidente? Porque essa reunião de sete de abril deveria ter ocorrido um ano antes, muito tempo antes, antes das consultas públicas, antes da emissão da DIA, o que não foi feito. Portanto, aquela reunião foi extemporânea, mas existiu, produziu efeitos, reabriu o processo. E essa nossa deslocação foi selada num jantar na Mealhada.------------Boa noite.-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA – Muito obrigado, senhor deputado. Senhor presidente da Câmara, não nos quer convidar para um jantar de leitão hoje? Já é muito tarde, está tudo fechado, portanto, eu acho que é melhor encerrar a sessão. Mas, antes de dar a palavra ao senhor presidente da Câmara, o senhor deputado Joel Sá, digamos, é um misto de um esclarecimento e de um protesto,



tem um minuto. Pediu-me trinta segundos, eu dou-lhe um minuto
<b>DEPUTADO DO PSD – Joel Sá</b> – Muito obrigado, senhor presidente
Senhor Presidente da Assembleia, Senhor Presidente da Câmara,
Senhores Membros da Assembleia Municipal
É muito rápido, eu tenho uma resposta a uma pergunta minha ao senhor
ministro do Ambiente com data de vinte e quatro de março, em que o senhor
ministro na resposta diz duas coisas importantes e passo a citar:
estudado um traçado alternativo para o referido troço e que o mesmo fosse
apresentado em fase de projeto de execução a procedimento de AIA". Portanto,
o secretário de Estado anterior propôs que fosse feito um novo estudo do
traçado alternativo, ao contrário do que o senhor presidente disse. E diz aqui,
vou ler só uma frase muito curta, e vou deixar esta resposta ao senhor
presidente da Assembleia para ser distribuída por todos os elementos, "e uma
opção que teve em consideração a proposta apresentada pela Câmara
Municipal de Barcelos". Quem o diz é o ministro do Ambiente. Se o senhor
presidente da Câmara não entregou, alguém em nome da Câmara Municipal
entregou. É o próprio ministro do Ambiente que reconhece que a Câmara
Municipal de Barcelos entregou uma proposta
Era só isto, peço ao senhor presidente para fazer distribuir pela Câmara e
pelos elementos da Assembleia
Obrigado
PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA – Senhor deputado, eu fico o fiel depositário e vai
ser distribuído pelos serviços da Assembleia, que vamos depois digitalizar e pôr
no repositório
Senhor presidente da Câmara, faz favor
PRESIDENTE DA CÂMARA — Muito obrigado, senhor presidente



------Muito rápido. Se o senhor ministro diz isso, eu convido o senhor ministro a apresentar a proposta da Câmara onde está lá a Câmara a dizer e eu a assinar seja o que for.-----------Acho que se está aqui a criar uma confusão muito grande. Aquilo que o senhor deputado José Novais veio aqui explicar, eu não disse que não apresentei, senhor deputado, desculpe lá. Eu levei e estávamos todos a ver. O que eu disse é que não foi uma proposta. Ó senhor deputado, o senhor não apelou à verdade das coisas? Aquilo que se levou estava lá o traçado da A vinte e oito. Então porque é que não se discutiu a A vinte e oito? Ó senhor deputado, vocês querem entrar por aí, entrem, não há problema nenhum! Agora, eu desafio qualquer um a apresentar a proposta da Câmara! Desafio! Apresentemme aqui uma proposta da Câmara assinada ou por mim ou por algum vereador da Câmara! Porque eu posso dizer que um dos senhores apresentou. Posso dizer isso perfeitamente à-vontade. Documentar isso é que é um problema. Agora, deixemo-nos de rodeios, estamos a falar de uma coisa muito séria e estamos a falar de impactos muito complicados no município de Barcelos. E porque é que eu haveria de andar com proposta por trás se nem tinha sequer legitimidade para o fazer porque quer a Câmara, quer a Assembleia deu-me instruções no sentido contrário? Poupem-me lá! Quer dizer, vamos ser sérios, responsáveis e olhar com o respeito e as consequências que este processo tem para o município de Barcelos e deixemo-nos de joguinhos e joguetas. Seja quem for! Portanto, quando afirmarem alguma coisa em relação a mim, podem. É assim que as coisas devem ser. Essa leviandade de andar a tirar pelo ar e no jogo do empurra para um lado e para o outro... A REN tem o documento publicado onde nega claramente que eu apresentei uma proposta! O que é que o senhor quer agora? O que é que lhe vou fazer? O que querem que eu faça? É preciso perceber quem é que está a fazer o quê e que jogo é que anda a fazer!



Porque eu acho que isto é responsabilidade a mais, é grave de mais para anda
com esse tipo de jogos! Mas se pretendem atingir a minha dignidade, não voi
conseguir não! Sabe porquê? Deitar-me abaixo não me atiram, dão-me mai
força
Muito obrigado, senhor presidente
PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA – Muito obrigado, senhor presidente
Senhor Presidente, Senhores Vereadores, Senhores Deputados, Minha
Senhoras e Meus Senhores
Lá vamos nós todos em jejum para casa, mas esperamos ter aind
alguma energia para nos recolhermos
Boa noite, bom regresso a casa
A sessão terminou às duas horas e dez minutos do dia um de outubro do
dois mil e dezasseis
Para constar se lavrou a presente ata, que eu, Celestino Linhares da Silva
para o efeito designado, redigi e subscrevo e que vai ser assinada pelo
Presidente da Assembleia
O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA
- <del></del>
(Duarte Nuno Pinto, Dr.)
O COORDENADOR TÉCNICO
(Celestino Linhares da Silva)



## **ÍNDICE**

Ata nº 4 de 30 de setembro de 2016

FOLHA	ASSUNTO
01	Aproportoção do ordem de trabelhas
04	Apresentação da ordem de trabalhos  Período de antes da ordem do dia
09	
40	Moção do BE Período da ordem do dia
_	
40	Aprovação da ata da sessão de 30 de junho de 2016 (1º Ponto)
41	Discussão e votação da proposta da Câmara Municipal para a fixação das taxas a cobrar em 2017, relativamente às receitas de: Imposto Municipal sobre Imóveis, Derrama e Participação no IRS (2º Ponto)
62	Discussão e votação do Plano Estratégico de Desenvolvimento Urbano do Município de Barcelos (PEDU) (3º Ponto)
79	Discussão e votação da proposta da Câmara Municipal relativa à 4ª alteração ao Regulamento de Taxas pela Realização de Infraestruturas Urbanísticas e Obras de Edificação do Município de Barcelos (4º Ponto)
85	Discussão e votação da proposta da Câmara Municipal a solicitar o Reconhecimento de Interesse Público Municipal da exploração pecuária situada no lugar de Coichadas, freguesia de Manhente (5º Ponto)
86	Discussão e votação da proposta da Câmara Municipal a solicitar o Reconhecimento de Interesse Público Municipal da unidade fabril do setor da olaria localizada na Travessa do Lombão, nº 241, freguesia de Roriz (6º Ponto)
86	Discussão e votação da proposta da Câmara Municipal a solicitar o Reconhecimento de Interesse Público Municipal da operação urbanística relativa à legalização de um edifício destinado a estabelecimento de restauração sita na Rua João Lobarinhas, nº 495, freguesia de Vila Seca (7º Ponto)
87	Apreciação da informação escrita do Sr. Presidente da Câmara acerca da atividade do município, bem como da situação financeira do mesmo (8º Ponto)